UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

As lógicas do Segredo Psicanalítico e do Segredo Patológico

RENAN LACERDA LIMA

Belo Horizonte

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

As lógicas do Segredo Psicanalítico e do Segredo Patológico

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Renan Lacerda Lima

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Estudos Psicanalíticos – Conceitos Fundamentais, Investigação no Campo Clínico e Cultural.

Orientadora: Prof. Dra. Cassandra Pereira França.

Belo Horizonte

2015

CONSELHO

Cerca de grandes muros quem te sonhas.
Depois, onde é visível o jardim
Através do portão de grade dada
Põe quantas flores são as mais risonhas
Para que te conheçam só assim
Onde ninguém o vir não ponhas nada.

Faze canteiros como os que outros têm
Onde os olhares possam entrever
O teu jardim como lho vais mostrar.
Mas onde és teu, e nunca o vê ninguém,
Deixa as flores que vêm do chão crescer
E deixa as ervas naturais medrar.

Faze de ti um duplo ser guardado
E que ninguém, que veja e fite, possa
Saber mais que um jardim de quem tu és -
Um jardim ostensivo e reservado,
Por trás do qual a flor nativa roça
A erva tão pobre que nem tu a vês...

Fernando Pessoa

DEDICATÓRIA

A meus pais e irmãos que, mesmo de longe, sempre me dão a certeza de que a caminhada vale a pena.

AGRADECIMENTOS

Cassandra, orientadora e amiga, seu apoio foi fundamental tanto para a conclusão deste trabalho quanto para, muito antes disso, me fazer acreditar em minhas capacidades de realizá-lo. Muito obrigado por me proporcionar esta experiência que, com certeza, considerarei sempre um importante marco em minha vida.

Nayana Shimaru, que tantas vezes fez papel de Superego auxiliar, quando o meu fraquejava, me acompanhando por horas a fio, estudando comigo na biblioteca noite adentro, debatendo pacientemente, ideias e argumentos... sem você, minha super amiga, esse caminho teria sido muito mais chato e pesado. Muito obrigado.

Colegas e amigos do CAVAS, companheiros de caminhada, que sempre vinham animados com algum palpite ou sugestão, dizendo haver pensado algo que tinha a ver com meu tema de pesquisa, o que sempre revigorava as minhas forças, agradeço a todos vocês.

Meus amigos, professores e pacientes que, ao longo da minha caminhada pessoal, acadêmica e profissional ajudaram a dar sentido às minhas angústias e transformá-las em dúvidas, sem as quais não poderiam ter surgido as reflexões que me trouxeram até aqui e tornaram este trabalho possível, muito obrigado por tudo.

À cidade de Belo Horizonte, que me acolheu durante o período em que me graduei e pós-graduei, anos em que vivi muitas coisas importantes, lugar que serviu de palco para tantas descobertas sobre mim mesmo, também agradeço.

RESUMO

A presente dissertação realiza uma investigação sistemática sobre o papel dos segredos tanto no contexto da clínica psicanalítica quanto no do abuso sexual contra crianças. Aborda a condição de sigilo que o setting analítico propõe, assim como a imposição de segredos dos abusadores a suas vítimas, traçando paralelos e distinções entre as duas situações, com o objetivo de melhor compreender suas repercussões teóricas e técnicas. A aparente diversidade com que o fenômeno do segredo pode ser encarado pela teoria psicanalítica, inclusive com perspectivas que propõem para ele caracterizações opostas e conflitantes, exigiu que procurássemos, ainda, tanto as especificidades com que se manifesta em cada uma dessas situações, como também uma compreensão que torne possível estabelecer sobre ele uma unidade conceitual. Assim, a pesquisa busca compreender uma variedade de significações que o segredo pode abranger no contexto da clínica psicanalítica. Esta delimitação demandou um aprofundamento e um estudo sistemático sobre conceitos como tabu, neurose, repressão, recalque e recusa, considerando os limites que os separam e os seus possíveis pontos de interpenetração, tanto na teorização quanto na prática clínica psicanalítica. A partir daí fomos levados a considerar questões relacionadas às origens e especificidades dos conteúdos dos segredos não apenas em suas repercussões transferenciais como também, extrapolando o espaço da clínica, naquelas que dizem respeito às funções que a instituição de segredos tem no funcionamento do Eu. Seguindo um caminho através de nossas elaborações teórico/clínicas a dissertação contempla um circuito que vai das questões relacionadas à transgeracionalidade dos segredos de família, até às particularidades do momento em que a criança desenvolve a capacidade de guardar segredos individuais (e suas possíveis relações com os mecanismos de defesa psíquica).

Palavras-chave:

Segredo – Abuso sexual infanto-juvenil – Recusa da realidade – Situação psicanalítica

SUMMARY

This paper provides a systematic research on the role of secrets both in the context of psychoanalytic clinic as in the sexual abuse of children. It treats the confidentiality condition that the analytic setting proposes, as well as the secrets that sexual abusers imposes to their victims, drawing parallels and distinctions between the two situations, in order to better understand their theoretical and technical implications. The apparent diversity with which the secret phenomenon can be seen by psychoanalytic theory, including perspectives that propose to it opposite and conflicting characterizations, demanded, yet, that we seek the specific way with which it manifests itself in each of these situations, as well as a understanding that makes it possible to establish it on a conceptual unit. Thus, the research seeks to understand a variety of meanings that the secret may cover in the context of psychoanalytic practice. This definition required a deep and systematic study of concepts like taboo, neurosis, repression, repression and denial, considering the limits that separate them and their possible points of interpenetration, both in theory and in psychoanalytic clinical practice. From there we were taken to consider issues related to the origins and characteristics of the contents of the secrets not only in their transference implications as well, exceeding the space of the clinic, those related to the work that the institution of secrets has in the functioning of the Self. Following a path through our theoretical / clinical elaborations, this research comprises a circuit that goes from issues related to transgenerationality of family secrets up to the particularities of the period in which the child develops the ability to save his individual secrets (and its possible relations with the mechanisms of psychic defense).

Keywords:

Secret - Sexual abuse of children and teenagers - Disavowal - Psychoanalytic Setting

SUMÁRIO

As lógicas do Segredo Psicanalítico e do Segredo Patológico

INTRODUÇÃO 01

Capítulo I – SEGREDO: DO SIGILO AO ENIGMA_ 10

1.1 - Diferença entre significações atribuíveis ao termo “Segredo”. 14

1.2 - O segredo em seus aspectos sigiloso e enigmático 15

1.3 - Conteúdo do segredo: consciente ou inconsciente? 22

Capítulo II – ILHAS E TRILHAS DO SEGREDO 26

2.1 - O segredo como “retenção” 28

2.2 - O segredo e a relação não verbal 31

2.3 - A confissão do segredo 35

2.4 - Tabu, segredo e neurose 42

2.5 - O segredo e a constituição do Ego 49

2.6 - O segredo como não-dito 52

2.7 - O segredo como “o estranho” 56

2.8 - O segredo em seu aspecto de Real 60

Capítulo III – UMA METAPSICOLOGIA DO SEGREDO 61

3.1 - Vinheta clínica 62

3.2 - Recalque e repressão 75

3.3 - O Segredo em uma Metapsicologia 82

Capítulo IV – A LÓGICA DO SEGREDO ANALÍTICO 89

4.1 – Silêncio, segredo e mentira na clínica psicanalítica 91

4.2 - Vinheta clínica: Cláudio 97

4.3 – Confiança e Intimidade 102

Capítulo V – A LÓGICA DO SEGREDO PATOLÓGICO 110

5.1 - Vinheta clínica - Diane 111

5.2 - Discussão teórica 115

CONSIDERAÇÕES FINAIS 120

Referências Bibliográficas: 125

Introdução

Nos últimos anos de nosso percurso no aprendizado da teoria psicanalítica o tema dos segredos nos tem chamado especial atenção. Inicialmente, isto se deu basicamente por dois motivos. O primeiro é o fato de que a forma com que as pessoas criam e guardam seus segredos repercute na prática clínica psicanalítica com frequência cotidiana e de maneira fundamental. O segundo motivo é que em nossas investigações preliminares nos deparamos com evidências de que o tema não recebe dos pesquisadores da área, apesar de seu óbvio valor, suficiente atenção.

Este relativo descaso tem, por certo, razões históricas referentes ao próprio desenvolvimento da psicanálise. As repercussões da existência de segredos foram cedo anotadas no texto freudiano, que, como veremos, faz muitas alusões ao fenômeno, embora apenas episodicamente de forma direta (MIJOLLA, 2005), direção que foi posteriormente seguida também pela maior parte dos teóricos da psicanálise, que não se aprofundaram no tema.

No entanto, sabemos que é, entre outras coisas, através da criação de uma espécie de segredo, aquele que se cria entre analista e analisando, que se tornará possível chegar aos efeitos de uma psicanálise e eventualmente atenuar os efeitos do sofrimento humano. A experiência clínica, graças às características do método psicanalítico, se beneficia portanto de uma situação em que se cria uma relação de segredo. A esta dinâmica nos referiremos como lógica do “segredo analítico”, por motivos que exporemos ao longo deste trabalho.

Assim, uma pesquisa mais específica sobre o segredo se mostraria de grande importância graças ao alcance das reflexões que pode estimular no contexto clínico e teórico da psicanálise. A conceituação de segredo com que estaremos trabalhando é fornecida por Mijolla (2005, p. 1691) em seu “Dicionário internacional de psicanálise”, que o define como “um saber escondido de outrem”. Esta acepção nos servirá de guia orientador, embora, graças à sua generalidade e elementaridade, devamos problematizá-la ao longo deste trabalho.

Nossa decisão de desenvolver uma pesquisa sobre este tema se consolidou, entretanto, a partir de uma outra observação. Embora já estivéssemos atentos aos segredos dos pacientes desde o início de nossa prática clínica, este elemento se tornou

ainda mais relevante em nossas ponderações a partir do momento em que iniciamos nossa experiência de atendimento a crianças vítimas de agressão sexual[1].

Constatamos que o segredo é um elemento bastante comum nas histórias de crianças e adolescentes que sofreram violência sexual, assim como nas de seus familiares e responsáveis. Esta observação mostrou-se válida, de fato, para além de nossa clínica pessoal. Pesquisadores da área frequentemente apontam uma grande incidência de casos em que o abusador, a vítima e possíveis testemunhas estabelecem entre si um "pacto de segredo", imposto por uma relação autoritária de poder, a partir da combinação de sedução e ameaça (Faleiros, 1998, p.268).

Tal cenário é definido por um padrão de relacionamento característico que chamaremos, para os fins deste trabalho de lógica do "segredo perverso". Oportunamente, ao exemplificarmos através de uma vinheta clínica o funcionamento desta lógica, esclareceremos também o porquê da escolha do termo.

Percebemos, a partir de então, que o recurso da criação de segredos estará tanto a serviço do abusador, que comete a violência sexual, como do psicanalista, que tenta justamente reverter possíveis danos psíquicos gerados pelo abuso. A oposição com que o fenômeno do segredo é percebido nesses dois processos foi o que inicialmente nos instigou a pesquisar, a partir de um enfoque psicanalítico, tanto as especificidades com que ele se apresenta em cada uma dessas situações quanto uma perspectiva que torne possível esclarecer o que há de comum nesses cenários.

Isto exigirá que façamos, na presente pesquisa, uma exploração sistemática sobre o papel do segredo no contexto da clínica psicanalítica, em que seguiria uma "lógica do segredo analítico", e no contexto do abuso sexual infantojuvenil em que, opondo-se à anterior, seguiria uma "lógica do segredo patológico". Para tanto, investigaremos a condição de sigilo profissional que o setting analítico impõe, suas repercussões teóricas e técnicas, assim como os pactos de segredo impostos por abusadores a vítimas de violência sexual infanto-juvenil, traçando paralelos e distinções entre as particularidades envolvidas nestas duas situações de naturezas tão diversas, com o objetivo de melhor compreendê-las.

Tivemos que resistir ao impulso inicial de afirmar, diante da constatação da oposição entre ambos, que o segredo perverso seria tão completamente distinto do

[1]Experiência clínica proporcionada pela participação no CAVAS, Projeto de Pesquisa e Atendimento Psicológico a Crianças e Adolescentes Vítimas de Abuso Sexual, iniciada em março de 2008 no SPA/UFMG e supervisionado pela Doutora Cassandra Pereira França.

segredo analítico que qualquer comparação entre os dois seria infundada, absurda e um tanto sacrílega. De fato, enquanto o primeiro, do qual o abusador se utiliza com fins nefastos, leva tanto as vítimas quanto a sociedade a terríveis consequências, o segundo compõe, como veremos, ferramenta essencial ao funcionamento da técnica psicanalítica, que busca trabalhar justamente no sentido oposto de reverter possíveis danos psíquicos gerados pelo abuso.

De fato, a percepção destas lógicas distintas nos revelam um fenômeno de natureza múltipla. Esta multiplicidade, no entanto, embora ressalte diferenças sem dúvida fundamentais, não deve nos fazer subestimar as características comuns que o fenômeno guarda nestes dois cenários em que o vemos surgir como forma de "pactos". O conflito ou, como poderia dizer Laplanche (1993, p.05), o "rangido" aí criado pela tensão deve, em lugar disso, nos instigar e convidar ao trabalho de investigação com o objetivo de identificar e esclarecer suas razões e particularidades. Contrapor entre si estas duas dimensões, que se desenrolam em contextos tão radicalmente distintos, se justifica na medida em que o grande contraste entre elas realça aspectos interessantes dos modos de operação tanto da psicanálise como da perversão, nos oferecendo um ponto de vista singular para compreendê-los.

Não devemos deixar de considerar, ainda que esta não seja a direção prioritária em que pretendemos orientar este trabalho e, portanto, uma dimensão na qual aqui não nos aprofundaremos, a não ser em aspectos tangenciais e pontuais, que a questão da existência do segredo e a sua manutenção, tanto em psicanálise como na cena do abuso e em outros contextos, tem implicações importantes e profundas no campo da ética. O sujeito que conhece um segredo inconfessável de outro potencialmente detém algum poder sobre ele, condição na qual somente uma postura que se orientasse a partir de uma ética poderia resguardar a possibilidade da existência da justiça. O respeito ao pacto de sigilo seria assim, sob esta perspectiva, condição básica para a manutenção do valor ético da liberdade de um sujeito frente a outro, constatação que certamente tem implicações tanto na cena da situação analítica como na de abuso. O que nos interessará primordialmente nestas cenas, porém, e que se distancia um pouco de sua dimensão puramente ética, são as relações de simetria e assimetria que, como veremos, são intrínsecas e essenciais às distintas situações que nelas instalam.

Instigados por estas questões mais evidentes, ainda no começo de nossa pesquisa fomos levados a admitir que o tema só poderia ser compreendido com clareza se, ao menos preliminarmente, nos distanciássemos significativamente das concretudes com

que os segredos se apresentam na clínica psicanalítica e na situação do abuso sexual e levássemos em conta também outras conjunturas em que o fenômeno do segredo interessa à psicanálise.

Assim, se nossos questionamentos iniciais se detinham especialmente nos aspectos clínicos do problema, investigações posteriores nos fizeram considerar que, para que avançássemos em nossa compreensão, deveríamos ampliar nosso campo de interesses e extrapolar este âmbito para nos interrogarmos também sobre a função que a instituição de segredos pode ter na formação e no funcionamento do Eu. Fomos levados a considerar questões, seja em uma perspectiva intersubjetiva ou intrassubjetiva, relacionadas às origens e especificidades dos conteúdos dos segredos (quer os consideremos como enigmáticos e incomunicáveis ou simplesmente restritivos, dimensões do fenômeno que desdobraremos posteriormente), não apenas em suas repercussões transferenciais clínicas como também naquelas que dizem respeito à constituição do aparelho psíquico. Dessa forma, pudemos ventilar hipóteses nas quais a instalação e manutenção de determinadas lógicas de segredo podem atuar tanto como elemento assegurador de saúde psíquica quanto também relevante na manifestação de patologias psíquicas, com interesse particular na da perversão.

Conhecer melhor os meandros com que se instalam as relações de segredo analítico ou perverso, com as lógicas que as caracterizam e as consequências que delas advêm, exige que desmitifiquemos o tema, especialmente em alguns aspectos que, por razões diversas, têm sido desconsiderados. Fazê-lo exige que discutamos assuntos rochosos, por amalgamarem de forma muito íntima questões técnicas e éticas, tais como a função da omissão, da verdade e da mentira nos processos de cura e adoecimento, os limites das ferramentas clínicas de que dispõe um psicanalista e o reconhecimento de que alguns comportamentos atribuídos a sujeitos perversos não apenas estão separados por uma linha muito tênue daqueles considerados normais como também, inclusive, compõem parte de certos sistemas que se supõem moralizadores em nossa sociedade.

O segredo é um fenômeno universal, que suscita debates em níveis tão diversos quanto o educacional, o institucional e o político. A pesquisa sobre este tema mostra-se importante também, portanto, graças à amplitude das reflexões que pode estimular não apenas no contexto clínico e no dos estudos sobre os processos de constituição psíquica como também em outros sobre os quais a psicanálise tem sido chamada constantemente a contribuir como, por exemplo, o das instituições coletivas que pretendem oferecer suporte à constituição ou reabilitação psíquica de forma geral. Investigando as

particularidades da escuta nos casos em que o segredo se impõe como elemento significativo no estabelecimento e na qualidade da transferência entre psicanalisando e psicanalista, esperamos poder também facilitar a criação de ambientes escolares, familiares, hospitalares, de assistência social, etc. que acolham as especificidades do problema de forma tão apropriada quanto for possível.

A relevância destas reflexões cresce e se pretende de ainda maior valor prático na medida em que se multiplicam os relatos, que chegam até nós como à maioria dos colegas que atuam em áreas de apoio psicológico, médico, social, educacional, etc. em que a sutileza das relações de sigilo não é respeitada em procedimentos que se propõem a ser terapêuticos. Estes relatos se referem especialmente a situações em que a importância da manutenção de segredos é subestimada em vários níveis. Acolhimentos em instituições que negligenciam este aspecto, além de obviamente expor as vítimas e os suspeitos a situações das mais desnecessárias, constrangedoras e mesmo perigosas, dificultam ou mesmo inviabilizam a criação de um tipo de laço que tornaria possível a abordagem de aspectos essenciais da reabilitação psíquica.

Se julgarmos que as ocorrências a que se referem estes relatos são realmente tão frequentes quanto parecem, elas são ainda mais preocupantes não apenas por revelar um despreparo de grande parte destes cuidadores no campo ético, o que já seria suficientemente grave, mas também por demonstrar o quanto os aspectos técnicos relacionados à manutenção do segredo, especialmente no que diz respeito aos cuidados psicológicos, têm sido negligenciados em suas formações. Se este despreparo for em algum nível correlativo à pouca atenção que as teorias psicológicas (e mesmo psicanalíticas) têm dado à importância técnica da criação e manutenção de relações de segredo, esperamos que as reflexões e conclusões como as levantadas por esta pesquisa possam contribuir para uma melhoria deste quadro.

Para tanto, a tarefa a que aqui nos dedicaremos será a de realizar uma articulação exploratória entre nossa experiência clínica e os conceitos trazidos pela teoria psicanalítica que se relacionam com o tema, buscando lançar luz sobre o fenômeno do segredo e os desdobramentos psíquicos que podem acompanhá-lo. Nossa pesquisa abordará, assim, questões relacionadas aos conteúdos dos segredos, suas fontes, origens, possíveis destinos e repercussões no desenvolvimento do psiquismo e no contexto da transferência analítica.

Aqui está implícita a nossa confiança de que a perspectiva psicanalítica é uma ferramenta das mais indicadas para a empreitada, podendo oferecer uma contribuição

essencial, com instrumentos indispensáveis e que só ela possui, ao entendimento do fenômeno do segredo. Isso porque, como veremos, ainda que se refira a um conteúdo pretensamente conhecido por aquele que o guarda, possuindo, portanto, uma faceta que pode ser descrita como consciente, o segredo carrega em si um inevitável caráter de silêncio enigmático, inconsciente e indizível por adentrar no campo do que é proibido e incompreendido. Para tornar-se inteligível, condição para que possamos tomá-lo como objeto de pesquisa, este silêncio exige, como todo enigma, uma decifração. Assim, qualquer tentativa de perscrutar o fenômeno do segredo que não leve em conta a dimensão de um inconsciente passível de ser interpretado correrá grande risco de ser incorrigivelmente incompleta.

A metodologia consagrada pela pesquisa psicanalítica, igualmente, por se caracterizar pela proposição de questionamentos teóricos num diálogo contínuo com a clínica, buscando levar em conta a riqueza e a complexidade dos movimentos transferenciais e contratransferenciais entre analista e analisando, nos parece também apropriada para uma pesquisa deste tipo, cujo foco se dá sobre os segredos envoltos nos abusos sexuais com crianças, adolescentes e adultos com que tanto nos deparamos na prática clínica.

Ainda que nosso interesse inicial tenha surgido na clínica com crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, qualquer psicanalista perceberá que, como o segredo se apresenta cotidianamente no trabalho clínico, muitas de nossas conclusões poderão ser frequentemente generalizadas para a experiência clínica de uma forma geral, facilitando a compreensão dos processos que buscam restringir o acesso da consciência a quaisquer tipos de eventos traumáticos.

Da mesma forma, devemos ter sempre em mente que eventos aparentemente banais e que não remetem claramente a aspectos relativos à sexualidade da vítima podem ter um efeito violentamente traumático. A esse respeito, vale a pena relembrarmos a concepção com que Freud trabalha a noção de *"a posteriori"*, na qual um evento, que num primeiro momento não tem para a criança tal significado, passa mais tarde a produzir os efeitos de trauma sexual graças a um segundo acontecimento que evoca as lembranças do primeiro, agora reinterpretadas a partir de um instrumental que a criança antes não possuía.

Estamos cientes, no entanto, que ao escolhermos o segredo como objeto de uma pesquisa psicanalítica, justamente por causa da grande quantidade de referências indiretas a ele que podemos encontrar na literatura especializada, nos deparamos com

questões de grande complexidade. O termo segredo não tem uma significação metapsicológica própria ou unânime e tem se mostrado de difícil síntese conceitual. Além disso, o tema apresenta uma multiplicidade de facetas clínicas e teóricas, podendo cada uma delas se desdobrar em muitas outras. Cada teórico se refere à ocorrência de segredos sob um aspecto diferente, tirando dela conclusões distintas e, não raro, destoantes entre si. Isso dificulta nossa tarefa de tentar encontrar nestes vários aspectos do segredo o que há nele de singular.

Felizmente, no entanto, é também esta complexidade que nos tem permitido, ao longo do processo de desdobramento dos sentidos com que o segredo aparece na teoria psicanalítica, encontrar pontos de amarração entre pensadores que têm, por vezes, perspectivas díspares sobre o tema. É esta característica que nos possibilita manter sobre ele uma coerência conceitual.

Portanto, se nosso objetivo primário neste trabalho será investigar os mecanismos atuantes nas "relações de segredo" tanto em seus aspectos patológicos como nos analíticos, buscando suas causas, características distintivas e consequências em cada caso, julgamos que para alcançar satisfatoriamente este fim devemos explorar os segredos inicialmente de forma ampla, percorrendo um caminho anterior, em que buscaremos compreender uma variedade de significações que o segredo pode abranger para a psicanálise.

É essa investigação que buscamos consolidar na pesquisa aqui desenvolvida[2]. Para tanto, ao longo do trabalho, embora devamos retornar periodicamente às nossas primeiras observações clínicas a fim de explicá-las ou retificá-las a partir do aparato teórico que formos adquirindo, pretendemos seguir um caminho através do que temos considerado pontos chave de nossas elaborações até o momento.

Logo de início se impõe a exigência de delimitar de forma clara ao que estamos exatamente nos referindo, dentro do contexto psicanalítico, quando falamos de "segredo". Esta delimitação, importante para que consigamos responder às questões aqui indicadas, consistirá da primeira parte de nosso trabalho.

[2] Em nossa monografia "Ilhas e Trilhas do Segredo na clínica psicanalítica" (2012), realizada durante o curso de Especialização em Teoria Psicanalítica da UFMG, fizemos uma primeira aproximação do tema, fazendo um levantamento sobre as diferentes formas com que o tema do segredo tem sido abordado na teoria psicanalítica. Consideramos a presente pesquisa como um desdobramento e um aprofundamento daquela, especialmente no sentido de que foram aqueles esforços anteriores que nos ajudaram a ampliar inicialmente nossa compreensão sobre o tema.

No primeiro trecho deste trajeto, correspondente ao capítulo I, “Segredo: do sigilo ao enigma”, apresentamos a relevância do tema para a prática e a teoria analítica de forma geral, delimitando mais claramente a concepção de “segredo” com que estamos trabalhando através da oposição entre as noções de “sigilo” e de “enigma”.

A seguir, no capítulo II, “Ilhas e trilhas do segredo na psicanálise”, nossos esforços se concentrarão em buscar compreender uma variedade de significações que o segredo pode abranger no contexto da clínica e da teoria psicanalítica, demonstrando que a percepção da natureza complexa do segredo, apesar de já se apresentar timidamente desde o texto freudiano, é um tema especialmente atual para os pesquisadores contemporâneos. Esta delimitação demandará que nos debrucemos sobre conceitos e termos variados, tanto alguns que representam pontos de interesse frequentes na pesquisa psicanalítica, tais como tabu, neurose e “o estranho”, como outros menos visitados, como retenção e confissão.

No capítulo III, “Uma metapsicologia do segredo”, tentaremos demonstrar as dificuldades que enfrentamos quando tentamos determinar se o fenômeno do segredo está mais relacionado com o da repressão ou com o do recalque, já que ele parece funcionar sob uma lógica que está no limiar entre o que compreendemos sobre estes dois conceitos. Para isto, portanto, teremos que apontar as rupturas e continuidades entre estes mecanismos, tanto na forma como emergem na clínica como na história da conceituação psicanalítica.

Depois dessa primeira etapa, poderemos nos deter sobre a tarefa de descrever e qualificar as especificidades com que o segredo aparece em cada uma das duas situações que elegemos como paradigmáticas de nossa pesquisa: a da clínica psicanalítica e a do abuso sexual infantil. Apenas a partir deste ponto será possível tentar identificar quais variáveis determinam os aspectos analíticos ou patológicos na forma como um segredo se configura, bem como fazer inferências sobre o seu papel no processo de constituição psíquica.

No capítulo IV, “A lógica do segredo analítico”, realçaremos as formas com que o segredo adquire uma função positiva dentro do contexto da constituição egóica e do tratamento psicanalítico. Com isso esperamos poder pontuar reflexões acerca da prática clínica com relação ao manejo da transferência em casos nos quais a criação e manutenção de segredos adquirem aspectos relevantes.

Em “A lógica do segredo patológico”, capítulo V, investigaremos no segredo os aspectos adoecedores, potencializadores do trauma psíquico, em que o segredo pode se

manifestar, notadamente na cena da sedução perversa. Aqui, buscaremos também expor nossa hipótese de que determinados processos de formação de segredos patológicos podem influenciar significativamente na criação de arranjos psíquicos perversos e colaborar com a compreensão sobre as origens e funcionamentos desta psicopatologia.

Estas elaborações devem, esperamos, nos ajudar a responder perguntas tais como: Qual é a participação da consciência e dos arranjos familiares (forças promotoras da instauração de segredos) nos processos de recalcamento? Seria a presença do recalque uma pré-condição para a existência dos segredos ou, ao contrário, este mecanismo defensivo seria com eles incompatível? Pode a instituição de um segredo, em certas condições e em determinado sentido, fazer as vezes de um recalque? Com que prejuízos ao funcionamento do Eu? Um arranjo ou constituição perversa poderia ter sua origem relacionada, de alguma forma, à maneira como o sujeito aprende a instituir seus primeiros segredos?

Capítulo I - SEGREDO: DO SIGILO AO ENIGMA

> "*Penetrando no interior dos lares, meus olhos serão cegos, minha língua calará os segredos que me forem revelados, o que terei como preceito de honra.*"
>
> (Trecho do Juramento Hipocrático)

Aquele que procura um psicoterapeuta ou psicanalista, especialmente quando se trata de um cliente adulto, geralmente o faz consciente da obrigação do sigilo a que este profissional está submetido e de que terá garantida, portanto, a preservação dos eventuais segredos que possa a ele comunicar. Este contrato foi herdado pela psicanálise desde suas origens, tendo sido sua formalização incorporada à prática médica, sua ancestral histórica direta, em cerca de 500 anos A.C. através do Juramento de Hipócrates.

Apesar da idade dessa ciência, já há algum tempo centenária, a questão ainda é motivo de celeuma. Apenas em 1996 a Suprema Corte norte-americana estabeleceu legislação específica permitindo que psicoterapeutas se recusem a expor dados de pacientes em procedimentos judiciais. Lá, o vínculo terapeuta-paciente passou a ter os mesmos privilégios que a relação advogado-cliente ou marido-mulher, que há muito tempo já são protegidas legalmente. Iniciativas como estas sem dúvida colaboram para que, no imaginário coletivo, a psicanálise guarde uma certa proximidade com a confissão (Telles, 2005), assim como para que a figura do psicanalista esteja associada à imagem de um guardião de segredos.

Mesmo observadores bem informados e qualificados não deixam de, algumas vezes, estabelecer este tipo de relação, como é o caso do comentário de Renato Janine Ribeiro que afirma que "a própria psicanálise representaria, com o papel dado à vida sexual no tratamento, urn dos exemplos de como apostamos na revelação de nossos afetos mais secretos com a esperança de assim encontrarmos uma vida melhor, ou uma cura. (Ribeiro, 1994, p.11)

Poderíamos, sem dúvida, argumentar que esta é uma concepção empobrecida do trabalho de um psicanalista já que, como sabemos, o corpo teórico de que dispomos nos mune de ferramentas que, se bem utilizadas, nos permite ir muito além deste

estereótipo. No entanto, não se pode negar que esta construção, que é pelo menos em parte responsável pela aura de fascínio que a psicanálise exerce sobre muitos, é fundamentada em uma correta, embora limitada, observação leiga sobre os acontecimentos concretos que cercam a terapia analítica.

O fato é que os próprios profissionais da psicanálise, com suas práticas, discursos e técnicas, reafirmam um lugar e uma legitimidade à privacidade e, portanto, de forma indireta, à importância da existência e manutenção dos segredos. Mas, por que o fazem? Seria este procedimento unicamente uma resposta a exigências éticas, ou talvez uma adaptação da classe profissional, concessão feita com vistas a garantir a aceitação na ordem social[3]? Ou poderíamos justifica-lo, além disso, como uma ferramenta técnica adotada em função de alguma característica específica e intrínseca da psicanálise? O sigilo proposto na relação psicanalítica seria simplesmente uma continuidade do sigilo médico do qual foi inicialmente instituído, compartilhando com ele todas as especificidades? Se uma distinção existe, qual será ela?

Não há como negar que, ainda que haja razões mais técnicas e específicas para justificá-lo, a presença do pacto sigiloso na clínica analítica responde também a uma pressão social pela manutenção dos segredos. Considerar que esse compromisso é motivado, entre outras coisas, pela conveniência, admite tanto que a os psicanalistas o assumem para adaptar-se à ordem cultural vigente, que poderíamos chamar de "hipócrita" (sem dar necessariamente a este termo unicamente a conotação negativa a que comumente está ligado), assim como também coadunam com esta prática porque ela é condição para que tenham acesso aos clientes, sem os quais estariam impedidos tanto de seguir com suas pesquisas como de atuar profissional e comercialmente.

O próprio Freud (1972 [1905], p.06) comenta que "é certo que os pacientes nunca teriam falado se lhes tivesse ocorrido que suas revelações poderiam possivelmente ser utilizadas cientificamente, e é igualmente exato que pedir-lhes autorização para publicar sua história seria totalmente inútil". Embora devamos admitir

[3] É claro que ao problematizarmos esta questão, não pretendemos propor qualquer tipo de terapêutica alternativa, que supere ou evite a presença do segredo na clínica. Tal proposta, acreditamos, seria um devaneio ingênuo e estéril, pois para tentar realizá-la teríamos que ignorar, deliberadamente, que um processo psicanalítico ocorre de modo concomitante a outros processos, tão inevitáveis quanto importantes para as vidas do analisando e do analista. Em muitos destes processos, que poderíamos denominar de "extra-analíticos", a existência e a manutenção de segredos são plenamente justificadas por motivos que escapam aos pressupostos e objetivos de uma psicanálise. Este questionamento tem aqui outra função, muito mais modesta, de esclarecer se há exigências que a presença do segredo satisfaz especificamente na clínica analítica, distinguindo o sigilo analítico de outros sigilos profissionais.

que neste mesmo texto Freud se mostra atento às questões éticas aí implicadas, ponderando o dilema como uma oposição entre o dever do médico frente ao paciente individual e o dever do médico frente à ciência, uma questão adicional fundamentalmente pragmática se impõe aqui. Parece-nos duvidoso supor que a psicanálise, nos moldes em que a conhecemos, pudesse desenvolver-se e existir caso não atendesse a estas duas condições aparentemente contraditórias: a de tornar públicos os efeitos que produziu em situações reais e, portanto, em pessoas reais, e à de privacidade exigida pela maioria de seus pacientes.

Poderíamos argumentar que em cada uma destas condições o que há de essencial para que produzam estes efeitos não são, de fato, realmente a publicidade ou a privacidade acerca do que acontece em uma psicanálise, mas sim que o alvo de seus efeitos assim os percebam: que o leitor das teorias psicanalíticas possa guardar a convicção de que os eventos ali relatados realmente correspondem àqueles acontecidos na realidade e que o psicanalisando tenha a sensação de que seus segredos serão mantidos a salvo do conhecimento de outrem sob quaisquer circunstâncias. Com isto em mente é que Freud e seus contemporâneos tomavam medidas, ainda hoje em uso, como, por exemplo, escolher como exemplos histórias que tivessem menor probabilidade de serem conhecidas do círculo de seus colegas e leitores, esperar algum tempo depois do fim do tratamento para publicá-lo, alterar os nomes que pudessem indicar as circunstâncias em que os acontecimentos realmente aconteceram, etc.

No entanto, visto estritamente sob este ângulo, o compromisso da psicanálise com o sigilo poderia ser equiparado àquele que encontramos em diversas outras profissões tais como a do advogado, do contador, do médico, do padre, etc. Todas estas profissões têm em comum o fato de que para aqueles que as exercem são confidenciados aspectos das vidas de seus clientes que poderiam, caso viessem a público, constrangê-los ou mesmo arruiná-los. Por isso os prestadores destes serviços ocupam um espaço de certa tensão no qual, embora lhes seja consentido ter acesso a valiosos segredos para que seus conhecimentos possam gerar benefícios, devem obedecer à condição de que isso não desmascare e perturbe demasiadamente a sempre frágil ordem social. Dentre as restrições a que se devem submeter para enquadrarem-se neste espaço está, portanto, o respeito ao papel desempenhado pelo segredo, que protege profissionais e clientes e aparece sob a forma institucionalizada do sigilo profissional, com suas obrigações, inclusive legais. O sigilo estaria assim, considerado unicamente sob este aspecto, posto como uma norma moral e legal.

Argumentações instrumentais, até ainda mais que as éticas, parecem ter sido consideradas boas o suficiente para justificar a existência dos segredos em vários contextos profissionais sem a necessidade de razões técnicas adicionais, o que é exemplarmente descrito no trecho abaixo, que se refere à atividade do contabilista:

> "*Se o trabalho é de confiança, em confiança devem ser mantidas as relações do mesmo e tudo isto exige sigilo. Rompida a confiança, rompe-se a relação entre contabilista e cliente; o mesmo se passa na medicina, na advocacia, em qualquer ramo onde confidências são ligações entre cliente e profissional. Haveria perda de mercado de trabalho e também de meio de sobrevivência se fosse diferente.*" (SÁ, 2003).

Considerações como estas, que abrangem todas as ocupações que têm que lidar com a questão do sigilo, inclusive a do psicanalista, incluem-nas não apenas no campo dos direitos do consumidor (dentro de um contexto legal do "direito à vida privada") mas também no das técnicas usadas para gerar confiança entre cliente e profissional. Dotadas destas características, estas profissões podem acatar, mais do que a qualquer ética ou lógica intrínseca às suas práticas, as implacáveis leis de mercado.

De qualquer maneira, estas preocupações, sem dúvida justificadas, fazem com que não possamos lançar dúvidas sobre o fato de que as características da função do psicanalista enquadram-no no grupo de profissões que compartilham e respondem à obrigação do sigilo profissional. É talvez graças ao fato de que este compromisso é compartilhado com outras atividades que muitas vezes o pacto de sigilo tem sido tomado como elemento óbvio ou alheio ao domínio do analista e, portanto, considerado tema pouco interessante para a pesquisa em nossa área.

A criação e sustentação dos segredos analíticos, porém, marcaram de tal forma o surgimento do método psicanalítico e têm nele ainda tanta importância que não discuti-las seria não levar em conta aspectos fundamentais tanto para a história quanto para a técnica da psicanálise. Assim, embora tenhamos que considerar que, de fato, foi somente ao assumir este compromisso com a privacidade de seus clientes que o psicanalista encontrou condições para existir como um profissional, considerar esta como sendo a única função do segredo no ambiente clínico é, sem dúvida, uma simplificação empobrecedora, e explorar uma perspectiva que explore suas facetas mais complexas se estabelece como um pré-requisito para a nossa pesquisa.

1.1 - Diferença entre significações atribuíveis ao termo “Segredo”

"Onde encontrar uma contradição, faça uma distinção"

- Adágio escolástico -

A tarefa inicial que se coloca diante de quem, como nós, deseja melhor compreender o sentido e a função dos segredos na teoria e na técnica analítica é, sem dúvida, delimitar, em termos metapsicológicos, ao que exatamente nos referimos quando falamos de “segredo”. No entanto, antes de nos dedicarmos a esta empreitada, devemos observar uma exigência ainda anterior. Antes que este mapeamento possa ser feito e utilizado em nossas construções teóricas, precisamos buscar mapear os principais contextos em que o tema aparece, não só em sua prática e no campo de sua ciência, mas também nos contextos com que ela se relaciona. Isto se dá porque esta pesquisa, embora ambicione tratar de temas relevantes para a psicanálise, desenvolve-se a partir de conceitos que não são especificamente psicanalíticos e de fenômenos que acontecem em outros lugares além do *setting* analítico.

Para satisfazer a esta exigência, faremos inicialmente um breve exame dos diferentes significados que podem ser atribuídos ao termo “segredo”. Esta digressão se faz necessária porque, embora possamos considerá-lo linguisticamente bem demarcado, aparentando ter em um primeiro momento um sentido óbvio e inequívoco, veremos que, ao contrário, o termo admite significados múltiplos e, em certos momentos, até mesmo contraditórios.

Assim, uma delimitação que adeque o termo segredo a nossos objetivos científicos vem a ser uma tarefa complexa por causa das ambiguidades apresentadas entre os significados que a ele podemos atribuir. Para que possíveis variações conceituais não dificultem ou impeçam a análise sistemática do nosso objeto de pesquisa, devemos identificar a quais fenômenos (ou grupos de fenômenos) o termo segredo costuma ser associado e elucidar quais deles nos interessarão aqui. Afinal de contas, muito mais do que com a terminologia, é com os fenômenos a que ela se refere que queremos nos ocupar.

Devemos observar que, ainda que esta etapa se apresente como preliminar, já nela encontraremos muitas implicações importantes no que diz respeito aos contextos da cena de abuso sexual e do *setting* analítico. Por isso, deveremos retomar algumas de suas questões mais à frente, nos últimos capítulos.

1.2 - O segredo em seus aspectos sigiloso e enigmático

ÉDIPO - "*Irei até o fim. Com tais indícios terei esclarecido, afinal, o enigma de meu nascimento*".

(Sófocles, Édipo Rei, p.63)

Uma breve investigação sobre o vocábulo "segredo" poderá esclarecer a complexidade com que podemos tratar o tema e possibilitará que estabeleçamos distinções entre pelo menos duas formas com que este fenômeno pode se manifestar. Cada uma destas acepções oferece implicações e desdobramentos singulares, que fornecerão uma distinção importante para nossos fins.

Vale lembrar que, se estamos fazendo aqui a análise da rede semântica que se forma em torno do termo "segredo", esta se justifica tão somente porque estamos investigando a possibilidade da existência, subjacente a estas variações, de um fenômeno caracterizado por certa unidade e continuidade, com mecanismos psíquicos a ele correspondentes.

Dentre as possíveis definições dadas à palavra segredo, as primeiras delas que nos interessam se referem ao caráter de sigilo. Até este ponto de nosso texto, tanto quanto na literatura psicanalítica de forma geral, os termos "segredo" e "sigilo" têm sido usados indistintamente como sinônimos. De fato, os dois se referem igualmente bem ao fenômeno caracterizado pelas iniciativas que os seres humanos promovem a fim de restringir entre si o acesso a informações relativas a determinados conteúdos e acontecimentos. Estas restrições são feitas, nestes casos, com um "não falar sobre", o que implica a retenção de um conteúdo, a criação de um silêncio e, sobretudo, a sua manutenção.

No entanto, embora reconheçamos que os conceitos correspondentes a segredo e sigilo sejam de fato muito próximos e até se confundam em alguns contextos, nos parece possível e importante diferenciar um do outro já que, nas situações em que os encontraremos em nossa pesquisa, eles não são sempre conversíveis entre si. Devemos admitir que os pontos de vista aqui apresentados relativos a estes termos são particulares e não generalizáveis a todos os usos das palavras segredo e sigilo, esclarecendo que nosso objetivo neste texto é utilizá-las unicamente como ferramentas facilitadoras da reflexão sobre uma problemática específica.

Uma primeira pesquisa acerca das definições usadas em dicionários para os verbetes *segredo* e *sigilo* aponta na direção de que estes dois conceitos estão intimamente entrelaçados e que, de fato, seus sentidos se interpenetram:

> **Segredo:** 1- Aquilo que a ninguém deve ser revelado, que é secreto, *sigiloso*. (...) (HOUAISS, 2001).
>
> **Segredo*:*** 1- Do s. lat. *SECRETU* 'Aquilo que não pode ser revelado; *sigilo'*. 2- Aquilo que se oculta à vista, ao conhecimento; aquilo que não se divulga; *sigilo*. (...) (HOLANDA, 1999).
>
> **Sigilo:** 1- Aquilo que permanece escondido da vista ou do conhecimento, segredo. (...) (HOUAISS, 2001).
>
> **Sigilo:** Do lat. *sigillu*, "selo": 1- Segredo; (...)(HOLANDA, 1999).

Uma observação um pouco mais cuidadosa, porém, revela que há, de fato, alguns significados que se ajustam apenas a um ou a outro termo, como por exemplo:

> **Segredo:** (...) 7- Aquilo que há de mais recôndito na pessoa humana. 8- Mistério, enigma. 9- Razão misteriosa, causa secreta. (...)13- Lugar oculto; esconderijo, recesso, esconso. (...) *(*HOLANDA, 1999).
>
> **Segredo:** (...) 2- Sentimento íntimo que não se comunica a outrem. (...) 5- O sentido, o significado oculto de algo. (...) 7- Causa ou razão desconhecida, secreta, misteriosa. (...) (HOUAISS, 2001).
>
> **Sigilo:** (...) 2- Sinete de selo; marca, carimbo, selo. (...) (HOLANDA, 1999).

A partir disso, podemos afirmar que o conceito de sigilo difere do de segredo em alguns casos, o que confere uma distinção, ainda que sutil, entre os dois termos. Embora ambos sirvam para falar do que é oculto e esconso (ou, melhor dizendo, ocultado e escondido), sigilo, ao contrário de segredo, não abarca o sentido de enigma, de mistério, de razão desconhecida. Isto porque, enquanto segredo vem do latim *SECRETU*, que significa "apartado, escondido, oculto, pouco usado", sigilo vem do latim *SIGILLUS*, "selo" (de cera ou outra substância), um artifício que se usava antigamente para lacrar documentos a fim de evidenciar se eles já tinham ou não sido abertos.

Como vemos, o termo "segredo" pode ser usado tanto em proximidade com o sentido de "sigilo" quanto com o sentido de "enigma", embora estes dois expressem ideias diferentes. Esta constatação é importante para que compreendamos a amplitude

de significados possíveis para a palavra segredo, assim como uma variedade de aspectos que podemos realçar naquilo a que se refere. Consideramos que excluir um destes aspectos de nossa análise, por cômodo que possa parecer, nos afasta do objetivo que aqui traçamos, de compreender o fenômeno do segredo da forma mais ampla possível.

No entanto, ainda que desistamos de dar ao termo uma definição inequívoca, já que a sua imprecisão parece ser correlativa à dificuldade de limitar o conceito, como poderemos melhor demarcar as diferenças entre o segredo em seu aspecto sigiloso e o segredo em seu aspecto enigmático?

Para fazê-lo, devemos considerar que os conceitos de segredo sobre os quais pretendemos nos debruçar aqui são aqueles que podem se manifestar sob a forma de um "pacto", seja aquele firmado entre analista e analisando (no qual se faz presente a lógica do segredo analítico) ou aquele imposto por um abusador a sua vítima (em que se manifesta a lógica do segredo perverso). Isto equivale a dizer que o que nos interessa nesta demarcação são as peculiaridades sob as quais se dão em um aspecto de relação.

O segredo de caráter sigiloso (lembremo-nos de sua etimologia ligada à do selo postal que acompanha as cartas) está forçosamente ligado à ideia de "correspondência": uma mensagem codificada, elaborada e endereçada para um outro, um receptor específico que conhece e domina o código em questão com o qual a mensagem se apresenta e pode, ocasionalmente, respondê-la.

Esta primeira acepção, relacionada ao sentido de sigilo, à confidencialidade de uma informação, seria aquela em que o segredo é simplesmente restritivo, pois aquilo que o sigilo encobre é algo sobre o que se evita falar porque representa uma ameaça ao equilíbrio da relação do sujeito com o outro, com o que estaria supostamente bem localizado e fora de si.

Este seria um segredo cujo conteúdo é relativamente claro e consciente, tanto para quem o conta como para quem o escuta: refere-se a algo que se sabe, mas sobre o que não se fala, a não ser em determinados contextos e a determinados indivíduos a quem o segredo é afirmado, comunicado e confidenciado. Em termos psicanalíticos, este conteúdo seria descrito como consciente ou pré-consciente e pertenceria claramente ao registro do sistema Cs (Pcs), o que nos faria supor que a energia nele envolvida fosse regida pelo processo secundário.

Portanto, embora posteriormente devamos voltar a esta conclusão, a fim de retificá-la e relativizá-la, acreditamos ter já aqui elementos suficientes para poder aproximar o sigilo ao conceito psicanalítico de repressão, já que, segundo Laplanche e

Pontalis, a acepção mais coerente (e mais comumente utilizada por Freud) para o termo repressão seria "*um mecanismo consciente atuando ao nível da "segunda censura", que Freud situa entre o consciente e o pré-consciente*".

Mesmo considerando esta conclusão, é importante ter em mente que, nas ocasiões em que um segredo é revelado, ainda que se trate de um segredo simplesmente sigiloso, durante o processo de sua elaboração o conteúdo tem que ser transformado de pensamento pré-consciente em palavras de caráter consciente, processo em que estará sujeito a alterações, já que deve ser esterilizado o tanto quanto possível de ambiguidades e enigmas para poder tornar-se uma mensagem comunicável. Para isso, o afeto a ele associado deverá ligar-se a representações e, transportado ao nível dos conteúdos ideativos, ser levado por um caminho que, ao menos quando fora da psicose, se desenvolve segundo o princípio de realidade, terminando numa ação motora, a fala, para que se tome uma comunicação com caráter de confissão. Este processo, em si, envolve um trabalho de elaboração e demanda energia psíquica.

O acontecimento da confissão, momento em que um segredo deixa, presumivelmente, de ser segredo, é, no mínimo, relevante dentro de um processo analítico. Não devemos subestimá-lo, supondo que sua estreita relação com o modo de funcionamento da consciência torne-o secundário em um processo de psicanálise. Ele não apenas evidencia a superação de uma inibição, indicativo de um movimento das resistências em jogo, como também aponta a emergência de um conteúdo que, se não é o próprio recalcado, aponta em sua direção. Este é o ponto de vista a partir do qual Theodor Reik, contemporâneo de Freud, apresenta importantes contribuições, que melhor analisaremos mais adiante, quando considerarmos com maior detalhamento o papel da confissão no contexto psicanalítico.

No entanto, quando ampliamos a acepção do termo segredo para a segunda significação apontada, enfatizando seu caráter misterioso, estaremos nos referindo a seu aspecto enigmático. Esta definição não é um desdobramento da primeira e se, de fato, apresenta algumas incompatibilidades com a noção estrita de sigilo, dela se fazendo distinta, não o faz em uma relação de oposição, mas de contiguidade. Este é um segredo que se esconde não graças a uma restrição voluntária por parte daquele que o detém, mas graças a, uma característica intrínseca ao seu conteúdo. Em seu aspecto de enigma, o segredo possui um atributo que o torna impróprio para ser comunicado: a indeterminação com relação a seu sentido. O que ele propõe só pode ser expresso em forma de interrogação e respondido com uma linguagem semelhante à onírica, seguindo

a lógica própria do processo primário. Seu significado, não sem efeito, é também o de charada, tal como aquela formulada no enigma da esfinge. Quando Édipo, na vitória que o leva a seu destino fatal, responde à célebre adivinhação, “qual é o animal que de manhã tem quatro pés, ao meio-dia tem dois, e ao entardecer três?”, é subvertendo-lhe o sentido que responde “o homem, que na infância se arrasta sobre os pés e as mãos, na idade adulta anda e na velhice recorre ao auxílio de um bastão”.

Uma esfinge que estivesse bem desperta poderia argumentar que, na realidade, o homem, quando velho, não anda sobre três pernas, mas sim sobre duas pernas e um bastão, o que é objetivamente bastante diferente. O herói poderia ser lembrado ainda, antes de ser devorado pelo monstro fabuloso, de que um homem não envelhece o suficiente ao longo de um dia para que sua resposta pudesse ser considerada válida. Mas a esfinge, cuja linguagem é a do sonho, do deslocamento e da condensação, é destruída junto a seu enigma e se atira do alto da pedra em que está assentada, despedaçando-se.

A riqueza e o fascínio propiciado por este mito estão, entre muitas outras coisas, na ilustração de que a dúvida, a manutenção de um enigma, é algumas vezes aquilo que mantém a estabilidade psíquica do sujeito. Esta não é, como poderia parecer, uma apologia à ignorância, mas o reconhecimento de que algumas perguntas devem poder ser mantidas interrogativas, ou seja, respondidas com assertivas concluídas não com um ponto final, mas sim com um outro ponto de interrogação.

Por isso afirmamos que, diferente do teor afirmativo em que se dá a confissão do segredo na relação de sigilo, o aspecto enigmático do segredo apenas pode se manifestar sob a forma de interrogação. Como pergunta colocada, charada ambígua, o enigma carece de decifração e ganha sentido apenas se encarado como provocação. Por carregar em si toda a gama de possibilidades do sem-sentido, pode ser enunciado somente através da tentativa, sempre parcialmente frustrada, de revelar-se. Não pode, a despeito de qualquer esforço interpretativo, ser completamente despido desta característica, posto que qualquer interpretação será apenas mais uma interpretação e não abarcará todas as interpretações possíveis.

Distinguimos nestas dimensões da técnica o reconhecimento de que a mensagem colocada em questão em uma interpretação psicanalítica não é do tipo que se organiza como de caráter afirmativo. Uma interpretação, ou pelo menos uma que mereça esta denominação, ainda que não seja formulada como uma pergunta, carregará sempre, pelo menos em parte, um caráter interrogativo em sua função de incentivar um não

fechamento da questão colocada pelo enigma do inconsciente, mas, antes disso, desdobrá-la.

Assim, como vemos, considerando que o enigmático é um dos aspectos com que se configura o conceito de segredo, devemos considerar que aquele "saber" ao qual nos referimos na conceituação que adotamos, em que o segredo é dado como "um saber escondido de outrem", não pode se restringir apenas aos conteúdos passíveis de racionalização e elaboração segundo o processo secundário, mas também a um saber que compreende a emergência e ao reconhecimento dos afetos e das fantasias.

O saber sobre o qual diz respeito o enigma pressupõe uma não correspondência entre as realidades subjetivas e singulares do eu e do outro: todas as tentativas de participa-lo e entendê-lo, submetendo-o ao funcionamento do princípio de realidade, sempre serão parcialmente falhas. Embora possa, em movimentos centrífugos ao eu, ser encenado em um sintoma[4], tão logo seu portador tente ligá-lo a uma representação e comunicá-lo verbalmente, este saber deixará para trás, obscuro e inaudito, mas sem dúvida ainda atuante, seu aspecto enigmático. Neste processo de codificação, que busca tornar o saber enigmático acessível ao campo comum entre o eu e o outro, fazendo-o emergir em forma de confissão[5], algo da essência do enigma se perde e permanece oculto: a confusão que lhe é inerente.

No entanto, como veremos mais adiante, embora Freud tenha se mantido fundamentalmente fiel ao paradigma da "cura pela fala", a contribuição de autores posteriores a ele nos fará perceber, progressivamente, o que já está implícito em seus textos: que há um determinado tipo de relação em que um enigma pode ser transmitido. Estas elaborações mais recentes apontam no sentido de que esta transmissão é, poderíamos dizer, a transmissão de uma confusão, de uma dúvida e, embora não se dê no campo da relação em que se comunica uma mensagem verbal, pode dar-se através de uma relação que a subjaz e precede, em que o que está em jogo é a transmissão de uma mensagem não-verbal, uma relação de compartilhamento.

Assim, denominaremos enigma aquilo que, em determinados e importantes momentos, compartilham entre si, por exemplo, a mãe e o bebê, o analista e o analisando, os amantes no ato sexual e até mesmo o artista com aquele que contempla

[4] Em "Inibições, sintomas e ansiedades" (1976 [1926], p. 111), Freud defende que "um sintoma não pode mais ser descrito como um processo que ocorre dentro do ego ou que atua sobre ele".

[5]Como já indicamos, em um trecho posterior, em que a oposição entre "confusão" e "confissão" se mostrará elucidativa, discutiremos a importância do momento confessional no tratamento psicanalítico.

sua obra no que ela tem de abstrata. Estes são sempre contextos que admitem a presença do confuso, do irracional, do que não precisa estruturar-se de forma conclusiva, como demanda o princípio de realidade, para ter reconhecida a sua existência.

Se nos permitirmos um elucidativo jogo de palavras, podemos dizer que o conteúdo comunicado se caracteriza por sua pretensão de ser interpretado "como-um", como mensagem feita para ser compreendida como única e inequívoca tanto para quem a emite (ou transmite) como para quem a capta. No entanto, quando se abandona a pretensão de ser inequívoco, assumindo-se a possibilidade do equívoco, o conteúdo compartilhado admite ser compreendido "como-parte", ou seja, que aquele que o emite tenha dele uma impressão diferente daquele que o capta.

Devemos, ainda, fazer algumas considerações adicionais a respeito dessa categoria de relações cujo compartilhar é o veículo. A primeira é que, como pode ser deduzido a partir dos exemplos que delas oferecemos, uma mensagem compartilhada, embora portadora de alguma confusão, não é necessariamente desintegradora ou ansiogênica, sendo a presença destas características condicionada, como veremos, a elementos complementares (ver no Cap.IV). Em segundo lugar, devemos considerar que, se relações de compartilhamento se dão em um nível não-verbal, isto não implica dizer que a palavra (representação) esteja excluída delas, mas apenas que elas a ultrapassam. Portanto, na ordem do que é compartilhado poderíamos incluir alguns tipos de silêncios (embora certamente não quaisquer silêncios), assim como o desmentido e a mentira (nos aspectos que estes mecanismos compartilham além do que é verbalizado).

Sollero-de-Campos (2009) faz ainda outra consideração, também importante, ao afirmar que comportamentos não-verbais - gestuais, por exemplo - não devem necessariamente ser tomados como elementos não simbolizados do ponto de vista da psicanálise. Lembra que, a conversão histérica, por exemplo, embora se apresente no corpo, está dentro do campo do simbolizado.

Sob a insígnia da "relação de compartilhar", com a qual desejamos contrapor a "relação de comunicar", podemos reunir concepções comuns presentes em perspectivas que se referem à transmissão de mensagens não-verbais. De fato, muito da originalidade de importantes teóricos pós-freudianos, tais como Melanie Klein, Winnicott e Lacan (para citar apenas alguns dos que são mais representativos e que nos servirão aqui como referências), está relacionada às elaborações que fizeram acerca de relações que ultrapassam a aspectos vinculados à comunicação verbal.

Cada uma dessas perspectivas, no entanto, privilegia aspectos e propõe modelos diversos para explicar os mecanismos e os efeitos destas relações, o que levou seus criadores a ampliar, a seu modo, a concepção do espaço analítico, instaurando novos paradigmas em psicanálise (Vieira, pág. 42).

Apesar de suas enormes e, por vezes, inconciliáveis diferenças, os vários aspectos trabalhados por estes teóricos nos ajudam a identificar diversas facetas da relação de compartilhar e sua importância na compreensão do fenômeno do segredo, bem como oferecem um vislumbre da abrangência e profundidade com que se pode abordá-lo.

Embora a caracterização que fizemos da relação de compartilhar, com os recursos de que dispusemos até aqui em nossa argumentação, tenha sido muito genérica, visto que em cada um dos contextos apresentados esta experiência está submetida a uma série de qualidades díspares, percebemos desde já que estes são sempre contextos que, em comum, admitem a presença do confuso, do que, embora precise estar estruturado no campo da representação, não precisa estar aí de forma conclusiva, podendo permanecer aberto a novas significações sem prejuízo para o fato de que sua existência venha a ser reconhecida e produza efeitos tanto no sujeito como eventualmente em sua relação com o outro.

Assim, como vemos, retomando nosso argumento inicial, na segunda compreensão apresentada para o termo segredo, a de enigma, identificamos nele uma característica que o distingue daquela em que o consideramos análogo ao de sigilo, que é a de representar um conteúdo que, embora vinculado a uma ideia, não é completamente passível de manifestação no discurso verbal. Como dissemos, este é um segredo que se oculta não por causa de uma reserva proposital por parte do seu guardião, mas sim graças a uma característica intrínseca ao seu conteúdo. Cabe perguntar, portanto, que tipo de característica seria essa.

1.3 - Conteúdo do segredo: consciente ou inconsciente?

No texto em que se dedica mais diretamente à descrição do inconsciente, Freud relaciona claramente o que é consciente àquilo que é ou pode ser colocado em palavras, opondo-o ao que é inconsciente, que é inexprimível, dizendo que:

> *"a representação consciente abrange a representação da coisa mais a da palavra correspondente, e a inconsciente é apenas a representação da coisa. (...); o sistema Pcs surge quando essa representação da coisa é sobreinvestida mediante a ligação com as representações verbais que lhe correspondem. (...) A representação não colocada em palavras ou o ato psíquico não sobreinvestido permanece então no inconsciente, como algo reprimido" (Freud,2010 [1915], pp.146-147)*

Esta característica de não-verbal que apontamos no segredo enigmático permite que aproximemos, portanto, parte do conteúdo de alguns tipos de segredos daquele material que, por entrar em conflito com os conteúdos conscientes, se apresenta como recalcado.

Assim como fizemos antes, no momento em que aproximamos o conteúdo do sigilo daquele consciente e pertencente ao registro do sistema Cs (Pcs), se precisássemos abordar a concepção de segredo enigmático a partir de uma noção correspondente na teoria psicanalítica, deveríamos aproximá-la dos conceitos de "recalcado" e "inconsciente", localizando-o no sistema Ics.

No entanto, quando dissemos, no penúltimo parágrafo, "parte do conteúdo de alguns tipos de segredos", assim o fazemos por admitirmos a possibilidade de que um segredo, em especial (mas não somente) aquele do tipo enigmático, em seu caráter interrogativo e, portanto, aberto com relação ao campo das representações, não corresponda a uma única representação coerente, mas sim a um conjunto de representações que se relacionam entre si, graças à sua proximidade ideacional, nas cadeias associativas que compõem o aparelho psíquico.

Poderíamos aqui, inclusive, esboçar uma hierarquia que classificaria estes conteúdos, denominados secretos, quanto à sua proximidade em relação ao campo do consciente ou do inconsciente, o que indicaria, além disso, a qualidade destes conteúdos com relação aos riscos de desintegração psíquica que cada um deles traria ao ego.

Diríamos, com isso, que se algumas das representações vinculadas ao segredo, mais inofensivas ao ego e mais próximas do conteúdo que denominaríamos sigiloso, podem chegar sem dificuldades até o registro consciente, sendo ocasionalmente confessadas e em alguns casos nem sequer serem consideradas "secretas" pelo sujeito, por outro lado há outras representações, igualmente vinculadas a um conteúdo secreto, que podem entrar em conflito com o conteúdo consciente e por isso se tornam

recalcadas com menor ou maior intensidade. Quanto maior esta intensidade, mais definitivamente estas representações são inconscientes e escapam, portanto, do campo do segredo (já que uma característica que podemos reclamar para o segredo é que ele seja descritivamente consciente, ou seja, que o seu guardião saiba do fato de que guarda o segredo), embora possam ser ocasionalmente incorporadas a ele na medida em que são feitas novas conexões entre representações, por exemplo, em um processo de psicanálise.

Embora esta perspectiva nos ofereça a compreensão de um importante aspecto do conteúdo (ou dos conteúdos) do segredo, considerar este tipo de hierarquização como uma resposta definitiva ao nosso problema de definir o conteúdo do segredo como pertencente ao campo do consciente ou ao do inconsciente nos parece uma tentativa de resolver a questão de uma forma demasiadamente simplificadora.

Isto porque acontece ainda que outras dessas representações, mesmo entrando em conflito com as ideias conscientes, não chegam a ser recalcadas (Freud, 1974 [1915]). Relegadas ao campo do silêncio que envolve o segredo, não chegam a ser pronunciadas ou mesmo pensadas, e permanecem pouco investidas de energia psíquica. Esta região nos parece ser o núcleo dos segredos, pois em seus diferentes espectros nela habitam e se confundem tantos os segredos de aspecto sigiloso quanto os mais caracteristicamente enigmáticos: conteúdos que paradoxalmente não são esquecidos (reprimidos/inconscientes) e nem lembrados (conscientes).

Portanto, se levantamos agora a questão sobre o conteúdo do segredo ser consciente ou inconsciente, não é porque pretendamos respondê-la imediatamente, mas apenas para que o leitor comece a considerá-la como uma investigação importante no contexto de nossa pesquisa.

Aqui somos, porém, levados a uma armadilha teórica e conceitual que devemos evitar. Ao propormos uma aproximação entre sigilo e repressão e entre enigma e recalcado assinalando, entre estas duplas, dois polos contrapostos, não desejamos com isso equivaler quaisquer destes termos uns aos outros, o que nos traria inúmeras desvantagens. Estaríamos, com isso, homogeneizando sob o título de “segredo”, sem qualquer ganho compensatório, um vasto espectro de conteúdos que a experiência psicanalítica nos ensina serem dotados de características essencialmente distintas. Além disso, esta seria a proposição de uma nova e redundante denominação para fenômenos cuja conceituação já é bem estabelecida, delimitada e consagrada.

No entanto, se no grupo de fenômenos heterogêneos abarcados e unificados sob a noção de segredo identificamos as fronteiras entre repressão e recalque, cujo entendimento é tão caro à psicanálise, sentimo-nos encorajados a supor que, investigando mais profundamente as características destes conceitos, seremos recompensados com uma compreensão mais aprimorada sobre os mecanismos psíquicos neles envolvidos e, portanto, visualizaremos melhor o lugar que os segredos têm nessa dinâmica. A esta tarefa nos dedicaremos mais detidamente no Capítulo III.

Antes disso, porém, contribuirá para a nossa compreensão a realização de uma curta retrospectiva sobre a forma com que o tema dos segredos tem aparecido na literatura psicanalítica em geral, dando ênfase às formas com que Freud dele se aproximou, o que nos permitirá vislumbrar tanto a multiplicidade de perspectivas como a grande abrangência com que pode ser abordado, assim como também delimitar com mais clareza e segurança cada um dos aspectos que estamos considerando nesta pesquisa.

Capítulo II – ILHAS E TRILHAS DO SEGREDO

> *"Desse modo, mesmo que ela, em si mesma, possa conter as mais vivas fontes, a fauna mais ágil, a flora mais colorida, os mais surpreendentes alimentos, os mais vivos selvagens e, como seu mais precioso fruto, o náufrago, além de contar, finalmente, por um instante, com um barco que a vem procurar, apesar de tudo isso ela não deixa de ser a ilha deserta. Para modificar tal situação, seria preciso operar uma redistribuição geral dos continentes, do estado dos mares, das linhas de navegação. Mais do que um deserto, ela é desertada."*
>
> "Giles Deleuze - A ilha deserta"

Ao longo de sua história, a teoria psicanalítica encontrou diferentes formas para aproximar-se daquilo que é conscientemente silenciado num discurso. É um desafio à conceituação observar o fato de que algumas vezes, tanto para Freud como para outros pesquisadores mais contemporâneos da psicanálise, o segredo seja visto através de perspectivas contraditórias. Esperamos poder aqui demonstrar que esta tensão, que já podia ser observada nas primeiras reflexões psicanalíticas e mantém-se também nas mais recentes, tem a ver com as características ambíguas e paradoxais que o segredo assume na vida psíquica.

Em um momento precoce de sua teorização, Freud (1972 [1905], pág 75) declarou que "aquele que tem olhos para ver e ouvidos para ouvir fica convencido de que os mortais não conseguem guardar nenhum segredo. Aqueles cujos lábios calam denunciam-se com as pontas dos dedos; a denúncia lhes sai por todos os poros". Esta afirmação, embora aqui se referisse mais especificamente a respeito do segredo de Dora, a masturbação que ela tentara ocultar, sem dúvida pode ser estendida aos segredos que rotineiramente são escondidos ou revelados ao longo das sessões psicanalíticas de forma geral. O tema do segredo é onipresente na experiência psicanalítica.

Embora julguemos que Freud não tenha mirado diretamente a questão dos segredos em sua teorização, não há dúvidas de que algumas de suas referências cingiram o fenômeno e apontaram trilhas promissoras para a sua observação, chamando

eventualmente a atenção de pesquisadores posteriores. Se em alguns momentos o segredo parece ser percebido por Freud em seu aspecto negativo, considerado como prejudicial ao psiquismo, impedindo o seu desenvolvimento e dificultando, inclusive, a intervenção psicanalítica, em outros é encarado de forma diferente, de forma positiva, com o papel de constituir o psiquismo e servir como ferramenta técnica essencial da psicanálise. Cada uma destas perspectivas leva a diferentes consequências clínicas e desdobramentos para a teoria psicanalítica, o que torna importante apreciá-las.

As perspectivas dos psicanalistas ao tentar abordar o segredo têm sido, segundo identificamos, especialmente duas: considerar o fenômeno segredo em sua relação com a constituição psíquica do sujeito ou encarar o aparecimento do segredo dentro do contexto do tratamento psicanalítico.

Embora levar em conta esta divisão nos tenha ajudado em muitos momentos a melhor nos situarmos com relação ao material que trata o tema do segredo, ela não se sustenta quando levamos em consideração o conceito de transferência na psicanálise, que Laplanche e Pontalis (2001, p. 214) definem como "uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada". Considerado dessa forma, o segredo passa a ser uma vicissitude presente na relação analítica justamente por ter sido também no percurso da constituição psíquica do sujeito. Em outras palavras, a função que o estabelecimento de segredos teve no processo de constituição do Eu aparecerá de alguma forma atualizada no contexto analítico. Dedução teórica que nos deixa à vontade para tratar os dois contextos de forma conjunta, realizando distinções apenas quando necessário.

Para que atinjamos os objetivos desta pesquisa, o termo segredo deverá ser rastreado em sua relação com outros já consagrados pela metapsicologia. Para isto, realizamos um breve inventário de referências feitas ao tema que pudemos localizar na literatura analítica, dando ênfase ao texto freudiano e seus desdobramentos mais imediatos.

No entanto, tal é a onipresença dos segredos na clínica e, portanto, tão grande é a extensão de seus reflexos indiretos nas elaborações dos teóricos da psicanálise, desde Freud até os mais contemporâneos, que qualquer rastreamento, por exaustivo que seja, nos parece fadado a ser sempre incompleto. Devemos admitir que, em nossa experiência ao longo desta pesquisa, cada perspectiva em psicanálise com que travamos contato nos pareceu apontar uma nova e promissora linha de investigação do tema. Por conta disso, tivemos que reconhecer a impossibilidade de aproveitar várias das referências aos

segredos que encontramos, inclusive algumas das que nos pareceram valiosas para uma compreensão mais geral do tema.

Assim, já que, diante de um campo muito vasto a ser explorado, tivemos que eleger alguns destes caminhos, excluindo outros, demos preferência àqueles que nos pareceram mais promissores para a investigação do que estamos chamando de lógicas do segredo analítico e do segredo patológico. Na escolha de nossas referências teóricas, já que vários autores parecem se aproximar do tema dos segredos a partir de ângulos parecidos, buscamos nos orientar pelos critérios do pioneirismo e da representatividade, privilegiando autores que nos parecem ter inaugurado trilhas e paradigmas originais acerca do tema do segredo e também que ajudaram significativamente na construção de nossas próprias conclusões acerca do tema.

2.1 - O segredo como "retenção"

Se Freud menciona apenas episodicamente a questão do segredo ao longo de sua obra (Mijolla, 2005), seu texto alude várias vezes ao fenômeno. Já muito cedo, em 1893, conforme indicam Laplanche e Pontalis (2001) em seu Vocabulário de Psicanálise, na *Comunicação Preliminar*, a noção de "retenção", cujo sentido se relaciona ao ato de guardar determinadas palavras e ações para silenciar um afeto penoso (o que a faz, portanto, muito próxima da noção de segredo), "estava presente para designar uma série de condições etiológicas em que, por oposição ao estado hipnóide, é a natureza do trauma que torna impossível a ab-reação" (Laplanche & Pontalis, 2001, pág. 215).

Esta perspectiva, aparentemente a primeira aproximação teórica que Freud faz do tema, inaugura a percepção do segredo mais comum na história da psicanálise, mesmo em estudos posteriores, apresentando-o como um fenômeno de caráter prejudicial, sendo ilustrativamente expressa por Breuer em "Estudos sobre a histeria":

> *"Dizer as coisas é um alívio; descarrega a tensão mesmo quando a pessoa a quem se fala não é um padre e mesmo quando não se procura qualquer absolvição. Quando se nega essa saída à excitação, ela às vezes se converte num fenômeno somático, tal como acontece com a excitação pertinente aos afetos traumáticos. Todo o grupo de fenômenos histéricos que*

> *assim se origina pode ser descrito, com Freud, como fenômenos histéricos de retenção"*. (Breuer & Freud, 1974 [1893], p. 265)

Àquela época, em que o tratamento consistia basicamente em estimular a recordação do trauma psíquico de forma a objetivá-lo pela palavra e produzir uma catarse, considerava-se que as origens da neurose se encontrariam na experiência traumática, evento importante e penoso que deveria poder ser invariavelmente localizado com precisão na história do sujeito e cujo afeto fora por ele retido. Esta noção de "retenção" levava em conta ainda, conforme Laplanche e Pontalis (2001, p. 215), que "o trauma esbarra, quer em condições sociais que impedem a sua ab-reação, quer numa defesa do próprio sujeito".

Por "condições sociais que impedem a ab-reação", podemos entender uma referência tanto ao sentimento de vergonha, aos deveres para com os compromissos sociais, morais, religiosos, tabus, etc., como também ao constrangimento moral e situações de violência e ameaça que brutalmente imponham à consciência um silêncio sobre determinado tema ou evento. No entanto, ainda segundo os autores do Vocabulário, a noção de retenção logo desaparece do texto freudiano já que "quando quer explicar o fenômeno de retenção, Freud encontra a defesa" (Laplanche & Pontalis, 2001, p. 215).

Esta direção foi enormemente influenciada pela tendência, vigente no final do século XIX, que privilegiava a experiência individual em detrimento às experiências relacionais ou sociais (VIEIRA, 2010) e acompanha também a valorização que Freud dá ao sentimento de culpa em detrimento ao de vergonha, considerando o primeiro como o elemento mais importante para a constituição da moralidade no ser humano (Araújo,1998) e o segundo como submetido ao primeiro.

Dessa forma, ofuscada diante das espantosas possibilidades de pesquisa surgidas com a descoberta das defesas psíquicas[6], a discussão relacionada aos mecanismos de retenção com relação às suas causalidades extra-psíquicas e seu papel na clínica perderam espaço, como se sequer pudessem existir.

[6] Mesmo em suas relações com o tema das defesas psíquicas o fenômeno do segredo passou ao largo das observações de Freud, visto que um conteúdo retido desta forma se encontra, como veremos, em uma posição especial tanto com relação ao trabalho do consciente como do inconsciente. Certamente, também poderíamos encontrar paralelos entre guardar o conteúdo de um segredo e a reter as fezes, comportamento a partir do qual Freud inferiu características ao caráter da neurose obsessiva.

É provável que tenha sido graças a este encaminhamento, em que a noção de retenção é absorvida pela de defesa, que a psicanálise estritamente freudiana se afastou da pesquisa sobre o segredo, fazendo-a assumir, se muito, um papel de coadjuvante, o que explica a relativa escassez de material teórico psicanalítico que se dedique diretamente ao tema.

Não afirmamos com isso que Freud tenha negligenciado completamente os desdobramentos relacionados ao segredo, tanto na clínica quanto fora dela. Pelo contrário, é somente a partir de sua obra que a noção de segredo pode ser decantada e mostrar-se maior e mais complexa do que parece em sua obviedade. No entanto, de forma geral, se em alguns momentos Freud localiza a questão em um plano estritamente individual, o da defesa psíquica, e em outros faz o mesmo no plano da sociedade humana, o do tabu, o intervalo entre os dois campos de fenômenos se mostrou demasiadamente amplo para que todos os seus diversos matizes pudessem ser explorados. Ainda que haja feito esforços no sentido de integrá-los, especialmente em suas obras que ficariam conhecidas como de "Psicanálise aplicada", nas quais se permite certas generalizações referentes à cultura a partir de suas observações clínicas, Freud deixaria muitas das questões pertinentes às relações entre o campo social e o intrapsíquico a espera de pesquisadores posteriores.

Nos últimos tempos, porém, a propagação da psicanálise e sua utilização para além dos contextos sobre os quais ela originalmente se ocupava (como, por exemplo, no tratamento de vítimas de violências severas) vem mostrando a importância de considerar como variáveis teóricas importantes a presença dos fatores sociais que impedem determinados conteúdos traumáticos de serem expressos e ab-reagidos. Isto é ainda mais verdadeiro quando aplicado a uma clínica como aquela desenvolvida com crianças e adolescentes vítimas de abusos sexuais, pelas condições psíquicas relativamente mais delicadas em que estes indivíduos, neste momento de estruturação de seu desenvolvimento psíquico, se encontram, o que ocasiona que sejam mais suscetíveis às condições ambientais do que em outros momentos de suas vidas.

Indo neste sentido, os progressos teóricos mais recentes da teoria psicanalítica têm caminhado para uma melhor compreensão de como os fatores interpessoais ou relacionais interagem com os intra-psíquicos, enfatizando progressivamente a presença do outro na dinâmica e na formação do Eu.

2.2 - O segredo e a relação não-verbal

Sollero-de-Campos (2009, p. 194), nos lembra que a noção de uma dimensão não-representacional no aparelho psíquico esteve presente em Freud desde seus primeiros escritos, já na *"Carta 52"* e no "*Projeto de uma neurologia para psicólogos"*, de 1896, até os mais tardios, como "Além do princípio do prazer", de 1920. Neste último, Freud considera que a pulsão de morte, que não tem objeto, e a compulsão de repetição, tentativa de construir uma trama representacional que permita o acesso ao simbólico, assinalam a impossibilidade de representação de algumas vivências e a consequente angústia frente ao irrepresentável. As proposições de Freud são bastante mais pontuais, entretanto, no que tange aspectos não verbais envolvidos especificamente nos fenômenos relacionais e intersubjetivos.

Apesar desta constatação, podemos afirmar que nos momentos em que Freud aponta as manifestações dos fenômenos relacionais não verbais, ainda que isso se dê em ocasiões pontuais e sem um reconhecimento claro, ele o faz em uma perspectiva fecunda para estudos posteriores. Destacaremos aqui dois destes momentos que, por levantarem questões importantes para nossa reflexão sobre os segredos, nos chamam a atenção.

No primeiro deles, em seu artigo "A disposição à neurose obsessiva", de 1913, Freud oferece-nos um exemplo de uma espécie de transmissão de mensagem não verbal ao relatar um caso clínico em que se instala uma verdadeira rede inter-relacional de segredos. Uma mulher havia caído em uma histeria de angústia, que se manifestava através de uma compulsão por lavagem e limpeza, além da tomada de "medidas protetoras extremamente enérgicas contra danos graves que pensava que outras pessoas tinham razão para temer dela" (Freud, 1969 [1913], pág 403).

Segundo Freud, a mulher sabia que sua patologia estava relacionada à frustração proporcionada pela recente descoberta de que não poderia ter filhos do marido, a quem amava. Ela fez de tudo para que ele não soubesse da verdadeira causa de seu adoecimento. O marido, entretanto, embora a esposa não lhe tenha contado nada, intuiu o segredo e ficou magoado com isso. Ele, por sua vez, tentou esconder da esposa o que sentia, sem demonstrar sua mágoa, e acabou também reagindo inconscientemente, passando a falhar em suas relações sexuais com ela. Comentando o caso, Freud (1969 [1913], pág. 402) afirma que "todos possuem, em seu próprio inconsciente, um

instrumento com que podem interpretar as elocuções do inconsciente das outras pessoas".

Aqui, Freud não hesita quanto a considerar as mensagens trocadas pelo casal como inconscientes. Dois anos mais tarde, no texto "O Inconsciente", de 1915, ele reafirma que "constitui fato marcante que o inconsciente de um ser humano possa reagir ao outro, sem passar através do consciente." Neste momento, no entanto, faz uma ressalva que nos interessa, por tornar possível problematizar esta qualificação quanto a ser puramente inconsciente: "Isso merece investigação mais detida, principalmente com o fim de descobrir se podemos excluir a atividade pré-consciente do desempenho de um papel nesse caso, descritivamente falando, porém, *o fato é inegável"* (1974 [1915], pág.222).

Em outro relato, trazido em "Notas sobre um caso de Neurose obsessiva" Freud (1969 [1909]) também se refere a uma troca de mensagens não-verbais, mas aqui uma característica importante o distingue do anterior por delinear sua postura técnica frente à emergência do segredo na clínica.

Diante da dificuldade do "homem dos ratos" em relatar uma história sobre a qual desejava fazer segredo, circunstância em que o paciente, agitado, chegou até mesmo a levantar-se do divã, solicitando ao analista que fosse poupado do sofrimento que adviria da exposição dos detalhes, Freud mostrou-se insistente:

> *Assegurei-lhe que eu próprio não tinha gosto, qualquer que fosse, por crueldade, e certamente não tinha desejo algum de atormentá-lo; contudo, naturalmente não podia conceder-lhe algo que estava além de minhas forças. Ele podia, igualmente, pedir-me para lhe dar a lua. A superação das resistências era uma lei do tratamento, e de forma alguma poder-se-ia dispensá-la. (Expliquei a ideia de `resistência' a ele, no começo da sessão, quando me contou que havia nele muita coisa que ele teria de superar, se tivesse de relatar essa sua experiência.) Continuei, dizendo que faria tudo que pudesse para, não obstante, adivinhar o pleno significado de quaisquer pistas que me fornecesse. (Freud, 1969 [1909], p. 170-171)*

Freud continua dizendo que, quando o paciente finalmente cedeu e relatou a história que tanto se recusara a contar, descrevendo a terrível tortura com ratos que havia escutado de um capitão cruel, seu rosto assumiu uma expressão que Freud reconheceu como sendo muito estranha, pois carregava simultaneamente um aspecto

tanto de horror como de prazer. A fisionomia do homem dos ratos expressava ali algo que para ele era inconsciente, mas pôde ser percebido e interpretado por Freud. (Bueno, 2006, pág. 96). Esta ocasião, em que o analisando expressa algo que até então é inconsciente, compartilhando-o em forma de uma mensagem enigmática (nesse caso específico, a expressão de horror/prazer que a face do homem dos ratos assume na presença de Freud), material de que é feito um segredo, ou com o qual ele está intimamente relacionado, revela-se, portanto, especial em um tratamento psicanalítico.

Embora neste relato específico não tenha ficado claro o que Freud comunica de volta ao paciente, como resposta àquilo que foi compartilhado com ele, dá-se aí um momento em que um conteúdo recalcado torna-se mais propenso a retornar em forma de linguagem e, assim, emergir no campo da consciência em condições de ser elaborado via processo secundário. Aqui podemos perceber com maior clareza, na clínica, a interface que o material secreto permite vislumbrar entre o que está inconsciente e o que está consciente. Como o leitor perceberá, esta é uma ideia que perpassa as conclusões que extraímos de nossa pesquisa, e que será abordada em vários momentos ao longo deste trabalho.

No entanto, embora, como dissemos, Freud tenha admitido e trabalhado com os aspectos não verbais em sua metapsicologia, o seu paradigma prioritário continuaria sendo o da cura pela fala. Os desdobramentos de suas hipóteses sobre as relações não-verbais seriam explorados com mais intensidade apenas posteriormente por continuadores de seus pressupostos.

Melanie Klein sempre destacou e até privilegiou a importância dos elementos relacionais não-verbais, tanto na análise como numa teoria que leva em alta consideração os desdobramentos constitucionais da relação mais primitiva entre mãe e bebê marcada por uma “compreensão sem palavras” (Klein, 1970, p. 135).

A importância destes elementos para esta autora pode ser vista também, por um lado, quando a vemos afirmar que a criança teria precocemente fantasias inconscientes, independentes da percepção e da linguagem, procedentes do âmbito constitucional. Por outro lado, a relação não verbal revela-se central na técnica kleiniana da psicanálise de crianças, pois nela o brincar é considerado uma alternativa adequada para permitir o acesso ao inconsciente, em lugar da linguagem verbal com que o adulto se introduz no processo analítico.

Também Jacques Lacan, a seu modo, se depara com a relevância das relações não verbais. Um de seus desdobramentos teóricos importantes nessa direção é o

desenvolvimento do conceito de *lalíngua,* no que ficou conhecido como seu "Último ensino" (Lacan, 1985). Este neologismo, forjado por Lacan, não por acaso, a partir do termo associado à linguagem do bebê e da sua mãe, a "*lalação"*, seria uma forma de satisfação ligada à ação de falar que não dependeria da significação a ela vinculada, comportando efeitos que são afetos, estando oposta à comunicação e não implicando em diálogo.

Miller (2003) afirma que no conceito de *lalíngua* há muito mais coisas do que sabe a linguagem e que esta seria "uma forma de tecer um esboço de laço social" (idem, p. 276). Na técnica lacaniana esta concepção tem também um grande alcance clínico, pois considera-se *lalangue* como uma forma que o analista tem de se vincular ao sujeito psicótico.

A teoria de Winnicott, em parte herdeira das inovações propostas por Klein e em diálogo, embora nem sempre concordante, com concepções de Lacan (Vieira, 2010, p. 36), apresentará a noção de comunicação silenciosa, que coincide com a não-verbal (Winnicott, 1983, p.174) e é, portanto, compartilhada, tendo desdobramentos profundos no campo das relações objetais (idem, pág. 164). Por sua abordagem mais direta a respeito do tema do segredo, que Winnicott trata mesmo por este nome, encontraremos nele algumas das contribuições mais esclarecedoras para nossa pesquisa.

As concepções defendidas por Winnicott sustentam a possibilidade de poder referir-se a uma área psíquica intermediária entre o que é subjetivamente concebido e aquilo que é objetivamente percebido. Este pesquisador afirma a importância de que, além destas duas realidades, possamos falar também de uma terceira, uma "área intermediária de *experimentação,* para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa", e que permitiria "efetuar a transição entre a primeira relação oral com a mãe e a verdadeira relação de objeto (...)" (Laplanche e Pontalis, 2004, pág 327).

Assim, a partir da teoria winnicottiana, trabalhada especialmente através dos conceitos de fenômeno transicional e objeto transicional, sobre os quais Winnicott afirma que "pertencem ao domínio da ilusão que está na base do início da experiência" (Winnicott, 1975 [1951], p.30), distinguir um fenômeno como intrapsíquico ou inter-relacional perde muito de sua importância, pois ela se constitui fortemente em torno da noção de transicionalidade, cuja única reivindicação seria de que "exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades internas e externa separadas, ainda que inter-relacionadas" (idem, pág. 15).

Esta descrição nos permite perceber o quanto se relacionam o fenômeno do segredo e os transicionais, podendo aquele mesmo ser considerado uma modalidade destes. A noção de segredo, porém, pressupõe a ocorrência de prejuízo aos fenômenos transicionais, pois representa uma espécie de obstáculo no acesso pela consciência aos objetos transicionais. Esta observação, cujas particularidades tentaremos compreender mais adiante, nos será absolutamente preciosa, quando buscarmos estabelecer diferenças entre os conteúdos que compõem o fenômeno do segredo e os presentes nos fenômenos transicionais.

2.3 - A confissão do segredo

No último relato de caso freudiano que trouxemos, deixamos de explorar um aspecto que para nós terá importância. Como vimos, quando o homem dos ratos reluta em descrever a tortura que tanto o impressionou, não se esquiva de contar apenas aquilo que teme, mas acima de tudo, também aquilo que deseja. Embora se possa argumentar contra o fato de que essa passagem trate de uma confissão, já que aparentemente, pelo relato de Freud, o paciente não chega a reconhecer ou verbalizar aí a existência de um conteúdo que gera conflito no Ego, consideramos que a sua relutância, seguida de uma concessão, em que faz um relato em meio a algum constrangimento, empresta a este conteúdo um certo caráter confessional.

De qualquer forma, mesmo que admitamos que esta declaração não se trata de uma confissão formal, não queremos perder a oportunidade de ressaltar aqui a importância que vemos Freud atribuir, na prática, ao momento da confissão, embora não o tenha admitido em sua teorização, como veremos posteriormente. Episódio recorrente em quase todo processo de psicanálise desde que essa ciência foi criada até hoje, o momento da confissão é aquele em que o analisando se vê diante da proeminência do dilema de revelar ou não um segredo ao analista. Nele, as defesas erigidas pelo Eu lançam suas últimas resistências para tentar impedir a erupção do material recalcado. Aqui, o analista, pelo menos na versão que Freud pareceu encarnar neste momento, atua como uma espécie de parteiro a “puxar para fora” o que até então apenas havia se insinuado relutantemente. O segredo é assim encarado, portanto, como prejudicial, pelo menos enquanto não revelado, algo do qual o analisando deve livrar-se, o que justificaria, inclusive, uma intervenção enérgica do analista.

Embora alguns de nós, que nos formamos em uma psicanálise já mais que centenária, possamos nos julgar mais distantes desta imagem de "parteiros", prescindindo de revelações incentivadas de formas tão diretas quanto as de Freud, um exame aprofundado sobre a instituição da clínica psicanalítica da qual fazemos parte coletivamente, com seus discursos e práticas, assim como uma rápida visada sobre o que parecem estimular em nossos pacientes cada um dos nossos consultórios em que atuamos individualmente, pequenas ilhas, espaços confortáveis e silenciosos que permitem um relativo isolamento das pressões do mundo exterior, nos mostrará que as confissões, em seus vários níveis e possibilidades de expressão, ainda são boa parte do material de que é feito uma análise.

De fato, a percepção que os teóricos da psicanálise mais frequentemente têm ressaltado sobre os segredos enfatiza, inclusive, os efeitos danosos que ele produz ao psiquismo e no tratamento psicanalítico. Embora esta ideia já estivesse presente nos primeiros trabalhos freudianos, como mostramos ao nos referirmos ao segredo como retenção, o pioneiro na defesa desta perspectiva foi Theodor Reik, contemporâneo de Freud, que a enfatizou de forma veemente em sua obra, "A compulsão à confissão", de 1925.

A "compulsão" a que Reik se refere no título desse livro faz referência a um postulado freudiano, que ele adota e busca desenvolver, de que o material reprimido atua continuamente no sentido de "retornar" à consciência, o que significaria que nós todos carregamos uma tendência de revelar, de alguma forma, nossas fantasias e desejos secretos. Vistos por este ângulo, sintomas e parapraxias (lapsos de linguagem ou da escrita, esquecimentos etc.) teriam como propósito profundo expor-nos, fazer-nos trair a nós mesmos, fazer-nos confessar. Os mortais seriam, como Freud sugeriu, incapazes de guardar um segredo, simplesmente porque, no fundo, eles não querem fazê-lo. (Arnold, p. 738).

Neste seu trabalho[7], Reik subentende a presença do segredo no psiquismo como fator prejudicial ao valorizar a confissão, processo pelo qual o segredo deixaria de existir, como ponto de partida para o deciframento do sujeito. A confissão assume para

[7] No momento em que escrevemos, a obra de Theodor Reik foi apenas parcialmente traduzida para o português, o que não inclui o título "Compulsão à repetição", a que nos referimos, não sendo este de fácil acesso ao leitor brasileiro. Portanto, o contato que tivemos com seus textos e teorias se deu prioritariamente através de alguns artigos isolados e através de fontes secundárias. De especial ajuda foi o artigo *The Need to Express and the compulsion to confess – Reiks´s theory of Synptom-Formation*, de Kyle Arnold, cujos excertos traduzimos livremente .

ele um papel positivo e fundamental no processo de cura promovido pela psicanálise, já que implicaria na transposição do conteúdo do inconsciente para a linguagem verbal e assim em sua passagem para o sistema pré-consciente/consciente, tornando-o dessa forma acessível ao Eu.

Em seu artigo "No início é o silêncio", Reik (1989 [1926]) retoma esta ideia, afirmando que "o analista que anos a fio seguiu atentamente essa luta com o ego tem cada vez mais a impressão de assistir a um confronto entre potências que querem se exprimir e se afirmar e outras que querem levar ao silêncio. (...) A situação emocional do paciente, vista pelo analista, lembra a do prisioneiro que tenta se libertar" (idem, p. 23).

Para Reik, a confissão, embora contenha um elemento de autopunição, pois no momento em que é feita traz consigo uma situação de constrangimento social, representa também um alívio e se torna, nesta perspectiva, a forma privilegiada pela qual o indivíduo pode ter acesso ao seu inconsciente, afirmar o seu desejo e assim libertar-se da sua neurose (Cunha, 2002, p.4). O segredo, que teria seu fim no momento em que seu conteúdo é confessado, deixando de ser retido, é percebido aqui tanto como elemento adoecedor quanto como um empecilho para que a psicanálise se realize.

Reik distingue, no entanto, três variedades de confissão, que corresponderiam a variados graus de sentimento de culpa e a um indicativo da profundidade da patologia instalada no psiquismo do paciente que confessa. Um sentimento de culpa mais intenso indicaria tanto uma maior presença de repressão quanto uma necessidade de autopunição mais aguda. As confissões feitas por pacientes que carregam maior sentimento de culpa seriam, para ele, mais distorcidas, compulsivas e autodestrutivas do que aquelas feitas por pacientes em quem a culpabilidade é menos profunda.

Na "confissão verbal consciente", a mais corriqueira e menos patológica, facilmente identificável e inteligível ao outro (o confidente ou confessor), o sentimento de culpa é mais leve e a repressão atua mais intensamente do que o recalque. Entre as três distinguidas por Reik, é a que mais facilmente poderia vir a ser terapêutica.

O segundo tipo seria a "confissão verbal inconsciente" que, por sua vez, já indicaria um sentimento de culpa mais intenso, determinaria um nível mais profundo de patologia e uma maior distorção do conteúdo secreto. Este conteúdo, na teoria de Reik, seria impelido a manifestar-se, em cada um de nós, por uma "tendência emocional independente" de "expressarmos nossas vidas mentais aos outros". Ainda nessa segunda modalidade de confissão, a verbal inconsciente, a percepção que o paciente teria de sua

confissão seria radicalmente diferente do seu significado inconsciente: "O paciente diz algo que não deseja dizer" (Reik, pág.183 citado por Arnold, 2006, pág 749). Frequentemente, estas confissões verbais inconscientes podem parecer um lapso de linguagem, em que o sujeito "deixa escapar" aquilo que sente, mesmo "sem querer".

As categorias mais sérias de patologia seriam, para Reik, indicados pelo terceiro tipo de confissão, que ele denomina de "Confissão atuada" (Idem, pág. 749). Nela, a culpa inconsciente atingiria um alto nível e os impulsos proibidos seriam exibidos no comportamento, ou seja, atuados em uma forma grave de autopunição, ao invés de serem expressos verbalmente. Este tipo de confissão, segundo Reik, poderia se realizar, por exemplo, através da gagueira, de enrubescimento, em casos de promiscuidade compulsiva e na causação inconsciente de acidentes, como em um ciclista que tenta desviar de um obstáculo e, por isso, deixa-se atropelar, ou até mesmo em tentativas inconscientes de suicídio.

As ideias de Reik sobre o papel da confissão na análise, no entanto, não foram recebidas com entusiasmo por Freud. Em uma carta dirigida a Reik sobre "A compulsão à repetição", Freud (1925, citado por Arnold, 2006, pág.746) escreve que "*parece que você chegou facilmente demais à conclusão de que os exemplos de autotraição... pretendem na verdade ser confissões das quais são consequências...*" [8]. Esta discordância, segundo Arnold (2006, pág. 746) parece ser efeito da recusa de Freud à concepção defendida por Reik, que tem uma tendência mais nitidamente interpessoal e menos intrapsíquica, de que a autoexpressão é em si um objetivo da descarga pulsional e não meramente um efeito colateral dela.

Ainda que o ponto defendido por Arnold faça para nós algum sentido, parece-nos que Reik tropeçou em um problema similar àquele com que também nos deparamos, e tentaremos resolver, ao tentarmos determinar os limites do conceito de segredo. No caso de Reik, a questão era a determinação do quão ampla poderia ser a significação do termo "confissão". Poderíamos, por exemplo, considerar como confissão uma sintomatologia tão inconsciente quanto a que Reik denomina de "confissão atuada"?

Apenas um ano depois da publicação de "Compulsão à repetição", o tema aparece em um texto de Freud, no qual defende a psicanálise realizada por não médicos, enfatizando o caráter leigo da prática. Em "A questão da análise leiga: conversações

[8] "At first it seemed to me that you [Reik] come all too easily to the conclusion that the examples of self-betrayal . . . are *really meant* for the confessions *that they are in effect* . . ."

com uma pessoa imparcial", no que considero ser uma espécie de resposta a Reik, Freud tenta diminuir consideravelmente a importância da confissão no processo de análise.

Neste texto, através do diálogo com um interlocutor imaginário, Freud nos esclarece a diferença entre o trabalho do psicanalista e o do sacerdote a quem se confessa seus pecados: *"A confissão sem dúvida desempenha seu papel na análise como uma introdução a ela, poderíamos dizer. Mas está muito longe de constituir a essência da análise ou de explicar-lhe os efeitos. Na confissão o pecador conta o que sabe; na análise o neurótico tem mais a dizer"* (Freud, 1976 [1926])

Interessante notar que este livro, que como já dissemos foi publicado apenas um ano após "A compulsão à confissão", tem um caráter paradoxal, pois, se contra-argumenta a tese da centralidade da confissão na psicanálise, foi escrito em defesa de seu autor. Reik, por quem Freud era bastante afeiçoado, tendo-o adotado como uma espécie de filho espiritual, conforme informa-nos Roudinesco (1997, pág. 655), exatamente nesta época respondia, graças à sua prática psicanalítica, a um processo por exercício ilegal de medicina.

Seja como for, embora em nossa opinião Freud não tenha reconhecido o contorno mais amplo que poderia ter sido dado à questão, ele aqui não deixa de ilustrar bem o que anteriormente realçamos como diferenças importantes entre os sentidos de *sigilo* e de *enigma* amalgamados no termo segredo. Enquanto o primeiro seria aquilo que o pecador sabe e conta sobre si, o segundo corresponderia ao algo a mais que o neurótico tem a dizer.

Esta compreensão corrobora também outro ponto de vista, que esboçamos anteriormente e será aprofundado mais adiante, de que as confissões, embora não sejam, como bem lembrou Freud, a "essência da análise" ou expliquem seus efeitos, têm sim uma importância considerável no processo psicanalítico, ainda que como uma introdução a ele. Seu valor residirá, sobretudo, no estabelecimento da relação de sigilo, base de uma relação de confiança, esta sim, uma condição para uma psicanálise.

Podemos, além disso, questionar se o caráter que Freud aponta como "introdutório à análise" na confissão, especialmente se este termo for usado de forma abrangente, deve ser necessariamente compreendido como um momento único e cronologicamente restrito aos primeiros tempos de uma análise ou se, ao invés disso, pode ser considerado como um evento "cíclico", que pode introduzir o processo psicanalítico, em diferentes momentos de seu desenrolar, a conjunturas essenciais ao processo analítico.

Esta consideração mais ampla do mecanismo da confissão poderia ocorrer a Freud, imaginamos, caso ele examinasse, a partir de uma perspectiva mais amigável à teoria de Reik, o episódio que anteriormente citamos, em que insiste que o homem dos ratos dê curso a seu processo de auto-revelação. Ali, de maneira diferente daquela que viria a teorizar, Freud insiste com o seu paciente, durante a sessão, sobre a importância, para o processo psicanalítico, de que deveria confessar um conteúdo, mesmo contra a própria inclinação.

Retomaremos alguns aspectos da teoria de Reik no próximo capítulo, quando abordarmos a sua perspectiva com relação ao mecanismo da repressão. A inclusão, neste tópico, de suas percepções acerca do papel da confissão e, portanto, da importância que atribui à presença do segredo no discurso do analisando, tem o duplo objetivo de fazer jus aos esforços deste pesquisador pioneiro sobre um tema que consideramos injustamente subestimado na pesquisa psicanalítica e também de preparar o caminho para uma reflexão que faremos em nossos próximos capítulos acerca de duas contraposições que indicaremos, por considerá-las referências importantes na compreensão de alguns fenômenos clínicos, contrapondo entre si os termos "confissão/confusão" e "confiança/intimidade", tirando disto algumas conclusões teóricas.

Digna de nota é também a relação que na obra de Freud podemos encontrar, sem qualquer dificuldade, entre os atos de confessar um segredo e de contar um chiste ou uma piada. Em primeiro lugar, esta comparação pode ser feita graças a algumas considerações que Freud faz sobre os chistes, como aquela em que, citando Fischer, diz sobre eles que "devem apresentar alguma coisa ocultada ou escondida" (Freud, 1977 [1905], pág. 26). Outra citação que permite esta analogia é aquela em que, ao tentar explicar o efeito prazeroso experimentado por quem expressa um chiste tendencioso, Freud afirma que "quem quer que permita à verdade escapar em um momento de distração, em realidade se alegra por livrar-se da mentira". Esta última se relacionaria com o que Kupperman (2010, pág 198) se refere como a "solidão" em que se encontra aquele que conhece uma piada e que, para livrar-se deste isolamento, busca contá-la a outra pessoa.

Esta comparação trará ao nosso exame a importante questão de interrogarmos a função intrapsíquica desempenhada pelo ato de contar um segredo. Ao investigar "a base do impulso de comunicar o chiste", Freud (1977 [1905], pág 169) assume que "não posso rir de um chiste que me tenha ocorrido, ou que eu tenha inventado, a despeito do

inequívoco prazer que este chiste me dá". Em sua elaboração sobre o porquê deste fenômeno, ele conclui que as defesas psíquicas, que se instalaram naquele que elaborou o chiste ao longo de um tempo, não estão presentes instantaneamente naquele que escuta o chiste. Este ouvinte é, então, pego de surpresa pelo conteúdo chistoso, o que permite que manifestem-se com maior desenvoltura os efeitos por ele suscitados, o que pode resultar, por exemplo, em uma gargalhada. Freud assume, portanto, que o prazer que o piadista obtém em comunicar o chiste deve estar conectado à gargalhada que ele produz no ouvinte, mas que é negada a si mesmo.

Trazendo novamente a questão para o campo do segredo, podemos, por analogia (embora esta seja, deve ficar claro, apenas uma extrapolação a que nos permitimos), tomar emprestada a explicação de Freud para explicar os efeitos que contar um segredo pode gerar. Aquele que conta o segredo estará, em certa medida, buscando reviver, através da atitude que espera no outro, com quem deve estar identificado, a reação emocional que ele próprio, que conhece o segredo e se "habituou" com seu conteúdo, não consegue expressar graças às suas resistências internas.

Uma outra trilha que nos conduz a conclusões importantes a respeito de uma possível função metapsicológica da confissão nos é apontada quando identificamos no segredo aquilo que Freud descreve como inibição, a restrição de uma função do ego que foi imposta como medida de precaução ou acarretada como resultado de um empobrecimento de energia (Freud, 1976 [1925], p. 111).

A perspectiva do segredo como inibição se torna clara quando o enxergamos a partir de um exemplo que Freud nos oferece deste mecanismo, em que as atividades de tocar piano, escrever ou andar ficam sujeitas a inibições neuróticas porque os órgãos físicos que nelas são colocados em ação – os dedos ou as pernas – se tornam erotizados de maneira muito acentuada: *"Descobriu-se como ato geral que a função do ego de um órgão fica prejudicada se a sua erotogeneidade - sua significação sexual - for aumentada"*(Freud, 1976 [1925], p. 110).

O segredo seria, nesta perspectiva, uma inibição na medida em que o aparelho vocal, ou como quer que chamemos o sistema que permite ao sujeito expressar verbalmente seus pensamentos, passa a ser erotizado. Quando o falar (e ser escutado) adquire o significado de penetrar sexualmente o outro, a expressão verbal dos pensamentos passa a ser considerada como a realização de um ato sexual e pode ser, por isso, paralizada por uma inibição. A confissão, que obviamente encontraria na instituição e permanência do segredo uma restrição para realizar-se, equivaleria aqui à

realização de um desejo proibido, perspectiva que, encarada no contexto da clínica analítica, nos oferece uma infinidade de inferências em seu desdobramento[9].

Embora tendo sido pouquíssimo discutido, já que mesmo os trabalhos de Reik sobre a confissão foram pouco notados em sua época e são quase desconhecidos mesmo hoje (Arnold, 2006, pág 739), o tema da confissão é um tanto quanto polêmico em psicanálise, sendo em alguns momentos, como do segredo, observado sob um prisma de desconfiança mesmo no seio da discussão psicanalítica. Muito contribuíram, neste sentido, as críticas de autores como Michel Foucault e Piera Aulagnier às tentativas de perscrutar os segredos de um sujeito, que serão debatidas em maior profundidade quando introduzirmos a discussão sobre a lógica do segredo perverso.

Assim como eles, outros pesquisadores contemporâneos têm, cada um a seu modo, localizado na confissão alguns aspectos que suscitam problemas por poderem, como lembra Telles (2005), para quem a psicanálise deve ser compreendida como uma "anti-confissão", confirmar uma antiga suspeita levantada por alguns, que vêem as psicoterapias como forma de enquadramento, de impedimento de quaisquer pensamentos inovadores e questionadores, seja a nível pessoal ou social (Telles, 2005).

2.4 - Tabu, segredo e neurose

Uma das formas com que a teoria psicanalítica se aproxima do tema dos segredos é em seu interesse acerca dos tabus, proibições que afetam vários ou todos os membros de uma determinada sociedade humana e que se tornam mais claramente observáveis em estudos antropológicos sobre povos ditos primitivos. Sobre este tema Freud se debruçou, obviamente, em uma de suas obras mais elogiadas e, ao mesmo tempo, criticadas, "Totem e tabu".

Muitas das referências que Freud faz ao tabu nos ajudam a compreender o segredo, graças a características que os dois fenômenos compartilham entre si. Estas similaridades ficam claras logo que Freud apresenta o significado de tabu como aquilo que é misterioso, proibido, inabordável e restrito, sendo "principalmente expresso em proibições e restrições" (Freud, 1976 [1913], p. 30).

Os dois conceitos, porém, têm entre si também importantes incompatibilidades. As restrições impostas pelo tabu, por exemplo, "diferem das proibições morais por não se enquadrarem em nenhum sistema que declare de maneira bem geral que certas

[9] Algumas destas inferências serão exploradas a partir do caso clínico Diane, no capítulo $$.

abstinências devem ser observadas e apresente motivos para essa necessidade" (idem, pág. 38), enquanto as restrições do segredo estão, com frequência (embora nem sempre claramente), enquadradas por uma moralidade bem definida. Além disso, o segredo individual, diferente do tabu, de maneira geral não assume qualquer caráter intrinsecamente sagrado (idem, p. 38).

Igualmente, enquanto, pelo menos para Freud, "as proibições dos tabus não têm fundamento e são de origem desconhecida" (ibid. p. 38), aquelas que se ligam ao segredo têm, pelo menos em parte, seus fundamentos bem endereçados a motivações, pelo menos aparentemente, objetivas. Quanto mais, em determinada proibição, esta objetividade esteja ausente ou dissimulada, ou seja, quando, em seu contexto, as regras que a prescrevem são menos conscientes, menos provável será que a identifiquemos como um segredo e mais evidências teremos para afirmar que se trata, ao invés disso, de uma das duas coisas: um tabu ou, como veremos adiante, de um sintoma neurótico.

Assim, passa a fazer sentido, por exemplo, argumentar que o silêncio ocultador de eventos relacionados a abusos sexuais ganha mais caráter de segredo e perde o caráter de tabu à medida em que, num processo em que estes temas se tornam publicamente discutidos, as relações sexuais não consentidas[10] se tornam universalmente reconhecidas como moralmente reprováveis e criminosas.

Isto se daria graças às mudanças ocorridas nos últimos anos em nosso movimentado (e tumultuado) contexto cultural em que, por razões diversas, verificamos que quaisquer tabus, e em especial os sexuais, têm sido sistematicamente submetidos a debates que buscam se sustentar em critérios objetivos. Embora saibamos o quão longe estamos, na maioria das vezes, de alcançar esta meta, identificamos nesta dinâmica um esforço deliberado em encontrar para os antigos tabus um lugar na ordem da lógica de nosso atual modelo de sociedade, relegando aqueles que nela não se adaptam à categoria de ideologias obsoletas, deslegitimando-os.

É possível pensar, no entanto, que as mudanças a que nos referimos estejam relacionadas apenas aos aspectos mais visíveis do comportamento humano e que, na verdade, os "verdadeiros tabus" permaneçam intocados neste processo. Nesta compreensão, se valores sociais surgem, sobrepondo-se ou amalgamando-se aos antigos, os tabus resistem às críticas contemporâneas, e, embora talvez destituídos de seu caráter regulador sagrado, passam a contar com a regulação das instituições

[10] Dentre estas, incluir-se-iam a totalidade daquelas relações sexuais entre adultos e jovens ou crianças.

modernas que, via de regra, para validar suas argumentações, apostam em um discurso ideológico que não é mais o do sagrado e sim o da técnica e da ciência.

Qualquer que seja, entre estas duas, a perspectiva que escolhamos como mais correta, não nos deve passar desapercebido, porém, que a dinâmica dos costumes influenciam sobremaneira a relação com que os sujeitos se relacionam com os objetos e temas tabus. Devemos considerar, ainda, que esta relação não incide de forma simétrica em todos os aspectos dos tabus sobre os quais atua. Assim, por exemplo, se a prostituição ou o sexo antes do casamento (o tabu da virgindade) deixam de ser, em alguns aspectos (como os que tratam do assunto sob uma perspectiva legal, ética, médica, etc.), assuntos ou práticas tabus, em outros mantém-se nesta categoria, já que se caracterizam, em uma relação complexa com a sociedade e os sujeitos que a compõem, por evocar uma multiplicidade de afetos e representações vinculadas aos tabus de nossa cultura.

Não desejamos aqui simplificar, através de uma estereotipização empobrecedora, as hipercomplexas dinâmicas que regem as relações entre o sujeito moderno e as diversas instituições que o cercam e influenciam, nem buscaremos nos aprofundar nas características particulares de cada um destes tipos de discursos ou apontar em um ou outro suas eficácias ou nuances ideológicas. Queremos apenas ressaltar um elemento geral que nos parece essencial para compreender o papel que o segredo assume na sintomatologia clínica com que hoje nos deparamos, uma modificação na relação do sujeito com as regras e restrições que ordenam seu mundo social, com reflexos em sua sexualidade: a progressiva diminuição do que pode ser considerado como campo dos tabus e o correlativo aumento do que consideramos, na vida psíquica do sujeito, como elementos advindos da sua vida privada, ou seja, do campo dos segredos.

Como sabemos, a própria concepção do que chamamos de “vida privada” é uma invenção da modernidade. Segundo Norbert Elias, para citar um autor pioneiro nos estudos desta questão, foi a partir dos séculos XIX e XX que o que quer que fosse ligado à vida sexual passou a ser “escondido ao máximo e removido para o fundo da cena”. Este autor considera ainda, o que é relevante para nossa discussão, ser “esse o motivo por que foi possível, e também necessário, ocultar este lado da vida das crianças durante longo período. Nas fases precedentes das relações entre os sexos, juntamente com as instituições atinentes a elas, incorporava-se muito mais diretamente à vida publica. Por isso mesmo, nada mais natural que as crianças conhecessem desde muito cedo esse lado da vida” (Elias, 1994, p. 178).

Mais recentemente, porém, uma outra injunção se fortalece no cenário da cultura contemporânea. Ribeiro, na introdução do livro de Elias que acabamos de citar, assim a descreve: “atualmente, se privilegia mais a franqueza, mais o desnudamento que o recato extremo, não apenas no plano físico como no psíquico. Richart Sennett, em seu *O declínio do homem público*, propõe justamente, ao contrário de Elias, entender como distintivo dos últimos duzentos anos um “triunfo da intimidade” (idem, p.11). Vivemos tempos em que, paralelamente à multiplicação dos auto-relatos, da popularização da literatura intimista e dos “reality shows”, valoriza-se uma suposta transparência acerca dos pensamentos e emoções dos sujeitos ou, em sua versão extrema, uma publicidade avassaladora sobre suas intimidades.

Estas exigências crescentemente atuantes em nossos tempos têm estado, sem dúvida, relacionadas à emergência de uma variedade de formas com que os sintomas têm se apresentado na clínica de nossos dias. Este elemento não tem passado desapercebido pelos investigadores da cultura, inclusive os que se orientam pelo método psicanalítico, que cunharam para ele o termo “extimidade”. (Bauman, Zygmunt, 2011, “Extimidade: o fim da intimidade”).

Este arranjo, que não bane completamente o anterior, além de instaurar por isso um paradoxo no qual muitos de nossos pacientes se vêem enredados, os coloca também diante da tarefa de não apenas tornar transparente o pensamento como também de revelar-se “completamente”, tarefa que a psicanálise, embora definitivamente e de forma complexa envolvida na emergência destes modelos de comportamento na atualidade, demonstra ser impossível, na medida em que aponta o alheamento do sujeito do inconsciente sobre si mesmo.

Embora devamos ser, portanto, cautelosos em estabelecer identidades entre os fenômenos do tabu e do segredo, talvez possamos identificar os segredos como aspectos derivados dos tabus que guardam algumas características bastante específicas: para o sujeito, o fato de que ele segue a restrição imposta pelo segredo é um saber consciente ou pré-consciente, ou seja, o guardião do segredo sabe que o guarda e, além disso, a proibição em questão seria a de falar sobre um determinado assunto.

No entanto, como sugerimos em nossa discussão inicial acerca dos diferentes significados atribuíveis ao termo (Capítulo I, págs. 13 e 15), no fenômeno do segredo reconhecemos espectros simultâneos e diversos relacionados com mecanismos de defesa que tanto dizem respeito ao perigo que o sujeito corre frente ao outro, por desrespeitar regras a que se está sujeito em sociedade, como também dizem respeito ao

perigo que o sujeito corre diante de si próprio, no descumprimento de regras que organizam a sua integridade psíquica. Se isto, por um lado, aproxima o segredo do tabu, por outro também o relaciona intimamente com o sintoma neurótico. Por isso é importante considerar que, se em nossa caracterização do fenômeno do segredo buscássemos identificá-lo como uma proibição unicamente moral e prescrita, este critério se mostraria extremamente problemático, já que motivações de ordem intrapsíquica costumam invariavelmente estar nele entrelaçadas em algum grau.

Para tornar mais claro sobre o que estamos falando, tragamos um exemplo de nossa clínica no qual verificamos um estreitamento da espessura nas fronteiras entre tabu e neurose. Um homem de meia idade, a quem chamaremos Assis, em determinado momento do tratamento, não muito após seu início, começa a trazer relatos sobre o último de uma sequência de envolvimentos afetivos frustrados. Este relacionamento em questão, que chegou a se converter em um noivado, trouxe-lhe em seu término um sofrimento agudo, pois tinha estado muito apaixonado pela moça. No entanto, de uma forma que chamava bastante a atenção do analista, seus relatos eram repetida e bruscamente interrompidos no momento em que ia contar sobre as circunstâncias e os motivos do término de tal relacionamento.

Após algumas ocasiões em que o analista formulou perguntas diretas a este respeito, Assis, adepto de um padrão moral e religioso bastante rígido, passou a dizer que tal assunto era muito “delicado”, que o deixava muito constrangido e envergonhado e que preferia não abordá-lo. Diante disto, apenas relembrando ao paciente a dinâmica da livre-associação, o analista parou de fazer referências diretas ao assunto, mas ele próprio passou a trazê-las em algumas sessões esparsas, indicando sempre, porém, estar com muita vergonha e sem disposição de contar tal segredo.

Neste meio tempo, Assis fez alguns comentários relativos a seus cuidados com a saúde e à sua vida sexual que levaram o analista a imaginar que ele talvez fosse portador do vírus HIV. Passou, além disso, a relatar dificuldades, que sofria desde a adolescência, em controlar os seus comportamentos agressivos, o seu amor pela velocidade e as quantidades de bebida alcoólica que consumia. Estes elementos, discrepantes da impressão inicial, que apresentava Assis como um homem bastante religioso e seguidor de preceitos morais estritos, especialmente quando associados uns aos outros, o levavam a situações perigosas, que claramente se coadunavam com uma inclinação autodestrutiva que, por duas vezes ao longo do tratamento, o levaram a tentativas de suicídio.

Um dia, sem que o analista tenha tocado no assunto, Assis anuncia querer contar a última parte da história de seu relacionamento, que culminara com o seu término, por sentir que isto seria de alguma forma importante para seu tratamento. Ele conta então que certa vez, já noivo, relacionou-se sexualmente com uma prostituta, utilizando preservativo na ocasião. No mesmo dia, após um curto intervalo de tempo, encontrou-se com a noiva. Invadido pelo remorso, tentou inicialmente esquivar-se da parceira, mas diante de alguma insistência da parte dela, tiveram uma relação sexual.

No dia seguinte, Assis viu-se em uma crise de herpes genitais, doença que até então não sabia possuir, e verificou, para seu desespero, que sua noiva também apresentava os mesmos sintomas. Aterrorizado, ele contou à moça sobre a sua traição. Ela, após alguma conversa, embora bastante abatida, disse que o perdoaria. Ele, no entanto, afirmou que não poderia continuar depois do acontecido e, recusando o perdão da parceira, decidiu pôr um fim ao relacionamento. Os sintomas desta doença, pequenas feridas, intensa coceira e vermelhidão que desestimulavam as relações sexuais, passariam a acompanhá-lo, depois disso, agudizando-se sempre que ele se sentia particularmente estressado ou abatido.

Este mesmo paciente, em um momento posterior do tratamento, passou a falar do pavor que sentia só de imaginar a possibilidade de que, qualquer dia, algum de seus familiares ou colegas de trabalho viesse a descobrir que ele era portador de uma outra patologia, o transtorno bipolar, diagnosticada por seu psiquiatra. Nos episódios em que ele precisava faltar ao trabalho graças ao que considerava sintomas desta doença, via-se envolvido na criação de histórias, algumas vezes flagrantemente mirabolantes, para explicar sua ausência.

Uma particularidade importante do caso é que Assis, mais marcadamente no início de seu tratamento, não se permitia relativizar a significação que vinha dando a seus segredos. Em sua percepção, eles eram irreveláveis unicamente graças ao tema com que se relacionavam (por exemplo, a herpes ou o transtorno bipolar) e a uma vergonha que, supunha ele, deveria atingir universalmente a todos os portadores dessas enfermidades, mas não graças ao significado que estes sintomas haviam adquirido em sua história de vida.

O que buscamos esclarecer e apontar com o relato deste caso é a existência, evidenciada com mais clareza em alguns tipos clínicos, de verdadeiros “tabus individuais”. A clínica psicanalítica dará a estas proibições o nome de sintomas

neuróticos, mas casos como o de Assis nos mostram que tanto elementos típicos do tabu quanto da neurose aí se combinam de forma intrincada.

Com efeito, ao longo de "Totem e tabu", Freud recorre diversas vezes às comparações entre tabu e sintoma neurótico, embora nunca os confundindo entre si, estando essa relação no foco das principais teses da obra. Às duas leis totêmicas básicas, não matar o animal totêmico e evitar relações sexuais com membros do clã totêmico do sexo oposto (os dois crimes de Édipo, que matou o pai e casou com a mãe) Freud relaciona tanto as mais antigas e importantes proibições ligadas aos tabus dos povos primitivos como, também, "o ponto central dos desejos da infância e o núcleo das neuroses" (Freud, 1976 [1913], p. 52).

Se podemos, portanto, da mesma forma com que Freud estabelece uma relação entre lei moral e culpa, traçar comparações entre as proibições coletivas que cercam os tabus e os sintomas individuais que caracterizam o sofrimento neurótico, teremos para nossa compreensão mais perdas do que ganhos caso estas distinções nos façam perder de vista a continuidade, apontada singularmente no fenômeno do segredo, existente entre estes dois polos. A criação do segredo acompanharia, de lado a lado, uma ampla escala de proibições que se estendem do indivíduo ao grupo, podendo se implicar mais em um ou outro campo, dependendo das características específicas do segredo em questão, mas mantendo suas características básicas ao longo de todo este caminho.

O segredo seria, então, aquilo que o sujeito pode sentir como vergonhoso, deixando-o em uma situação de fragilidade frente ao outro, porque enquadrado (real ou supostamente) em um código de restrições morais que as preceituam e emprestam significado, mas também algo que ele sente como danoso e desestabilizador da integridade do seu Eu por expô-lo a uma angústia frente a objetos por ele internalizados. Correspondendo a uma regra de conduta social que, como tal, possui representação na consciência, o segredo ao mesmo tempo incide precisamente em um material sobre o qual atuam forças recalcantes e é, portanto, pelo menos em parte, inconsciente.

Como o sintoma neurótico encontra neste contexto um lugar em que o recalcado pode ser significado, o segredo mostra-se uma representação não apenas com potencial tanto consciente quanto inconsciente, mas também, de fato, com características, conflitivas entre si, que correspondem a estes diferentes materiais. Assim, o segredo é o ponto de tensão em que estas duas dimensões tanto se tocam quanto se anulam.

Buscando compreender este aparente paradoxo, retornaremos a algumas destas questões no capítulo seguinte, em que nos dedicaremos a identificar uma função para o

segredo a partir de uma perspectiva metapsicológica, localizando-o no limiar entre os conceitos de recalque e repressão, sobre os quais buscaremos aprofundar nossa compreensão.

Acompanhando o tratamento dado ao tema do tabu, vemos ainda a importância que Freud dá à questão da ambivalência nele presente, quando afirma, por exemplo, sobre um tabu em que a proibição se dá em relação ao toque, que "a proibição é ruidosamente consciente, enquanto o desejo persistente de tocar é inconsciente e o sujeito nada sabe a respeito dele" (Freud, 1976 [1913], pág. 50). Também no que diz respeito ao segredo isto se verifica, como se torna claro no episódio que encerra o apaixonado relacionamento de Assis, que recusa o perdão de sua companheira (uma proibição consciente), evidência de que a revelação de seu segredo foi por ele engendrada sem que o soubesse por motivos e dispositivos que ele desconhecia (um desejo claramente inconsciente).

Esta verificação nos permite afirmar que o silenciamento ao redor do segredo não se constitui somente graças a uma repulsa que seu guardião sente com relação ao seu conteúdo, mas também pelo desejo de que ele se manifeste e se realize. Afinal de contas, porque alguém precisaria se obrigar com tanto afinco a calar sobre algo que, de qualquer forma, não tivesse desejo de expressar? Assim como no tabu, no segredo há sempre envolvido um desejo inconsciente, sendo ambos representantes de **contradesejos** conscientes, impedindo a manifestação direta daquilo que é, no final das contas, desejado.

2.5 - O segredo e a constituição do Ego

Outra visão a respeito dos segredos, na qual enxerga-se o fenômeno como tendo papel necessário e positivo no desenvolvimento psíquico, pode ser também encontrada na teoria psicanalítica. Foi originalmente esboçada por Freud, que em "Sobre as teorias sexuais das crianças" (1908), dá uma conotação importante ao fenômeno do segredo, examinando sua origem como imbricada com o "primeiro conflito psíquico" que um sujeito experimentaria.

> "*De um grande número de informações que reuni, deduzi que as crianças se recusam a crer na teoria da cegonha e que, a partir dessa primeira decepção, começam a desconfiar dos adultos e a*

> *suspeitar que estes lhe escondem algo proibido, passando como resultado a manter em segredo suas investigações posteriores. Com isso, entretanto, a criança experimenta o seu primeiro 'conflito psíquico' (...) [que] logo pode transformar-se numa 'dissociação psíquica'. O conjunto de concepções consideradas 'boas', mas que resultam numa cessação da reflexão, torna-se o conjunto das concepções dominantes e conscientes, enquanto o outro conjunto, a favor do qual o trabalho de investigação infantil coligiu novas provas, as quais entretanto não devem ser consideradas, torna-se o conjunto das opiniões reprimidas e inconscientes. Está assim formado o complexo nuclear de uma neurose. (Freud,1908, p.217)*

Podemos situar esta compreensão como ponto de partida para outra maneira importante com que o segredo tem aparecido na psicanálise contemporânea (Salem & Reznik, 2010). Piera Aulagnier (1976), em seu texto "*O direito ao segredo: condição para poder pensar"*, sustenta que a descoberta pela criança da mentira presente na resposta parental à questão sobre a origem possibilita à criança uma segunda descoberta, segundo ela, fundamental para a estruturação de seu psiquismo. Esta seria uma vitória que opõe a necessidade de autonomia da criança ao desejo materno de um cuidado intensivo (Salem & Reznik, 2010, pág 96). A criança constataria, neste momento, tanto a possibilidade de que o outro minta sobre algo como também de que ela própria pode guardar determinados conteúdos, inclusive aqueles que o outro não gostaria que fossem pensados, para si e a salvo do conhecimento dos outros.

Aulagnier defende que saber-se capaz de dizer uma mentira e descobrir que o outro pode acreditar nela "produz o primeiro golpe, e também o mais decisivo, na crença da onipotência parental" (Aulagnier, 1990 [1986], pág. 268). Para ela, a descoberta de que um discurso pode ser verdadeiro ou falso é tão essencial para a criança quanto a da diferença dos sexos, da mortalidade ou dos limites do poder do desejo.

Esta autora afirma que o surgimento da dinâmica do segredo no psiquismo representa um passo fundamental para a constituição do ego, assim como para a manutenção de seu funcionamento. Segundo ela, para que se possa reclamar o direito e a possibilidade de criar pensamentos, assim como de exercitar a simples atividade de pensá-los, necessita-se ter o direito de escolher os pensamentos que se quer comunicar e aqueles dos quais se quer guardar segredo.

Seguindo a mesma direção desta percepção estão as noções que sustentam a existência e a importância, para o desenvolvimento psíquico, de uma área intermediária entre o subjetivo e aquilo que é objetivamente percebido, trabalhada especialmente por Winnicott (1953) através dos conceitos de objeto e de fenômenos transicionais. Embora, como já apontamos anteriormente, consideremos que as características do que Winnicott define como objeto e fenômeno transicionais se apliquem apenas sob certos sentidos ao nosso objeto de estudo, em suas formulações vemos em vários níveis a importância do segredo como elemento de valor para a constituição subjetiva.

Para Winnicott, no entanto, antes que o sujeito desenvolva a capacidade de guardar segredos, ele deverá passar por um processo que possibilitará o desenvolvimento em si da capacidade para estar só. Estas duas capacidades, em sua teoria, são aquisições que se darão ao longo de um contínuo, cujo ponto de partida é um estágio primário não-integrado, no qual considera-se que a criança é composta de uma série de fases de motilidade e percepções sensoriais (Winnicott, 2011 [1965], pág. 7).

A partir desse primeiro estado, em um processo que denomina integração, o mundo externo será repelido e um mundo interno se tornará possível, o que permitirá ao indivíduo estabelecer-se como uma unidade, embora inicialmente ainda vulnerável e potencialmente paranóide.

Consecutivamente, em um estágio de crescimento individual, graças à ação de um meio protetor representado por uma mãe preocupada e identificada com sua criança, o indivíduo passaria a ter "não só forma mas também vida" (Winnicott, 1958, "A capacidade para estar só" pág 35). Como podemos observar, portanto, para o autor, a integração não é uma questão neurofisiológica, envolvendo também a presença de certas presenças ambientais, "aquelas cujo melhor provisor é a própria mãe da criança" e ligada a experiências como raiva ou a excitação provocada pelo oferecimento de comida. (2001 [1965], p. 7).

Durante este período, se a mãe propicia à criança um "sentimento de segurança", que às vezes significa simplesmente segurar a criança adequadamente no colo, mantendo-a "como que unida a si mesma" (idem) a criança poderá, quando em estado de repouso e relaxamento, retornar ao estado anterior de não-integração e, depois, reintegrar-se novamente, transitando entre estes estados sem que o processo ocasione ansiedade. Isto seria diferente, acrescenta, da dolorosa experiência da "desintegração", que aconteceria quando, estando estabelecida a unidade da criança, um processo de desconstrução ameaça essa estrutura que já foi conquistada.

Winnicott descreve a experiência da integração como um progressivo estabelecimento de um “meio interno”, pré-requisito para a experiência que, com o passar do tempo, o indivíduo será capaz de atingir sem a presença real da mãe (embora afirme que, inconscientemente sempre vá haver presente alguém equivalente à mãe). Para ele, esta experiência poderia ser chamada de uma “mãe-introjetada”, sendo ela tanto a matriz da transferência como o substrato de que a amizade é feita.

A esta experiência se seguiria outra em que a criança pode passar a apreciar (embora não ainda conscientemente) a existência contínua da mãe e a extrair prazer do fato de estar só, ainda que por períodos limitados. Este processo estaria relacionado às origens do aparelho psíquico (que Winnicott diferencia de psique, esta mais primitiva, ligada ao corpo e seu funcionamento, do que aquela), ou “mente”, que dependeria, segundo Winnicott, do funcionamento de estruturas cerebrais que amadurecem mais tardiamente e ofereceriam, obviamente, condições para o estabelecimento daquele momento descrito por Aulagnier, em que o sujeito desenvolve prazer na atividade de pensar secretamente. Parece-nos uma questão improfícua tentar determinar se o prazer obtido no ato do pensamento secreto seria condição ou consequência da existência da mente, e preferimos considerar que estas condições acontecem concomitantemente, em uma relação recíproca.

2.6 - O segredo como não-dito

Como desdobramento destes direcionamentos, ainda explorando o potencial que o tema do segredo detém para esclarecer alguns aspectos relevantes na dinâmica da constituição egóica, alguns pesquisadores pós-freudianos deslocaram o seu foco de atenção, ampliando ainda mais a questão. Nesta perspectiva, concebe-se o segredo como questão concernente não apenas ao indivíduo, mas também como elemento presente e importante nas dinâmicas inconscientes pais-filhos, o “não-dito” familiar, ou seja, conteúdos recusados no discurso dos pais que obscurecem a compreensão das crianças das tramas em que estão amarradas as suas histórias de vida.

Nessa compreensão, cada um dos elementos do grupo familiar é enxergado sob um duplo prisma. O sujeito seria portador de um psiquismo singular, mas, ao mesmo tempo, representaria também o elo de uma corrente geracional, em que a hereditariedade psíquica é conservada através de uma estrutura de crenças ao redor das quais o sujeito se orienta e de vinculações afetivas inconscientes estabelecidas entre os

familiares. O inconsciente de cada sujeito levaria, assim, marcas dos inconscientes dos outros componentes do núcleo familiar.

Nesta linha de pesquisa, podemos destacar a influência pioneira dos psicanalistas húngaros Nicolas Abraham e Maria Torok. Durante os anos em que foram produzidas, nas décadas de sessenta e setenta do século XX, as elaborações deste casal de pesquisadores não despertaram muita atenção na comunidade psicanalítica, em parte por não se alinharem às produções dos autores mais em voga na época. Atualmente, no entanto, tem havido um resgate de suas contribuições e seus conceitos de cripta e fantasma têm tido crescente influência nos estudos psicanalíticos sobre transmissão psíquica e transgeracionalidade dos segredos de família, especialmente pela importância que atribuem às interações entre psiquismos de membros familiares, mesmo quando estes estão separados pelas gerações, pelo tempo e pelo conhecimento, oferecendo, portanto, inestimáveis elementos para a compreensão destes fenômenos.

No pensamento destes autores, a situação traumática é transformada em segredo para tentar "proteger" a vida psíquica dos envolvidos. No entanto, a partir deste segredo, se construiria no psiquismo do sujeito o que denominam de "cripta", uma fenda ou espaço psíquico em que as palavras e frases indizíveis e ligadas a lembranças de alto valor libidinal seriam "desvitalizadas, anestesiadas e dessignificadas" (Abraham & Torok, 1995a [1972], p. 251), "sendo desafetadas de sua função costumeira de comunicação" (Abraham & Torok, 1995b [1971], p. 240).

O conteúdo da cripta teria, portanto, as particularidades de não poder se exibir sob a forma de palavras, mas, ao mesmo tempo, possuir uma existência oculta que se atesta pela manifestação de sua ausência. Nem por isso, no entanto, estas "palavras enterradas vivas" deixariam de desenvolver certa ação subversiva no psiquismo. Ilhadas pelo segredo, diferentes das palavras do jogo histérico, que designam um desejo nascido do interdito[11] e encontram seu caminho em realizações simbólicas indiretas, estas palavras "adquiriram, de algum modo, um valor de positividade", de "um desejo já realizado e sem desvios que se encontra enterrado, incapaz que é de renascer, tanto quanto de se tornar pó" (idem, p. 240).

Da mesma forma, Abraham e Torok definem como fantasma (*fantôme*) "uma formação do inconsciente que tem a particularidade de não ter nunca sido consciente

[11] Sobre o histérico, Abraham e Torok (p. 238) defendem que "de fato, seu desejo e suas representações aferentes não são mais do que frutos das palavras, não diretamente do desejo ou do prazer, mas do interdito".

(...) e de resultar da passagem (...) do inconsciente de um dos pais ao inconsciente de um filho." (Abraham & Torok, 1995c [1975], pág. 394). O fantasma teria a função de objetivar, ainda que de modo alucinatório, individual ou coletivo, uma "lacuna deixada em nós pelos segredos dos outros" (idem, pág. 391). Esta objetivação daria ao fantasma seu caráter de positividade, ao que os pesquisadores se referem como uma "possessão do fantasma" e se manifestará em ocorrências muitas vezes enigmáticas e não interpretáveis quando tomadas isoladamente, sem relação com a história familiar. Trazem, como um exemplo entre muitos, o caso de uma paciente que, quando criança, entre outros sintomas fóbicos e obsessivos igualmente significativos quando relacionados a um segredo vergonhoso de sua família, recusa-se a comer carne e sonha com um personagem de origem desconhecida de nome "BOGAR". Ao longo da análise descobre-se que essa paciente teve um tio-avô, sobre o qual anteriormente nunca tinha ouvido falar, que abusou da filha mais velha e depois se suicidou. A mãe da paciente, que na época do ocorrido era uma criança muito pequena, também não tinha conhecimento sobre o assunto. Açougueiro de profissão, o nome desse seu tio, que havia se tornado impronunciável pela família depois de sua morte, era GABOR.

Françoise Dolto (1980), embora orientada por uma tradição diferente, a lacaniana, é outro exemplo de pesquisadora cujas investigações seguem neste sentido. Refere-se à criança em sofrimento psíquico como alguém que "suporta, inconscientemente, o peso das tensões e interferências da dinâmica emocional sexual inconsciente em ação nos pais" (Dolto, 1980, pág 13). Adicionalmente, ela afirma que esta dinâmica teria como efeito uma "contaminação mórbida", tanto mais intensa "quanto mais se guarda, ao seu redor, o silêncio e o segredo" (Idem).

Para Dolto, o segredo que o adulto impõe à criança, ainda que o faça em nome do amor e da sua proteção, diz respeito à ansiedade decorrente de uma ferida narcísica cujo luto ele não pôde elaborar. Assim, ao buscar esvaziar o sofrimento familiar através do silêncio ou substituí-lo por uma mentira, deixando de oferecer "palavras justas" e verdadeiras sobre a situação traumática (Idem, pág. 17), o adulto retira da criança a possibilidade de conhecer uma parte importante de sua história e a chance de nela reconhecer-se e ser reconhecido como sujeito.

Esta autora defende ainda a impossibilidade de se ocultar completamente algo das crianças, já que elas seriam induzidas inconscientemente a assumir um papel dinâmico, complementar e regulador do equilíbrio familiar, o que lhes proporcionaria, acerca da situação familiar, uma percepção muito mais aguda, embora sutil e

inconsciente, do que os pais poderiam imaginar. Pelas descrições oferecidas por Dolto, isto se daria, conforme anteriormente denominamos, em uma relação que teria predominantemente o caráter de compartilhamento e não o de comunicação, já que aqui o não verbal se imporia como via preferencial.

Para Dolto, portanto, ao tentar bloquear a transmissão do conteúdo do segredo, o adulto estaria recusando à criança, na verdade, o conhecimento sobre algo que ela já percebeu como ameaçador. Ao fazê-lo, além de negar a ela o acesso a fragmentos importantes do romance de sua família, pontos nos quais as fantasias sobre suas origens poderiam se sustentar, aquilo que a criança sente como ameaçador tem sua tradução impossibilitada. Fortemente influenciada, como dissemos, pela teorização lacaniana, nas elaborações de Dolto o valor simbólico da experiência, bem como seu potencial traumático, dependeria, em grande parte, da presença ou da ausência de palavras a elas atribuídas.

Muito graças às investigações destes autores mais pioneiros, as relações entre o processo de constituição do ego e os elementos propiciados pelo investimento narcísico e libidinal do grupo familiar são hoje temas essenciais para a psicanálise, trazendo aos estudos sobre o tema do segredo perspectivas crescentes. Autores que se dedicam a este tema, como Azevedo (2009, p 2) defendem que o segredo no contexto familiar comprometeria capacidades essenciais para o desenvolvimento do sujeito, tais como de realizar os processos de simbolização, introjeção e identificação na sucessão das gerações, o que impossibilitaria a transmissão e a consequente integração em seu psiquismo de algo que era do outro. Ficaria dificultada para o sujeito também a tarefa de encontrar recursos para que se defender daquilo que pode ser para ele traumático.

A falta de clareza do discurso familiar e o vazio de significação e de sentido dariam o tom de determinadas mensagens que, apesar de permanecerem não traduzidas, condição perpetuada pela manutenção do segredo, seriam compartilhadas inconscientemente entre os membros da família. Segundo Azevedo, seria esse caráter de "intraduzível" da mensagem vinculada ao traumático que impediria sobre ela a ação do recalcamento e, consequentemente, da possibilidade de que fosse substituída ou deslocada na dinâmica do aparelho psíquico (Azevedo, 2009, p 3). Nestas condições, não haveria o que ser evocado como cena construída, havendo para ocupar o lugar do que seria verdade para o sujeito apenas uma "sombra", um objeto que está em outro lugar, que deixou uma impressão no psiquismo, mas não foi representado (idem, p.4).

Nesta perspectiva, assim como na de Winnicott que apresentamos anteriormente, o papel da relação mãe-bebê também aparece em destaque. Ao prosseguir em suas construções, por exemplo, Azevedo afirma que o investimento narcísico é "sustentado pelos fantasmas que habitam a vida psíquica da mãe (ou de quem ocupe esta função) e invadem o corpo da criança através da sensorialidade" (ibid, p 4).

Aqui novamente o papel de uma relação de compartilhamento é valorizado, já que, segundo a autora, muito mais do que com a comunicação das palavras, essa mãe participa da formação do psiquismo do bebê com seu corpo, seu ritmo, sua biografia e seu funcionamento psíquico, oferecendo-se, em uma perspectiva compatível com a de Winnicott e Aulagnier, como uma "prótese" e um "filtro" com que ele vai experimentar a realidade, funcionando a partir de um duplo apoio nutriz e libidinal (Azevedo, 2004, p.38).

Assim, se a mãe falha neste papel, fendas invisíveis são constituídas e, acumuladas de maneira silenciosa no desenvolvimento e na história do bebê, comprometem a construção de sua rede de ligações simbólicas e favorecem processos de repetição compulsiva e de somatização.

2.7 - O segredo como "o estranho"

Uma outra referência promissora que Freud faz ao tema dos segredos é aquela em que, em seu paradigmático texto "O Estranho" (1919), ao citar Schelling, Freud afirma que "*unheimlich* (que pode ser traduzido como "estranho", "inquietante" ou "sinistro") *é tudo o que deveria ter permanecido secreto e oculto, mas veio à luz*".

Neste momento de sua teorização, embora não pareça interessar-se pelo segredo em si, mas pelo efeito obtido através de sua manifestação, Freud reforça aquela característica paradoxal que já atribuímos ao segredo, de ser um conteúdo ou representação, a um só tempo, familiar e alheio a determinado sujeito. É nesse sentido que podemos aproximar os significados de segredo e de estranho. O conteúdo envolto pelo segredo, ao mesmo tempo em que, em seu aspecto enigmático, foge à consciência e se apresenta como repulsivo e assustador, possui um traço de representação consciente em que parece familiar ao sujeito.

O elemento que aqui se permite acrescentar à descrição é que, ao identificarmos o sentimento do estranho como efeito de sua presença, sublinhamos no segredo um certo apelo sedutor ao sujeito. Estaria nisso a explicação do fascínio do ser humano pelo

que está dele escondido, do que lhe é desconhecido, mas que, ao mesmo tempo, o assusta. Isto se aplicaria, por exemplo, ao interesse que tantos têm demonstrado, ao longo da história, por aspectos variados do segredo, como, entre outros, pelos segredos representados pelas "ciências ocultistas" ou pelos romances de horror e suspense.

Na clínica cotidiana e em exemplos clínicos como o do "homem dos ratos", no trecho em que citamos anteriormente (ver em 2.3), vemos que a experiência do estranho está presente, em muitos casos, no processo que acompanha a revelação de um segredo, especialmente quando nele seu aspecto enigmático se insinua à consciência com maior clareza. O aspecto enigmático do segredo, aquele que não pode ser confessado, traz a experiência do estranho por remeter o sujeito àquilo que está para além da linguagem e da apreensão consciente.

No entanto, em seu texto dedicado ao estudo do recalque, Freud afirma sobre este mecanismo que também "ele prolifera no escuro, por assim dizer, e assume formas extremas de expressão, que uma vez traduzidas e apresentadas ao neurótico irão não só lhe parecer estranhas mas também assustá-lo, mostrando-lhe o quadro de uma extraordinária e perigosa força do instinto"[12] (Repressão, 1915, pág. 172).

Se ao segredo podemos relacionar o estranho e neste último podemos enxergar, embora em um processo de tradução e distanciamento da linguagem oblíqua ditada pelo processo primário, certo aspecto do que foi outrora recalcado, acreditamos poder estabelecer ainda uma conexão entre os conteúdos e representações envoltos pelo segredo e aqueles que foram recalcados por estarem impregnados de traços ameaçadores da sexualidade do sujeito. Estas representações, mesmo quando logram escapar à influência do recalque (ou não são, de alguma forma, sequer apreendidos por este), não o fazem sem trazer para a consciência seus aspectos causadores de estranheza. O segredo, ou pelo menos a sua parcela enigmática que resiste à linguagem e à confissão, pertenceria, portanto, à mesma ordem do sexual mortífero que aquele sobre o qual atua o recalque.

As elaborações de Jean Laplanche, às quais retomaremos com mais atenção no capítulo IV, nos ajudam a perceber a forma com que estes enigmas se instalam nas relações entre os sujeitos. Segundo ele, "o adulto propõe uma situação constantemente

[12] Por esta descrição fica evidente o quanto os fenômenos do recalcado e do segredo podem confundir-se um com o outro em determinados contextos. Consideramos importante nos determos neste tópico, afim de evitar eventuais mal entendidos, o que faremos, especialmente no próximo capítulo, em que nos dedicaremos a estabelecer as diferenças e pontos de encontro entre estes dois conceitos.

excitante e enigmática, furtando-se na maioria das vezes a ajudar a explicá-la ou, como dizemos, simbolizá-la" (Laplanche, 1993, p. 169). Esta seria, para o autor, uma situação de comunicação enigmática (idem, p. 100), embora identifiquemos que, nelas, quase sempre, o que há propriamente de comunicação seja interrompido pela presença do segredo, o que faz com que prefiramos chama-la de situação de compartilhamento.

Laplanche propõe que nessa situação, o que é proposto pelo adulto à criança como questão enigmática, sendo que ele não compreende tudo do que compartilha, é justamente o sexual. Este seria o protótipo, a nosso ver, na situação infantil originária, do que será "embrulhado" pelo segredo na vida posterior. Esta situação pode, sem dúvida, ser disposta de variadas formas, o que diferenciaremos quando melhor investigarmos as lógicas particulares dos tipos de segredos, mas via de regra, este é um conteúdo que, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que invade e violenta o psiquismo pela imposição (ainda que velada) de significados, tem também a função de convidar e seduzir o sujeito à árdua tarefa de participar e compartilhar do sentido da alteridade.

Esta perspectiva esclarece o caráter paradoxal do conteúdo do segredo, que pode ser comunicado, mas apenas, e sempre, parcialmente. Compõe-se de conteúdos que carregam elementos que, por serem anteriores ao universo dos símbolos a que o sujeito é introduzido na relação com o outro, não podem ser compreendidos se reduzidos às representações comunicáveis entre os indivíduos. Ao mesmo tempo em que são o substrato das relações do sujeito com o outro, são também produtos singulares de experiências muito mais arcaicas que a linguagem, ancorados no campo irredutível das sensações corporais autoeróticas.

Não nos parece à toa que, emboscado pela incapacidade de emoldurar plenamente o estranho em um processo que pudesse ser simbolizado, o próprio Freud, em suas tentativas de se aproximar de forma clara e racional do fenômeno, confessa suas dificuldades em descrevê-lo a contento. Seus esforços para abordar o tema, não por acaso, levam-no a relatar, de forma a auxiliá-lo em sua exposição, um conto literário em que, segundo seus critérios, é evocado o sentimento de estranheza. Este artifício, semelhante àquele de que os adultos se utilizam ao contar às crianças uma fábula, busca superar uma dificuldade que, diríamos nós, deve-se ao fato de que o estranho, como o enigma que compõe um segredo, não pode ser plenamente comunicado, mas apenas compartilhado. É apenas usando como ponto de partida o evocar de uma "sensação" que Freud usa como ponto de partida para expor o tema do estranho de forma comunicável.

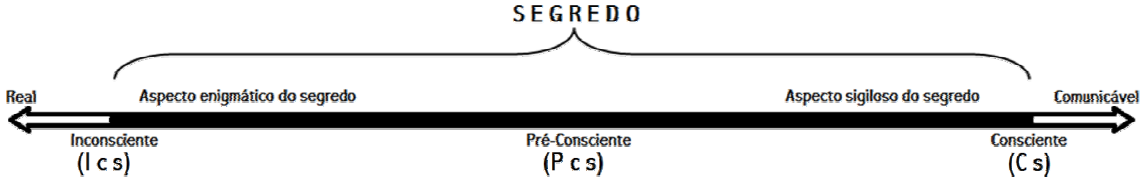
Neste texto que se refere ao estranho podemos encontrar ainda as inferências que Freud faz ao tema do "duplo", cuja origem ele atribui a uma "ânsia de defesa que levou o ego a projetar para fora aquele material, como algo estranho a si mesmo" (Freud, O Estranho, 1919). O "duplo" seria, portanto, a representação de um "outro Eu", claramente protagonista no fenômeno da "Clivagem do Eu", que Laplanche e Pontalis (2004) descrevem como a "coexistência, no seio do ego, de duas atitudes psíquicas para com a realidade exterior quando esta contraria uma exigência pulsional. Uma leva em conta a realidade, a outra nega a realidade em causa e coloca em seu lugar uma produção do desejo. Estas duas atitudes persistem lado a lado sem se influenciarem reciprocamente".

Em 1893, em uma passagem bastante anterior de sua obra, mas que, juntamente com a anterior, pode lançar luz a determinadas feições que o fenômeno do segredo pode tomar, Freud se posiciona acerca do fenômeno da coprolalia, sintoma neurótico em que o indivíduo se vê compulsivamente "obrigado" a pronunciar palavras obcenas. Neste texto, Freud assume que estas palavras, que, como sabemos, com tanta frequência chamam atenção como sintoma justamente por seu caráter explicitamente sexual e erotizado, são "segredos que todos nós conhecemos, mas cujo conhecimento sempre procuramos ocultar". Aqui, ao se aventurar em uma explicação do fenômeno, Freud lança a hipótese de que "num momento de especial excitação, o seu esforço (do paciente) mais resoluto de manter em segredo o nome inverteu-se na contravontade e, depois disso, o tique persistiu" (Freud, 1977 [1892], p. 185).

Compreendendo-o a partir do mecanismo da projeção, "operação pela qual o sujeito expulsa de si e localiza no outro – pessoa ou coisa – qualidades, sentimentos, desejos e mesmo "objetos" que ele desconhece ou recusa nele" (Laplanche e Pontalis, 2004, p. 374), o fenômeno da coprolalia se apresenta como referência de como o conteúdo do segredo é, sob certos aspectos, o mesmo material que leva o eu, em um movimento centrífugo, a arremessar para fora de si aquilo que evoca uma "ânsia de defesa", identificando e recusando-o como algo que pertence a outro e está fora de si mesmo. Adicionalmente, como sabemos da experiência cotidiana e Freud também sublinha em sua exposição, o que é "atirado" para fora no sintoma da coprolalia é, de forma tão explícita que quase caricatural, aquilo que está vinculado às expressões do sexual, o que reforça a ideia de um vínculo profundo entre o que se esconde sob o segredo e a sexualidade.

2.8 - O segredo em seu aspecto de Real

Adicionalmente, para fazermos jus à complexidade do tema, que aqui não temos pretensão de esgotar, devemos admitir que o termo segredo pode referir-se ainda, em alguns casos, a uma dimensão adicional àquelas que aqui abordamos, escapando até mesmo às significações com que tentamos englobar o termo segredo em seus aspectos sigiloso e enigmático. Esta seria a acepção de segredo que indica o aspecto de puramente desconhecido e inacessível da realidade. Aqui ele se aproxima, em nossa compreensão, do que Jacques Lacan denomina como "Real": "realidade fenomênica imanente à representação e impossível de ser simbolizada", "um "*resto*" impossível de transmitir e matematizar" (Roudinesco & Plon, 1998, p. 645)



No entanto, se em algum momento podemos lançar mão do conceito de Real para um traçar o limite externo do que consideramos o objeto de nossa pesquisa, consideramos que nos aprofundarmos nesta vereda alargaria demasiadamente as pretensões deste trabalho. Hesitamos mesmo em equivalê-lo ao que estamos identificando como aspecto enigmático do segredo, especialmente porque este termo refere-se a algo que não pode ser abarcado por um saber, excluindo-o da definição que aqui adotamos, ao menos inicialmente, para o conceito de segredo ("um saber escondido de outrem"). O puramente desconhecido, diferente do enigmático, por sua característica de inacessível, não pode ser avaliado quer seja pelo processo primário ou pelo secundário. Mais do que não formulado, ele é simplesmente não formulável e não podemos dizer, por isto, que seja um saber e, assim, possa ser comunicado como sigilo ou compartilhado como enigma. Estes, tanto um como outro, são passíveis de simbolização.

Se nós situamos o segredo, como dissemos, em uma faixa interior do espectro consciente-inconsciente, o conceito de Real lacaniano, que remete a "uma realidade desejante, inacessível a qualquer pensamento subjetivo" (idem) nos arremessa para fora, além do campo do recalcado, ampliando demasiadamente o campo sobre o qual pretendemos nos debruçar. Assim, embora consideremos que a teorização deste aspecto, que também pode ser considerado como concernente ao conceito de segredo, seja legítima e traga à reflexão importantes aspectos da clínica, devemos admitir que nesta pesquisa não nos deteremos mais do que o necessário para encontrar nela uma das bordas que margeiam nosso objeto.

Capítulo III – UMA METAPSICOLOGIA DO SEGREDO

Quando em psicanálise nos propomos aliar a prática clínica à pesquisa teórica, o aprofundamento em determinado tema e a busca por uma perspectiva original e produtiva exigem do pesquisador o estudo e o desenvolvimento de conceitos específicos. Como já afirmamos, embora este trabalho ambicione tratar de temas relevantes para a psicanálise, desenvolve-se a partir de noções que não são especificamente psicanalíticas. Portanto, para que possamos abordar o fenômeno do segredo a partir de uma perspectiva metapsicológica, identificamos a necessidade de localizar o termo a ele relacionado em sua afinidade com outros já consagrados pela literatura psicanalítica.

É neste ponto que conceituações como a de MIJOLLA (2005, p.1691), que define segredo como "um saber escondido de outrem", começam a dar sinais de sua insuficiência, por se curvarem à generalidade com que o termo pode, em algumas ocasiões, se apresentar. Esta acepção não determina a qualidade deste "saber", apontando apenas a sua condição de ocultado, o que para os fins desta pesquisa não consideramos o bastante.

Um trajeto possível, porém, é apontado pelo próprio Mijolla (2005) quando ele indica o parentesco etimológico da palavra segredo com os termos excremento e sedução.

> "Segredo e excremento derivam ambos do verbo latino *cernere* (*crevi, cretum), que significa: (1) passar pelo crivo, peneirar, separar; (2) discernir, distinguir um objeto de longe. O prefixo "ex" remete para a ideia de evacuação por triagem (excremento) e o prefixo "se" para a ideia de separação, de pôr de lado com conservação (secreção, segredo).* (MIJOLLA, 2005, p.1691)

Observemos a origem etimológica comum identificada nos termos "segregar", "segredar" e "secretar", que aponta para a relação conceitual que guardam entre si. O primeiro termo é o mais amplo, remetendo à ideia pura de separação (segregação) entre dois tipos de conteúdos, tal como a que identificamos mais facilmente com a concepção de recalque para a psicanálise, "destino das representações cortadas da consciência que constituem o núcleo de um grupo psíquico separado" (LAPLANCHE & PONTALIS,

2001, p. 431). Já o segundo, “segredar”, é mais usual e diretamente relacionado à ideia de segredo, correspondendo à ação de *contá-lo* ou *confessá-lo* intencionalmente. A terceira palavra, em seu uso habitual, comporta uma relação com um conteúdo secretado, uma secreção, que identifica usualmente um fenômeno orgânico e involuntário. A relação entre estes termos pode nos servir tanto de indicativo da larga amplitude do conceito de segredo quanto como chave que nos permite a decantação às suas características essenciais.

Aqui nos aparece com clareza, novamente, a questão sobre devermos ou não inferir como característica definidora do conteúdo do segredo a participação da consciência no ato de sua criação, questão que inevitavelmente nos tem perseguido ao longo do trabalho. Colocando de outra forma, poderíamos nos interrogar: aquilo que nos é apresentado na experiência clínica como “segredo” pertence ao domínio dos conteúdos conscientes ou inconscientes?

3.1 - Vinheta clínica

Com o objetivo de tornar mais claros os aspectos teóricos que neste capítulo exporemos e de melhor esclarecer nossos pontos de vista, trazemos uma primeira vinheta clínica, o relato sucinto de um caso em que o papel e a dinâmica dos segredos se mostraram reveladoras e inspiradoras para nossa pesquisa.

Esperamos que todos os exemplos clínicos contidos neste trabalho possam nos ajudar a demonstrar que, em algumas situações práticas, os mecanismos de recalque e repressão não nos aparecem delineados de forma tão clara quanto poderíamos imaginar quando estabelecemos entre eles uma divisão teórica muito rígida. Especialmente naqueles casos em que o papel do segredo tem alguma relevância clínica, os critérios com que se qualifica um conteúdo psíquico quanto a se encontrar no estado inconsciente ou consciente e pré-consciente muitas vezes se revelam imprecisos, o que nos desafia a encontrar para eles um significado metapsicológico apropriado.

Como todas as vinhetas que acompanham nossas reflexões nos reportam a situações relativamente corriqueiras extraídas de nossa clínica, esperamos que o leitor perceba a grande incidência com que nos deparamos com as questões nelas presentes. Acreditamos que estas podem observadas ser tão facilmente e em uma variedade tão ampla de casos, que dispensaremos uma caracterização mais profunda e uma descrição minuciosa dos relatos. De toda a complexa rede de sentidos que um tratamento

psicanalítico pode suscitar, buscaremos destacar apenas aqueles elementos que são importantes para a nossa argumentação acerca do papel dos segredos, visto que estes casos nos servirão apenas, como dissemos, à guisa de vinhetas.

Devemos informar também que, como esperado, em todos os extratos apresentados os nomes dos analisandos foram modificados, bem como alguns dados pontuais que poderiam, ainda que vagamente, tornar possível a sua identificação. Buscamos preservar intacta, no entanto, a estrutura dos casos, bem como a ordem cronológica com que os dados foram sendo relatados pelos pacientes. Ainda que tenhamos organizado, não sem alguma artificialidade, o discurso em tópicos, para torná-lo suficientemente claro, consideramos a possibilidade de que esta apresentação, em alguns momentos, possa confundir um pouco o leitor, efeito que também foi experimentado pelo analista ao longo do tratamento e ressalta uma característica importante desses casos.

Betânia:

Betânia é uma mulher com cerca de quarenta anos. Procura análise por ter sido orientada pela psicóloga da sua filha, uma garotinha de seis anos, com quem mora sozinha. O tratamento da filha foi motivado graças à desconfiança de Betânia de que ela estivesse sendo molestada sexualmente pelo pai, seu ex-namorado, com quem a menina tem contato aos finais de semana, quando o visita. O tratamento da garotinha, filha de Betânia, teria, portanto, caráter não apenas terapêutico, mas também de possivelmente oferecer subsídios para uma investigação que pudesse responsabilizar o pai ou seus parentes por um possível abuso sexual.

Esta psicóloga, que atendia a garotinha há alguns meses, nos encaminhou Betânia e entrou em contato oferecendo algumas informações introdutórias ao caso, nos informando que, segundo seu parecer, não havia quaisquer indícios no comportamento de sua pequena paciente que indicassem ter ela sofrido qualquer tipo de violência sexual, embora a mãe insistisse obstinadamente na ideia. Conta também que, em uma das entrevistas, Betânia teria relatado ter sido vítima de violência sexual quando criança, quando contava com aproximadamente cinco anos de idade (embora não tenha sabido dizer quando precisamente o evento aconteceu).

Após saber dessas informações, o analista pede à colega que não forneça mais detalhes sobre o caso já que, em sua opinião, seria importante para o tratamento que a

própria paciente contasse a sua versão de sua história. Embora soubesse que a psicóloga da filha e o seu futuro analista haviam conversado, Betânia não sabia o exato conteúdo da conversa entre estes profissionais. Foi combinado, então, que haveria dois tratamentos paralelos, o da menina e o de Betânia, sua mãe.

Nas primeiras sessões com o analista, Betânia se mostra muito falante. Seu discurso é rápido e muda constantemente de um tema para outro, o que torna difícil acompanhá-lo. Fala especialmente sobre a filha, sobre o tratamento psicológico a que ela está sendo submetida e também sobre ter sido orientada a fazer sua própria análise. Diz que até gostou da ideia, mas que preferiria ser atendida por uma mulher, pois não teria coragem de dizer muitas coisas a um homem. No entanto, embora este analista fosse do sexo masculino, como ele havia sido bem recomendado, estava disposta a tentar.

A paciente afirma já ter tentado um tratamento psicológico anteriormente, mas este não havia dado certo porque o psicólogo insistira em que ela deveria falar sobre coisas do passado, algumas das quais não se sentia preparada para contar. Neste momento, seus olhos lacrimejam e ela pede alguns segundos para se recompor. O analista indica-lhe, então, que por enquanto não fale do passado e sim sobre o presente. Se ela quisesse voltar ao passado, diz-lhe, seria porque suas ideias as estariam levando a isso, e não por qualquer espécie de obrigação.

Betânia conta que, ao conversar com a psicóloga da filha, teve contato com a ideia de que, talvez, o episódio em que ela própria foi abusada pudesse ter alguma relação com o fato da filha ser uma provável vítima de abuso[13]. Diz que ficou muito irritada e indignada com a psicóloga, pois isso não poderia ser verdade e, pelo contrário, justamente o fato de ela ter sido uma vítima no passado a deixaria mais vigilante no presente. Esta seria a primeira e, durante muito tempo, a única menção direta que Betânia faria, no tratamento, ao abuso que teria sofrido pelo pai. Não se interessa em saber, inclusive, se o analista já sabe, ou o quanto sabe, sobre a história do abuso que teria sofrido, aparentemente considerando o fato de seu conhecimento a respeito como dado.

[13] Embora o incômodo da paciente seja compreensível, a ideia é de fato objeto de pesquisa de analistas contemporâneos. Investigadores do CAVAS/UFMG (Projeto de Pesquisa e Extensão com crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual), do qual fazemos parte, tem produzido e publicado material a este respeito. Particularmente relacionado a este tema está o capítulo XI do livro "Tramas da Perversão: a violência sexual intrafamiliar" (França, 2014), intitulado "O nonsense de algumas mães: ressonâncias das ansiedades arcaicas" (França & Matos, pp. 179-190).

Nas sessões posteriores, Betânia conta a história de seu relacionamento com o ex-namorado, pai de sua filha. Na ocasião em que se conheceram, ele contava com metade da idade dela. O relacionamento se dava às escondidas, na casa em que então morava sozinha e, ao mesmo tempo em que ele era carinhoso, gentil e cavalheiro, era também um "menino" de quem ela cuidava. Isso, até que ela ficou grávida. A partir de então, conta ela, descobriu "quem ele realmente era". Primeiro, ele insistiu para que "tirassem" a criança, o que ela se recusou a fazer. Betânia conta este episódio demonstrando grande desapontamento, enfatizando que ele nem sequer se preocupou com a sua opinião e que a estava tratando como a um objeto. A relação se tornou cada vez mais difícil, até que eles se separaram definitivamente, antes mesmo do nascimento da criança.

Depois disso, o ex-namorado se aproximou novamente, com interesse de se relacionar com a filha. Betânia não "entrou na justiça" para cobrar pensão ou nada parecido, o que ele acabou oferecendo extra-oficialmente. Ela acha que o interesse do pai pela filha é, na verdade, uma forma de tentar apaziguá-la e evitar o confronto com a lei. Ele não é, segundo ela, um pai cuidadoso. Quando vai visitá-lo nos finais de semana, às vezes a menina volta triste, arranhada ou com algum machucado. Foi em uma dessas ocasiões que ela desconfiou da possibilidade de que estivesse havendo um abuso sexual por parte do pai, o que nunca ficou muito esclarecido.

Conta também sobre a própria família, na qual cresceu. Tem três irmãos, sendo a única menina e a mais nova dos quatro filhos. Os dois irmãos "do meio", sempre descritos como "problemas", são usuários de drogas e enquadram-se, segundo os sintomas que relata, em quadros psicóticos. Um desses dois já se envolveu em episódios de pedofilia e ela própria já escutou dele comentários bastante "estranhos" (erotizados) a respeito dos corpos de crianças.

Já o terceiro, o mais velho, é um empresário bem sucedido, o "ponto de equilíbrio" da família. Ela e o irmão mais velho tentam ajudar os outros dois na medida do possível. Ele com dinheiro e ela, hospedando-os nos momentos em que necessitam. Conta que a filha é tão carente de companhia que se aproxima até de um desses irmãos "esquisitos" nos períodos em que ele se hospeda em sua casa. Este, por sua vez, segundo ela, mal dá atenção à menina.

O irmão mais velho aparece como francamente idealizado. Durante muito tempo ele conseguiu empregos para ela, ajuda pela qual ela se diz agradecida, mas também constrangida, especialmente porque, nos últimos tempos, ele mudou sua postura. Graças

ao que ela acredita ser a influência da sua atual esposa, o irmão mais velho não mantém mais o mesmo contato de antes, não parece ficar satisfeito com suas visitas e se tornou mais reticente com relação a ajudá-la.

Durante algumas sessões, Betânia relata sua história amorosa. Tendo se mudado do interior para a cidade grande na juventude, considerava-se "inocente de tudo". Envolveu-se inicialmente com um rapaz que, conforme depois descobriu, a traía com outra mulher, o que causou o fim do relacionamento. Depois, envolveu-se com um homem mais velho que, depois de um tempo, revelou-se casado. Estes, segundo ela, teriam sido seus únicos relacionamentos "sérios".

Depois disso, muito desanimada, chegou a desesperar-se, tentando o suicídio. Tendo bebido um pouco, jogou-se na frente de um carro, numa avenida movimentada. O carro conseguiu desviar-se e os seus ocupantes, dois rapazes, conversaram bastante com ela. Com um deles, ela chegou a ter um breve relacionamento. Passou por uma fase que descreveu como "louca", com relacionamentos baseados em sexo e sem maiores compromissos. Diz ter sido interessante, mas não ter gostado muito, pois queria um relacionamento em que o sexo fosse acompanhado por companheirismo, nunca tendo usufruído de um que considerasse ideal neste sentido. No período do tratamento, conformava-se em viver desacompanhada por um parceiro amoroso, pois, segundo dizia, os homens são todos "assim mesmo". A maior parte de suas interações, no momento, se davam com a filha.

Depois de ter percorrido o caminho através destes temas, em um relato curioso, Betânia encontra oportunidade de contar com mais detalhes sobre o abuso que teria sofrido pelo pai. Aos 17 anos, estava lendo um livro onde havia escrita a palavra "incesto". Ela achou a palavra estranha, pois não conhecia o seu significado. Foi então ao dicionário informar-se e, tendo-o feito, de repente, depois de anos de esquecimento, memórias da infância vieram à sua mente. Ela fora vítima de seu pai, que a beijava e pedia que ela fizesse nele sexo oral. Isso tudo era acompanhado, segundo este relato, por muita brutalidade, medo e nojo. Betânia conta que não gostava e ficava muito confusa, porque o pai parecia gostar, mas, ao mesmo tempo, sentir-se muito culpado.

O ato teria se repetido várias vezes até que o irmão mais velho o presenciou, denunciando-o à mãe. À época, o acontecimento desestabilizou a família. Tendo sido descoberto, o pai chorou, pediu desculpas à esposa e à filha e, desde então, não voltou a procurá-la daquela forma. A mãe desculpou o pai e, em vários momentos em que fala

dele, já morto, Betânia diz não sentir raiva e também tê-lo perdoado, já que ele chegou, ao longo de sua vida, a ser um bom pai.

Depois da sessão em que se deu este relato, Betânia começou a recordar-se em análise de que em casa havia um "clima estranho, sexual". Trouxe inicialmente que os irmãos ficavam espiando a empregada doméstica tomar banho através de um buraco na parede. Depois, lembrou-se que brigava com os irmãos porque estes tentavam espiar também a ela própria nessa situação. Finalmente, recordou-se que um de seus irmãos ia até sua cama à noite, beijando-a e acariciando-a eroticamente. Nessas ocasiões, no entanto, isso era feito com carinho, e não da forma rude e agressiva com que o pai costumava fazer. Ela conta que gostava e fingia estar dormindo, rindo ao falar disso, mas logo depois, com a risada se tornando tensa, diz que tudo aquilo era um absurdo e que não sabia como o havia permitido. Quando pergunto qual dos irmãos fazia isso, ela diz que não sabia. Fica pensando um pouco e diz que não poderia ser o mais velho. Depois, se mostra novamente em dúvida e afirma que, afinal de contas, estava escuro e não havia como saber.

Conforme o tratamento prosseguiu para seu fim precoce, Betânia relatou se lembrar de lugares e pessoas que até então achava ter esquecido, o que a surpreendeu. A natureza de algumas destas lembranças, especialmente aquelas relacionadas à casa onde vivera em sua infância, se mostrou essencialmente cinestésica e sensorial: a textura e a cor de uma parede, cuja tinta estava descascando; a sombra e o perfume de uma mangueira que havia no quintal.

Nas últimas sessões, as investidas sexuais do pai passaram a ser relatadas como frequentes e não episódicas como inicialmente se deixava entender. Foi quando Betânia revelou, finalmente, que às vezes, de forma diferente daquelas que havia até então relatado, o pai chegava em casa e não estava bêbado. Em algumas dessas ocasiões, mesmo sóbrio, ele a procurava sexualmente e não era bruto, mas carinhoso. Ela confessa, indignada consigo mesma, embora, estranhamente, demonstrando achar alguma graça no assunto, que dessas vezes ela gostava do que era feito. Pouco tempo depois de ter feito estas últimas revelações, apesar da insistência do analista para que continuassem o tratamento, alegando questões profissionais e falta de tempo, Betânia desligou-se definitivamente da análise. Infelizmente, não tivemos notícias do desenvolvimento posterior da paciente.

Breve discussão

Embora, como já afirmamos, haja no extrato acima, como em quase toda descrição de caso clínico, uma ampla gama de aspectos que mereceriam detida consideração, buscaremos nos ater àqueles que nos parecem mais característicos da clínica em que emerge a problemática relacionada ao segredo. Por se tratar de um caso que não consideramos como particularmente bem sucedido, tanto por ter sido interrompido em um momento que julgamos inoportuno como pelas dúvidas quanto a seu sucesso terapêutico, voltaremos a alguns de seus meandros em outro capítulo para fazer observações adicionais, quando pudermos cotejá-lo com outros processos analíticos que tenham tido desfechos mais satisfatórios.

Os aspectos que neste momento nele sublinharemos com mais ênfase são aqueles que suscitam questões quanto às origens e destinos dos conteúdos "encapsulados" por um segredo, oferecendo pontos de vista interessantes em suas relações com os mecanismos de defesa, particularmente os de recalque e repressão. O caso nos oferece um quadro exemplar de como determinada lógica se instala nas relações de uma dinâmica familiar e, decorrentemente, orienta "modelos" que deixam marcas na forma com que os seus participantes, ou pelo menos mais claramente, alguns deles, organizam o funcionamento de suas defesas psíquicas.

Inicialmente, apesar de não tomarmos aqui uma posição sobre a solidez ou a procedência real das suspeitas de Betânia com relação ao ex-namorado, o que nos seria impossível e mesmo inapropriado realizar, devemos considerar que a cena que emerge neste conflito recria vários aspectos daquele drama infantil que a paciente outrora sofrera. O caminho que a levou a reeditar seu sofrimento, em uma concepção que considere as descobertas da psicanálise, deve ser compreendido a partir dos mecanismos de defesa psíquica que nele podemos identificar.

A cena que a filha agora protagonizava, quer tenha provindo ou não de uma suspeita fundamentada, fornece a Betânia a possibilidade de elaborar possíveis conflitos psíquicos que não foram solucionados a seu tempo, já que àquela época, em sua relativa imaturidade psíquica, ela não possuía recursos para fazê-lo. Se esta situação se conforma muito apropriadamente a uma tentativa de resolução de conflitos passados, temos suficientes razões para apontar nela um efeito do que em psicanálise identificamos como compulsão à repetição, "processo incoercível e de origem inconsciente, pelo qual o sujeito se coloca ativamente em situações penosas, repetindo

assim experiências antigas sem se recordar do protótipo e tendo, pelo contrário, a impressão muito viva de que se trata de algo plenamente motivado na atualidade (Laplanche e Pontalis, 2004, p. 83).

Não devemos deixar de sublinhar que, além da relativa suscetibilidade em que o psiquismo de Betânia naturalmente se encontrava na situação infantil, pelo menos outro grande empecilho trabalhava contra o sentido da elaboração das representações vinculadas ao trauma: como sabemos, estas passaram, em determinado momento de sua história, a ser envoltos sob o manto de um segredo que, imposto pelas figuras adultas como uma proibição, impediu que se falasse sobre aqueles eventos que tanto a haviam marcado.

Esta proibição tem pelo menos duas consequências diretas. A primeira é impossibilitar que os afetos suscitados pelo trauma sejam minimamente elaborados, especialmente por uma criança, cuja capacidade de criar representações mentais está intrinsecamente ligada à possibilidade de "manipular" com os conteúdos que se referem a trauma, o que, nas situações em que se instala um segredo familiar muitas vezes se tornam impossibilidades, já que a criança se vê privada, neste contexto, não só da possibilidade de falar, mas também de brincar com qualquer conteúdo que faça referência ao evento; a segunda consequência é que, como a proibição é, via de regra, extensível a todos os envolvidos direta ou indiretamente no acontecimento do abuso, são bloqueadas ou dificultadas as possibilidades de que o grupo familiar possa elaborar o conteúdo traumático coletivamente.

No caso de Betânia, especificamente (embora elementos comuns estejam invariavelmente presentes em histórias de abuso) observamos que, tanto na relação estabelecida em sua infância como na que ela se vê enredada já na vida adulta, as diferenças entre idades e as incompatibilidades entre papéis familiares fazem emergir um conflito em que as funções amorosas de cuidar e de desejar eroticamente se mostram inconciliáveis. Como consequência desse conflito, que não é intrínseco às funções amorosas do cuidado e do desejo, já que estas podem sem dúvida ser conciliadas em certos contextos, mas sim resultado da forma singular com que ele se dá neste arranjo específico, seus participantes são invadidos por aspectos do sentimento de culpa que fazem, entre outras coisas, com que a relação seja percebida como clandestina e delituosa.

O que verificamos, além disso, em sua história, é que diante dos afetos suscitados pelas lembranças relacionadas ao abuso, Betânia se vê, mais uma vez,

inclinada a utilizar-se da estratégia de criar e manter um segredo. A diferença é que, na primeira vez, os agentes que a levaram a criar este segredo foram externas (a autoridade dos adultos) e, na segunda, esta alternativa não lhe pareceu imposta, mas sim uma iniciativa autônoma.

Se já desde o início do tratamento ela afirmava existir um evento de seu passado sobre o qual não desejava falar, este segredo deslocou-se gradativamente de uma zona consciente para uma zona inconsciente. Falar do seu segredo, que inicialmente parecia estar restrito a um acontecimento, mostrava que ele estava encadeado com muitos outros acontecimentos de sua história que, também, haviam sido mantido secretos.

Interessante perceber que os elementos da clandestinidade, da culpa e do segredo delas advindos, longe de estarem circunscritos à cena protagonizada através da filha, acompanham toda a vida amorosa de Betânia, ainda que estes sejam apenas percebidos no outro, como externos a ela, ou em um momento posterior à relação, em que ela já foi abandonada. Podemos, com isso, considerar a hipótese de que o isolamento erótico/amoroso em que Betânia se mantém à época do tratamento, apesar de todos os esforços que relata ter feito no passado para encontrar um companheiro, possa se dar, dentre outros fatores, também graças à interiorização nela verificada de que “os homens são todos assim mesmo”, ou seja, desta incompatibilidade entre os papéis de desejar eroticamente e cuidar/ser cuidado, o que marca tanto as formas com que Betânia deseja como o papel em que ela se coloca inconscientemente em suas relações amorosas.

Consideramos importante abrir aqui um parêntese para ressalvar que aqui, quando nos referimos a uma pretensa incompatibilidade entre “papéis familiares”, não estamos apontando apenas um desacordo com uma norma social vigente e localizada em uma cultura específica, ou com a forma específica com que o imaginário coletivo de nossa sociedade identifica a família, mas a uma incompatibilidade estrutural com regras básicas que compõem as sociedades humanas ou, ao menos, a nossa sociedade especificamente.

Alguns autores consideram que a infância é uma invenção social, com data de aparição mais ou menos certa (Lajonquière, 2006). Nesta trilha, por exemplo, Postman (1999, p. 11), ao levar em consideração a história da infância, afirma que ela “nasceu, como estrutura social e como condição psicológica, por volta do século XVI, ao lado da ciência, do estado-nação e da liberdade de religião”, ou seja, no turbilhão dos movimentos que deram forma à sociedade moderna. Seguindo este raciocínio, defende

que a infância “é uma das grandes invenções da Renascença. Talvez a mais humanitária” (Postman, 1999, pág 11).

Este caráter humanitário decorreria, segundo Postman, das ideias presentes na concepção moderna da infância, como, por exemplo, a de que as crianças, graças às suas características peculiares, devem ser protegidas de condições que as predisponham a doenças físicas ou psíquicas, o que incluiria normas como, por exemplo, não permitir que sejam expostas a condições insalubres, que realizem trabalhos pesados e que sejam protegidas de informações que caracterizam o “mundo adulto” e poderiam oferecer algum prejuízo a seu desenvolvimento psicológico.

Para reforçar esta conclusão, tais autores evocam relatos da Antiguidade e da Idade Média que mostram que os adultos e as crianças se relacionavam, nesses períodos, de formas muito diferentes das que são consideradas aceitáveis em nossos tempos. Postman afirma que nestes períodos a ideia de esconder seus impulsos sexuais era estranha aos adultos, e a ideia de proteger as crianças dos segredos sexuais, desconhecida. Aries (1978, p. 109), citando o Pe. De Dainville, historiador dos jesuítas e da pedagogia humanista, alega que “o respeito devido às crianças era então (no século XVI) algo totalmente ignorado. Os adultos se permitiam tudo diante delas: linguagem grosseira, ações e situações escabrosas; elas ouviam e viam tudo”.

Embora possam ter alguma importância por esclarecer que entre as crianças e a infância não há uma relação natural e dada para sempre, estas perspectivas mais “culturalistas” nos parecem pecar à medida em que subestimam, ou mesmo deixam de considerar, que na determinação do conceito de infância há, também, um substrato biológico e psicológico que diz respeito às vicissitudes que o animal humano enfrenta nos períodos iniciais de sua trajetória para poder sobreviver enquanto tal.

No entanto, longe de fazer a balança pender para a importância dada ao aspecto biológico da questão, as contribuições da psicanálise nos possibilitam recolocar o debate sobre os sentimentos e representações da infância para além da clássica tensão entre biologismo e culturalismo. (Lajonquière, 2006 p. 03). Pensando a partir de suas descobertas e conceitos delas derivados, por um lado, fica claro que no início da vida da criança, ou pelo menos nos primeiros contatos do organismo biológico que a compõe com os cuidados de um outro de que inevitavelmente depende para sobreviver, está presente já uma estrutura, que pode ser descrita como pulsional e apresenta alguma consistência, mas que é por natureza fundamentalmente aberta e incompleta, configurando-se a partir dos destinos tomados pela pulsão.

Assim, uma perspectiva psicanalítica faz com que nos afastemos da ideia de infância como uma "determinação, seja ela social ou biológica, de uma realidade pré-fabricada, pela qual a humanidade resultaria do processo de atualização de determinações prévias a sua 'emergência' propriamente dita." (Lajonquière, 2006, pág. 3). Portanto, se nela a infância não é percebida como uma essência biológica que se autodetermina, não é também vista como dada por uma cultura ou originada por um processo civilizatório de forma completamente arbitrária.

Embora assumamos que o conceito de civilização, tanto na obra de Freud como a partir do ideário etnocentrista da Europa do século IXX que tanto o influenciou, possa não ser hoje encarado como tão universal quanto se pretendia àquela época, visto que ele privilegia um modelo moderno e ocidental e exclui outras formas civilizatórias com que as sociedades humanas podem se organizar, podemos considerar ainda válidas, mesmo diante destas críticas, que, em certo aspecto e de uma forma específica, o combate às práticas incestuosas e pedofílicas assume a dimensão de enquadrar as relações dos sujeitos a certas regras que possibilitam de forma bastante geral a emergência do fenômeno social. Sobre estas normas, Modesto (2010, pág. 62) aponta para o acordo entre psicanalistas e antropólogos de que "a civilização é ameaçada pela pedofilia e pelo incesto".

O significado desta conclusão, expresso de outra forma, que nos permite relacioná-la ao caso específico de Betânia, é que, para a manutenção da vida social, aquele amor[14] que se dirige a um novo membro da comunidade humana, durante o período pelo qual ele deve necessariamente passar para adaptar-se às regras da sociedade que possibilitará sua sobrevivência é, em alguns aspectos, incompatível com o amor que se deve poder dirigir neste contexto aos sujeitos relativamente melhor acomodados a esta estrutura, posto que já dotados de algumas habilidades físicas e psíquicas que as crianças não podem dominar.

Tendo feito esta observação de natureza mais geral e social, devemos perceber que há, além disso, na reencenação de Betânia, a presença de um outro elemento que parece ter perturbado o seu desenvolvimento individual e ganha contornos perversos a partir do momento em que ela percebe estar aprisionada, nas relações em que se insere, no lugar de um objeto parcial que não tem direito a qualquer autonomia, servindo unicamente ao desejo

[14] A expressão "amor", apesar de pouco específica e carente de contornos científicos, assume na linguagem comum uma dimensão do que há de comum nas relações a que estamos nos referindo muito mais aproximada do que qualquer outro termo específico que nos tenha ocorrido.

caprichoso do outro. Portanto, se por um lado a situação em que se encontra dificulta a sua inserção em uma ordem social, como membro de um grupo familiar, com funções delimitadas, previstas e previsíveis, por outro lado ela se vê também sem lugar como sujeito capaz de encontrar as condições ideais para inventar-se. Será também contra a angústia gerada por estes conflitos, entre outras possíveis, que as defesas psíquicas se levantarão.

No entanto, quais teriam sido, neste caso, os mecanismos de defesa psíquica atuantes, e onde, em uma compreensão metapsicológica e tópica do aparelho psíquico, estaria sendo isolado, durante os "anos de esquecimento", aquele saber traumático até o momento em que novamente emergisse como uma lembrança consciente? Responder a estas questões tem a importância de nos orientar, diante dos fenômenos clínicos, a partir de uma perspectiva psicopatológica comum a outras sintomatologias.

Um elemento inequívoco, à primeira vista, é que estas defesas, intrinsecamente relacionadas à criação do segredo de Betânia, quaisquer que tenham sido elas, não conseguiram mobilizar forças necessárias para manter as representações traumáticas afastadas da consciência permanente e nem para para financiar uma suficiente elaboração do conteúdo traumático, o que se evidencia na enorme força compulsiva e na forma brutalmente repetitiva e pouco elaborada com que os afetos a ele relacionados aparecem atuados em sua vida adulta. Embora neste aspecto as informações de que dispomos sejam menos precisas, temos ainda elementos para desconfiar de que, paralela e correlativamente à fragilidade com que estas defesas serviram a Betânia, também aquelas de que dispuseram outros membros do seu grupo familiar, especialmente os irmãos que parecem ter se organizado a partir do modelo psicótico, se mostraram demasiado superficiais para protegê-los dos conteúdos mortíferos que circulavam nas veias do "organismo familiar".

A primeira hipótese com relação à determinação de quais defesas estariam atuando seria que os conteúdos traumáticos tivessem sido submetidos à ação da repressão, "operação psíquica que tende a fazer desaparecer da consciência um conteúdo desagradável ou inoportuno: ideia, afeto, etc." (Laplanche & Pontalis, p. 457). No entanto, a caracterização que Betânia faz de sua rememoração, sublinhando o momento em que "relembrou" dos eventos ocorridos, não deixa dúvidas acerca do fato de que ela, pelo menos durante algum tempo, realmente teve sucesso em banir as representações ligadas ao abuso tanto da sua memória consciente quanto pré-consciente, o que torna este processo, pelo menos no que se refere ao período em que estas representações estiveram descritivamente inconscientes, incompatível com a descrição do mecanismo de defesa da repressão, já que este consiste em um mecanismo "que mantém as pulsões no limite do pré-consciente" (MEZAN, 1987, p. XVII).

Portanto, a segunda possibilidade com que nos deparamos é que as representações ligadas ao evento do abuso teriam sido submetidas a um processo de recalque, que "serviria para manter as pulsões no inconsciente" (Idem). O fato de ter se lembrado de um fato esquecido, com profusão de detalhes e de maneira extremamente lúcida muitos anos depois de acontecido é mostra cabal de que sua percepção consciente havia registrado aqueles acontecimentos e que, depois disso, eles teriam sido expulsos da consciência. Estas lembranças, aliás, se caracterizavam por um frescor e uma vividez raramente observados em lembranças acerca de fatos acontecidos em um passado remoto, a não ser quando, após de muito tempo recalcados, estes conteúdos voltam à memória consciente.

No entanto, a forma quase espontânea com que as lembranças relacionadas ao trauma emergem na consciência de Betânia não nos parece compatível com as manifestações do recalcado, que somente a duras penas pode tornar-se consciente, e não sem um intenso trabalho de perlaboração, caminho sobre o qual a dureza e aridez todo psicanalista poderá testemunhar.

Como podemos compreender, porém, que a instituição de um segredo, provinda de uma fonte extra-psíquica (a autoridade dos pais), tenha podido emular, pelo menos durante alguns anos, um efeito que, mais profundo do que aquele "não pensar sobre" gerado pela repressão, tanto se aproxima daquela verdadeira amnésia que costumamos associar aos efeitos gerados pela defesa psíquica do recalque? Para que possamos investigar este problema, deveremos investigar mais a fundo o funcionamento das defesas psíquicas através das quais podemos demarcar o campo do segredo.

Os conceitos de recalque e repressão não são, ou ao menos não foram, considerados uniformemente ao longo de toda a história da psicanálise e alguns problemas significativos acompanharam seu desenvolvimento. Embora alguns destes, como veremos, possam ser considerados como mal-entendidos relativos à escolha dos termos em traduções, acreditamos que outros são gerados por uma conceituação que, em alguns casos, graças à necessidade de categorização intrínseca à teorização científica, pode se mostrar demasiadamente rígida para dar conta da complexidade e sutileza de determinadas situações clínicas, notadamente aquelas em que vemos em jogo o papel do segredo.

Procuraremos salientar alguns destes problemas nas páginas que se seguem. Para tanto, devemos realizar uma breve retrospectiva sobre estes conceitos, considerando os limites que os separam e os seus possíveis pontos de interpenetração, tanto na teorização psicanalítica quanto na prática clínica.

3.2 - Recalque e repressão

"Procura as palavras nas coisas, e não as coisas nas palavras"
- Ditado de Míson de Queneia

Para podermos esclarecer a estas questões, através do caminho que seguimos até aqui, identificamos a importância de estudar os conceitos de recalque e repressão, ambos já bem demarcados e compreendidos pela psicanálise para, a partir deles, inferirmos características ao modo de funcionamento dos fenômenos ligados aos segredos. Propusemos, então, afinidades (embora não coincidências) entre o que é sigiloso e o que é reprimido, assim como entre o que é enigmático e o que é recalcado.

Assim, já que localizamos o nosso objeto de pesquisa com relação a estes termos, convêm que delineemos, ao menos breve e superficialmente, um esboço das características que os compõem. Esta tarefa, no entanto, revelou-se um pouco mais complexa do que inicialmente pudemos suspeitar.

Embora alguns conceitos tenham ganhado ou perdido centralidade a partir das transformações ocorridas ao longo da teorização da psicanálise, outros mantiveram sua importância capital ao longo de toda a história dessa ciência. Os conceitos de repressão (*Unterdrückung* no original, em alemão) e recalque ou recalcamento (*Verdrängung*) são deles exemplos inequívocos.

Estes dois conceitos podem ser tomados como semelhantes em alguns aspectos, pois ambos se referem a mecanismos psíquicos que consistem em afastar do consciente uma ideia ou um afeto cujo conteúdo é desagradável, mantendo-a à distância. Entre eles, porém, a psicanálise contemporânea enxerga diferenças essenciais.

Esta distinção é importante para que compreendamos que, na dinâmica do aparelho psíquico, estes processos de dão em espaços e condições essencialmente diferentes. No entanto, a trajetória através da qual a comunidade psicanalítica chegou à abrangência moderna destes conceitos foi bastante tortuosa e, ainda que algum consenso tenha sido atingido atualmente, ele não é estável a ponto de evitar quaisquer debates.

A complexidade desta questão pode ser vislumbrada já na primeira e mais superficial dificuldade que temos que contornar no ato mesmo da pesquisa: o uso destes termos nos textos cujas traduções estão disponíveis em português. Basta considerarmos, para termos ideia da dimensão labiríntica deste problema, que em duas das mais influentes e recentes traduções da obra freudiana diretamente do alemão para o

português, realizadas por tradutores e pesquisadores reconhecidamente atentos e criteriosos como Luís Alberto Hanns e Paulo César de Souza, as escolhas terminológicas variam grandemente para os termos de nosso interesse (há uma terceira tradução em curso, a cargo de Renato Zwick, sobre a qual não pudemos reunir informações a este respeito). Enquanto o primeiro, cuja terminologia, por convenção[15], utilizamos neste trabalho, traduz o termo "Verdrängung" como "Recalque", o segundo utiliza o termo "Repressão". Já para "Unterdrückung", Hanns utiliza "Repressão" e Souza, "Supressão". (Tavares, 2012a, p. 18).

Para que compreendamos com clareza a questão, devemos ter em mente que no uso que Freud fazia dos termos repressão (*Unterdrückung*) e recalque (*Verdrängung*) estava ausente a tendência que modernamente seguimos de alçá-los ao estatuto de conceitos. Embora sejam termos distintos entre si, não se confundindo nos escritos de Freud em alemão, neles eram utilizados com preocupações mais estilísticas do que terminológicas (idem, p. 3).

Inclusive, como ainda nos informa Tavares (idem, p.2), a formalização da ciência denominada "Terminologia", a partir das proposições do engenheiro Eugen Wüster, se dão nos anos 30 do século XX e são, por isso, posteriores à maior parte das reflexões de Freud. Em outro artigo, Tavares (2012b, p.119) nos lembra, sobre o texto freudiano, que "sua versatilidade e sua erudição se destacam no estilo ou na escrita, porém, à diferença do que se possa pensar, a sua *terminologia*, os elementos fundamentais de sua metapsicologia, seus *Grundbegriffe* (conceitos fundamentais), eram muito mais "familiares" e "comuns" no contexto de sua cultura e língua de expressão do que se tende a imaginar a partir das traduções mais difundidas." Esta seria, aliás, uma das características do texto freudiano que o dotavam tanto de clareza como também de elegância e valores literários.

Assim, as preocupações terminológicas foram surgindo na medida em que novas traduções da obra freudiana foram sendo realizadas e a exigência em definir os sentidos das palavras do mestre foi se tornando mais aguçada. Desta forma, uma tradução da obra de Freud para o português não poderia escapar a estes dilemas terminológicos.

[15] Convencionarei neste trabalho a correspondência entre *Unterdrückung e* Repressão e entre *Verdrängung* e Recalque, sem que isso signifique uma posição favorável ou desfavorável a qualquer uma das traduções alternativas. Esta escolha se dá unicamente em função da minha particular formação teórica em psicanálise, que se deu em um ambiente no qual esta tradução foi utilizada com mais frequência.

Embora cada um dos tradutores da obra de Freud para nossa língua apresente argumentos sólidos para suas escolhas terminológicas, não pretendemos aqui nos embrenhar profundamente nestas questões por considerarmos que esta senda não só poderia nos levar longe demais de nosso tema específico dos segredos como, também, excederia nossa competência, já que não compreendemos a língua alemã. No entanto, alguns aspectos levantados por esta discussão nos serão úteis por demarcar as questões e dificuldades envolvidas na compreensão dos dois conceitos.

Pelo menos em parte, as divergências parecem estar relacionadas com o alinhamento de cada um destes tradutores com um dos dois mais influentes trabalhos de tradução da obra freudiana. Enquanto Souza se orienta mais de acordo com o trabalho de tradução do alemão para o inglês, pioneiramente realizado pelo casal Strachey, Hanns parece preferir os pressupostos que guiaram a tradução para o francês, dirigida por Jean Laplanche, Pierre Cotet e André Bourguignon (TAVARES, 2012b, p. 122-123). Esta última, fortemente influenciada pelas ideias dos intelectuais franceses em voga no período, caracterizou-se por um esforço de oferecer maior conceitualização à obra de Freud (idem, p. 111), ainda que para isto precisasse sacrificar em alguma medida o tão elogiado estilo literário do autor.

Com relação a *Verdrängung*, Sousa (pág. 112) nos informa que nas primeiras traduções inglesas o termo não gerava controvérsias consideráveis, tendo sido o termo *repression*, sugerido pelo próprio Freud, utilizado para traduzi-lo para o inglês. No entanto, poucas décadas depois algumas críticas já se faziam ouvir a esta tradução, embora permanecessem marginais.

Na década de oitenta, entretanto, numa crítica que atingiu enorme repercussão, o psicanalista Bruno Battlelheim alegava que no uso do termo *repression* perdia-se algo importante da essência do que o original *Verdrängung* exprimia, uma referência a um "impulso interior" (*Drang* corresponderia a "ímpeto, ânsia"). Os termos *repression* e *supression* (este último, conforme Laplanche e Pontalis [pág. 457] utilizado tanto para o termo *Verdrängung* como também, dependendo do contexto, para Unterdrückung), segundo ele, designariam "o que alguém faz a algo ou outro alguém, mas não para indicar um processo interior pessoal". Souza (pág. 113) aponta que dizemos, por exemplo, "reprimir uma criança"e "suprimir um livro", com este mesmo sentido.

Segundo Souza (2010, pág 112), também nas primeiras traduções para o francês não parece ter havido problemas com relação a *Verdrängung*, tendo os psicanalistas francófonos escolhido a palavra *refoulement* (correspondente, em português, ao nosso

"Recalque") para exprimi-la. No entanto, estes introduziram uma distinção nítida entre *Verdrängung* e *Unterdrückung,* reservando para transpor esta última para o francês a palavra "*répression"*. Esta distinção, que criou uma confusão na qual o "*répression*" dos franceses não corresponde ao "*repression*" dos ingleses (e americanos), fez com que estes últimos passassem também a prestar mais atenção na diferença entre os termos, tendo sido consagrada pelo influente *Vocabulário de Psicanálise*.

Nesta obra, Laplanche e Pontalis (2004), importantes representantes do ponto de vista francês, afirmam que o termo repressão, embora fosse visto também em uma significação menos usual como sinônimo de defesa psíquica, teria em Freud um sentido mais frequente e importante que o caracterizaria como opondo-se ao recalcamento. Enquanto no recalcamento, a instância recalcante (o ego), a operação e seu resultado seriam inconscientes, a repressão seria, pelo contrário, um mecanismo consciente atuando ao nível da "segunda censura", que Freud situa entre o consciente e o pré-consciente; tratar-se-ia de uma exclusão para fora do campo da consciência atual, e não da passagem de um sistema (Pcs-Cs) para outro (Ics)". Os autores afirmam ainda que "do ponto de vista dinâmico, as motivações morais desempenham na repressão um papel predominante" (Laplanche & Pontalis, 2004, p. 458).

No entanto, apontando outra perspectiva, mais alinhada com a tradução dos Strachey, Souza (2010, p. 117) defende que a oposição V*erdrängung-Unterdrïckung* não se acha tão claramente demarcada por Freud quando defendem Laplanche e Pontalis e que a questão colocada seria de ênfase e não de oposição. Em favor desta perspectiva, além de arrolar alguns trechos em que Freud faz uma correlação clara entre um termo e outro, aponta uma citação de Freud em que, admitindo brechas em sua argumentação, afirma: "Por exemplo omiti declarar se atribuo significados diferentes às expressões "suprimido" (*unterdrückt)* e "reprimido" (*verdrängt).* Deveria ser claro, contudo, que o último dá mais ênfase que o primeiro ao fato da ligação ao inconsciente" (Freud, 1972 [1900], p. 645)

Souza acredita, portanto, que "o uso freudiano não é tão coerente como desejariam muitos de seus estudiosos" e que, ainda que considere que a distinção entre os dois termos possa ser útil do ponto de vista teórico, ela talvez implique um "raciocínio influenciado pelo desejo de que tudo seja inequívoco, de que os fragmentos se encaixem perfeitamente como num quebra-cabeça" (Souza, 2010, página 118).

Segundo Tavares (2012b, p2), ao lermos Freud nos confrontamos, "para muito além de um *pensée pensée*, das típicas exposições objetivas e inequívocas do

pensamento científico, com um *pensée pensante* de um mestre da escrita, da crítica, da reflexão." Para ele, "os escritos de Freud refletem uma experiência de um saber em formação e em constante revisão, a partir do qual nem sempre é simples um posicionamento relativo a quais vocábulos devem ser elevados à categoria de *conceito"*.

Para sermos ainda mais precisos, devemos registrar a existência de uma terceira perspectiva que desconsidera mesmo qualquer distinção, seja de ênfase ou de oposição, entre os conceitos de recalque e repressão. Segundo Maria Érbia Cássia Carnaúba (2013, p.117), este é o posicionamento, por exemplo, de Herbert Marcuse que, na introdução de seu *Eros e Civilização*, adverte que utilizaria o conceito de "repressão" sem diferenciá-lo de "recalque", segundo ele, "como fez o próprio Freud" .

Embora não pretendamos nos deter nesta perspectiva, por considerá-la excessivamente escorregadia para a linha de investigação que escolhemos para nossa pesquisa, já que ela nos privaria dos dois polos entre os quais decidimos nos localizar para considerar o fenômeno do segredo, é importante fixar o contexto em que ela se dá. Carnaúba (idem, p.119) esclarece que Marcuse, que escrevia para leitores americanos, embora estivesse consciente das discussões que, já em 1955, ano da publicação de *Eros e a Civilização,* se davam em torno do conceito de "repression", busca aqui ressaltar o que havia de propriamente social na teoria das pulsões, ou seja, aquela parte da psicanálise que poderia ser pensada como teoria social, de acordo com a apropriação que a Teoria Crítica faz dela.

Apesar de esta última perspectiva nos abandonar em um denso nevoeiro de indiferenciação, ela nos mostra uma tendência (embora aqui radicalizada) cuja essência deve ser levada em consideração para, no mínimo, nos advertir dos riscos de uma conceitualização demasiadamente rígida para a compreensão de mecanismos tão complexos quanto os de recalque e repressão. Tal rigidez pode nos impedir de enxergar o quanto os dois mecanismos são parte de um mesmo processo psíquico e guardam íntima relação entre si.

Um outro ponto de vista que também esmaece a diferença entre recalque e repressão, em parte por ter sido elaborado antes da problematização que distinguiu os conceitos entre si, será o defendido por Theodor Reik quando, em seu "A compulsão à confissão" (Reik, 1925, citado por Arnold, 2006), como vimos, também enfatiza o caráter social ou inter-relacional presente nestes processos. Enquanto Freud, em seus primeiros escritos, concebe o ser humano como motivado pela busca do prazer, sendo este alcançado por uma descarga de tensão, Reik, embora alegando não desafiar a teoria

do mestre, mas apenas desenvolvê-la em outra direção (Arnold, p.740), sugere que os desejos urgem se manifestar não apenas graças a uma necessidade de descarga, mas também graças a uma "inclinação emocional independente" para expressar-se aos outros. (Reik, 1925, p. 193 citado por Arnold, 2005, p. 740).

Segundo Reik (idem) embora as primeiras expressões da criança (gritar, chorar, etc) originalmente sirvam apenas à função de "descarga motora" , estas rapidamente se tornam "a representação e comunicação das nossas necessidades para o mundo exterior como um tipo de convite a que o outro nos gratifique" (Reik, 1925, p. 197 citado por Arnold, 2005, p. 740). Expandindo esta ideia, Reik se refere a uma "necessidade geral do material inconsciente para expressar-se" (Reik, 1925, p. 191-192, citado por Arnold, 2005, p. 740).

As funções de descarga motora e de autoexpressão, embora diferentes uma da outra, para Reik estariam interconectadas. Por não priorizar a descrição de aspectos relativos aos trajetos das pulsões no sujeito, perspectiva que caracteriza (embora não sempre) a teoria freudiana de forma marcante, Reik é considerado muitas vezes como precursor de uma tendência que contemporaneamente ganhou muita força na psicanálise, que considera também aspectos que dizem respeito à relação do sujeito com o outro e seus desdobramentos.

Reik considera que a socialização das expressões ocorreria através de uma "identificação primitiva"[16] para com aqueles a quem os impulsos são expressos. O recalque seria, para ele, a cristalização de uma restrição de comunicação que se daria originalmente a partir das interações da criança com seus primeiros cuidadores e educadores e se internalizaria através do mecanismo de identificação. Inicialmente a criança seguiria a exigência de expressar-se "de forma inteiramente ingênua e sem inibições" (Reik, 1925, pág 193 citado por Arnold, 2005, pág 740). No princípio estas expressões se dariam apenas de formas naturais, ou seja, através de sinais não convencionados (por exemplo, os gritos e o choro do bebê), mas posteriormente, sob a influência dos "pais e educadores", a criança aprenderia a usar os sinais convencionados em lugar dos naturais, assim como "suavizá-los ou restringi-los", do que resultaria o recalque (*repression*) (idem).

[16]Embora não entremos aqui em detalhes sobre o sentido com que Reik utiliza o termo "identificação primitiva", Arnold nos adverte das dificuldades em sobrepormos-lhe ao de "identificação primária", conceito que Freud busca elucidar em "O Ego e o Id", de 1923, portanto, dois anos antes de Reik publicar "A compulsão à confissão".

Neste sentido, Reik se aproxima de uma concepção que considera o recalque como uma consequência do superego, ao afirmar que “a origem última do superego está nas respostas do mundo social inicial da criança, que é perpetuado na instituição do superego” (Reik, 1925/1959b, p. 197, citado por Arnold, 2005, pág 744). O próprio Freud, no entanto, hesita em fortalecer esta causalidade, ao alertar em “Inibição, sintomas e ansiedades” do “perigo de superestimar o papel desempenhado na repressão pelo superego” (Freud, 1926, Vol. 20, pág). Para ele, “não podemos no momento dizer se seria o surgimento do superego que proporciona a linha de demarcação entre a repressão primitiva e a pressão posterior” (idem).

Na concepção de Reik o superego estaria associado intimamente ao recalque, pois ele “força o papel da culpa (ansiedade social internalizada) nas origens da repressão” (Arnold, pág. 745). O que nos importa aqui, e é esta a contribuição que acreditamos ser importante neste momento tirar da teoria de Reik, é perceber que em grande medida a realidade psíquica que orienta o recalque se constitui a partir da realidade dos objetos e da forma como estes respondem ao sujeito, reprimindo ou não suas demandas, perspectiva na qual estes mecanismos compartilham, no mínimo, as mesmas origens.

É claro que, ainda que nos ativéssemos a esta perspectiva, em que o processo de repressão é visto como equivalente ao do recalque, mesmo nela poderíamos nos interrogar, em algum momento, se quando Reik afirma que “a criança aprenderia a usar os sinais convencionados em lugar dos naturais”, não seria conveniente qualificar este aprendizado como concernente ao nível consciente ou inconsciente.

Assim, resumidamente, a partir destas traduções da obra freudiana, consideramos que três tendências podem ser consideradas como as fundamentais no que diz respeito à relação entre os termos repressão e recalque. Enquanto um grupo de psicanalistas tende a enxergar os dois conceitos como contrapostos entre si, um segundo grupo compreende que entre eles há meramente uma diferença de gradação ou de ênfase e um terceiro, ainda, desconsidera as diferenças entre ambos.

No entanto, não precisaremos nos aprofundar, mais do que já fizemos, em nenhuma destas perspectivas teóricas. O fato é que a distinção entre repressão e recalque, uma vez que suas limitações sejam consideradas, se mostra útil em nossa pesquisa, por oferecer um critério para localizar e caracterizar o trânsito das representações psíquicas com relação a suas origens e destinos no aparelho psíquico.

Nosso interesse aqui não é negar ou afirmar a possibilidade de diferenciar os mecanismos de recalque e repressão entre si, mas sim apontar a existência de fenômenos clínicos cujas características não se adequam plenamente em apenas um destes enquadramentos. Portanto, a perspectiva adotada pelo segundo grupo, o mais intermediário, tanto por nos parecer mais promissora quanto às possibilidades gerais de teorização psicanalítica como por nos ser particularmente a mais favorável nesta pesquisa com relação à compreensão do fenômeno do segredo, será aquela a partir da qual nos posicionaremos. Representada, segundo Souza (2010), pelos Strachey, ela é partidária de uma categorização menos estanque, que, embora mantenha os limites entre os conceitos de recalque e repressão, úteis para a teorização psicanalítica, suaviza-os e permite a visualização do campo complexo que se configura entre estes processos psíquicos. Esta posição teórica nos permite compreender a configuração das defesas psíquicas como as de Betânia, em que os campos de atuação do recalque e da repressão se interpenetram, confundindo quem tente identificá-los de forma "pura" e isolada.

É aqui que tem alguma importância a percepção de que o conteúdo do que estamos definindo como segredo é precisamente aquele que escapa às tentativas de uma definição do que seria um puro recalcado ou reprimido. Mais uma vez, devemos concluir que o segredo representará uma ponte (ainda que interditada) entre determinados conteúdos conscientes e inconscientes, razão pela qual o entendimento de seus mecanismos se mostra importante para a compreensão e o exercício da psicanálise.

3.3 - O Segredo como "recalcamento conservador"

Segundo Freud (1974 [1915], p.208), uma perspectiva que buscasse levar em consideração os aspectos dinâmico, topográfico e econômico de um fenômeno psíquico poderia ser denominada de metapsicológica. Com o caminho que traçamos até aqui, acreditamos ser possível esboçar, pelo menos em linhas gerais, um lugar para a compreensão do fenômeno do segredo que atende a estas exigências.

No que diz respeito a seu aspecto dinâmico no psiquismo, buscaremos compreender o fenômeno do segredo em uma perspectiva que o localiza entre os mecanismos de recalque e de repressão, o que, se por um lado nos poupa um enorme esforço, por grandemente se apoiar sobre todo o trabalho que Freud desenvolveu acerca destes mecanismos, por outro nos exige um contínuo trabalho de diferenciar os seus

limites e a sua dinâmica destes outros dois. O que fazemos aqui é tão somente situar nosso objeto de pesquisa, o segredo, na faixa mais interior de um espectro que se estende desde o campo do reprimido até o do recalcado. O que pretendemos, e que nos parece útil, é destacar o espaço em que se dá uma sutil e complexa interação entre estes dois conceitos polos, lançando nossos questionamentos sobre essa zona cinzenta de indeterminação conceitual.

Assim, se em um primeiro momento, a imprecisão acerca da ideia de segredo pareceu prejudicar nossa pesquisa, percebemos finalmente que nela está a chave para melhor compreendermos os fenômenos a que se refere. Nossa hipótese é de que, ao mesmo tempo em que os paradoxos envolvidos na definição do conceito de segredo expõem a ruptura e demarcam os limites entre as dinâmicas dos mecanismos de recalque e repressão, apontam também uma continuidade entre eles.

Quanto a uma determinação topográfica que ofereça uma melhor compreensão do fenômeno do segredo, pudemos utilizar estratégia semelhante, delimitando nosso interesse num aprofundamento da compreensão sobre como se dá o trânsito de conteúdos psíquicos entre os sistemas Ics e PCs-Cs e como a instituição de segredos afeta esta dinâmica.

Tal consideração traz conclusões importantes, pois nela compreendemos que é o sistema Pcs que contém o núcleo do conteúdo relegado ao segredo (aquilo que se sabe mas sobre o que se guarda silêncio). Tendo o cuidado, novamente, de não equivaler o conceito de segredo ao de Pré-consciente, já que nem todo silêncio corresponde à presença de um segredo, nos parece claro que o sistema PCs é, por assim dizer, o habitat que o segredo deve necessariamente frequentar para poder existir enquanto tal. Como dissemos anteriormente, dentre as características que devemos atribuir ao segredo, tanto em seu aspecto sigiloso quanto enigmático, está aquela que faz com que seu portador saiba do fato de que o guarda e, caso falte-lhe esta característica, devemos considerá-lo como pertencendo simplesmente ao inconsciente. O segredo pode ser compreendido, portanto, como um símbolo, uma representação substitutiva (consciente) de um conteúdo não representável (inconsciente).

Esta hipótese considera que uma função que podemos apontar para o segredo, a partir de uma perspectiva metapsicológica, é constituída do mesmo paradoxo que observamos em sua conceituação. Ao mesmo tempo em que o segredo justamente busca (assim como o recalque) desconectar e desarticular, em certo sentido, as duas pontas extremas destas realidades que reconhecemos como os registros do sistema Pcs-Cs

(aquilo que pode ser dito) e do Ics (aquilo que está esquecido), o fato mesmo da existência do segredo como elemento consciente denuncia e atesta justamente a ponte entre estas duas realidades.

Do ponto de vista econômico, o segredo seria neste contexto uma representação alvo de um contra-investimento do ego. Em outras palavras, enquadrar-se-ia na definição que Laplanche e Pontalis (pág. 100) fazem acerca do conceito de contra-investimento, inscrevendo-o no quadro em que participam "representações, sistemas de representações, atitudes, etc. suscetíveis de criar obstáculo para o acesso à consciência e à motilidade das representações e desejos inconscientes".

Perceber o segredo em seu caráter de contra-investimento sublinha seu aspecto positivo na dinâmica das operações psíquicas. O segredo não seria, nesta perspectiva, apenas a subtração de determinado conteúdo da apreciação consciente, confinando-o passivamente ao registro do Pré-consciente. Implicaria, como parte dos mecanismos defensivos do ego, um gasto de energia constante, um exercício ativo de manter um conteúdo fora do campo da consciência.

Nossa percepção se aproxima aqui, mais uma vez, da de Nicholas Abraham e Maria Torok. A cripta, que para estes autores seria uma espécie de envoltório do conteúdo do segredo, corresponderia na tópica psíquica a um lugar definido, que "não seria nem o Inconsciente dinâmico, nem o Ego da Introjeção". Assim o descrevem: "seria antes como um território encravado entre os dois, espécie de Inconsciente artificial, instalado no próprio seio do Ego." (Abraham e Torok, 1995b, pág 239).

Estes autores, buscando compreender as diferenças entre o recalque neurótico e o segredo, propõem uma distinção e uma oposição entre o desejo que surge de seus interditos. Enquanto o recalcamento neurótico seria o "recalcamento dinâmico (ou constitutivo)", aquele que põe em movimento o mecanismo da formação da cripta (e do segredo) eles chamariam de "recalcamento conservador".

Enquanto no recalcamento dinâmico o desejo nascido do interdito busca "em desvios, seu caminho e o encontra em realizações simbólicas" (1995, pág. 240), no recalcamento conservador o desejo é "já realizado e sem desvios" (idem), caracterizado também por certa positividade e presente no sujeito como um *bloco* de realidade, pois o segredo a partir do qual o passado passa a ser encarado não pode morrer completamente, mas também não pode pretender voltar à vida, sendo visado como tal nas denegações e condenações. Tal realidade, afirmam os autores, não tem existência a não ser por sua renegação.

A partir da teoria de Abraham e Torok, portanto, podemos vislumbrar com maior nitidez que o segredo se encontra nos limites entre os mecanismos postos em funcionamento no recalque e na repressão. Este se daria, segundo estes autores, a partir do mecanismo do recalque conservador, uma espécie de modificação do recalque dinâmico, adaptado a uma situação em que o conteúdo traumático se mostrasse excepcionalmente desintegrador ao aparelho psíquico.

O processo de "recalcamento conservador", que criaria e manteria estável esta espécie de realidade congelada, seria, no entanto, incompatível com as implicações do recalcamento dinâmico, já que neste, segundo o modelo do processo primário, "a energia psíquica escoa-se livremente" (Laplanche e Pontalis, p. 371). Portanto, se este caráter conservador possibilita a defesa do psiquismo sob condições que excedem suas capacidades de representação e simbolização, a forma com que o faz tem o custo de estancar a fluidez libidinal do aparelho psíquico e, portanto, roubar a flexibilidade com que nele a energia psíquica pode ser deslocada através das representações. Portanto, esta estabilidade, importante perceber, não deverá ser de forma nenhuma pacífica, já que quaisquer estímulos internos ou externos poderão desestabilizar este sutil equilíbrio de forças.

É graças a essa fuga aos estímulos que esta realidade congelada, ou, antes, as representações a ela vinculadas, estarão fadadas a, topicamente, digamos, habitar a zona intermediária entre estas duas instâncias que conhecemos como o sistema Pcs, único contexto em que estas características podem coexistir, em um delicado jogo de alianças e anulações recíprocas. Uma metáfora apropriada para compreender a delicada dinâmica desta realidade seria imaginá-la como um corpo celeste que mantém-se, tal como a nossa lua terrestre, sob a atuação de poderosas, embora sutis, forças gravitacionais centrífugas e centrípetas, a uma distância exata que não a permite desgarrar-se de sua órbita e nem chocar-se com o planeta Terra.

A ruptura desta delicada dinâmica (ou estagnação) pode ser muito bem ilustrada pelo processo que fez com que Betânia "relembrasse" os evento traumáticos de seu passado. Estes estavam segregados da consciência por uma camada muito superficial de elementos defensivos vinculados por meio de um recalque conservador. Aquela estrutura que permitiu que, durante algum tempo, ela não precisasse encarar de frente os terríveis acontecimentos de sua infância, provavelmente graças a um longo processo cujas nuances desconhecemos, passou por um processo de desgaste, culminando no seu interesse pela palavra "incesto" e rompendo-se como em um passe de mágica.

Ousaríamos ainda acrescentar que, em uma perspectiva um pouco deslocada, talvez pudéssemos denominar este processo também como uma "repressão conservadora". Ocorre-nos, para ilustrar esta hipótese, a forma como Assis, o paciente a que nos referimos em nosso tópico 2.4 (em que tratamos das relações entre segredo, tabu e neurose), aderia a padrões morais rígidos e encontrava dificuldades em flexibilizá-los, postura talvez reativa diante da periculosidade, por ele "intuída", dos segredos que guardava, alguns dos quais ousou elaborar a ponto de poder revelá-los ao analista. Por outro lado, em muitas situações comportava-se de forma completamente diferente daquela que, em seus padrões morais, considerava como ideais de comportamento. Esta configuração fazia com que um observador privilegiado, como no caso era o analista, percebesse claramente um modelo de "vida dupla", em que Assis acreditava que o certo era agir de determinada forma mas, na prática, agia de outra, sem que esta disparidade gerasse nele conflitos significativos.

No quesito dinâmico, estas observações levantam uma questão de extremo valor teórico, pois se as defesas "conservadoras" parecem conquistar seu lugar (e sua importância) no funcionamento psíquico exatamente nos pontos em que falham ou se enfraquecem as funções do recalque e da repressão, o segredo aparece como um recurso do qual o Eu lança mão em ocasiões nas quais estas defesas não conseguem cumprir seu papel de proteger o psiquismo. Neste contexto, a constância do "bloco de realidade" protegida pelas trincheiras do silêncio e do segredo, implicaria, na defesa do aparelho psíquico, tanto em um processo de recusa da realidade (esta, a realidade traumatizante) como no de uma clivagem egóica. O primeiro seria um "modo de defesa que consiste numa recusa por parte do sujeito em reconhecer a realidade de uma percepção traumatizante, essencialmente a da ausência de pênis na mulher" (Laplanche & Pontalis, 2004, p. 436). O segundo corresponderia ao "fenômeno (...) da coexistência, no seio do ego, de duas atitudes psíquicas para com a realidade exterior quando esta contraria uma exigência pulsional. Uma leva em conta a realidade, a outra nega a realidade em causa e coloca em seu lugar uma produção de desejo. Estas duas atitudes persistem lado a lado sem se influenciarem reciprocamente" (Laplanche & Pontalis, 2004, p. 65).

Estes fenômenos, revelam que, em primeiro lugar, a realidade a que o segredo procura encobrir é a realidade da castração e, além disso, que ele é um mecanismo que permite uma relativa (embora frequentemente frágil) pacificação na relação do sujeito com as representações traumáticas particularmente mortíferas. Embora Freud os vincule, em suas teorizações, aos modos de funcionamento da perversão e da psicose,

eles estariam, no mecanismo do segredo, pelo menos nos casos em que até aqui nos debruçando, mais próximos de um funcionamento neurótico, posto que caracterizadas por essa convivência mais ou menos sistematizada, graças às barreiras que o segredo consegue erigir, mais ou menos toscamente, entre as duas realidades. Ferraz (2000, p. 28) nos lembra que "seria impreciso afirmar que a recusa é um mecanismo exclusivo da estruturação de uma perversão. Se seguirmos as indicações de Freud, veremos, como se trata de um mecanismo defensivo geral, que concorre, até certo ponto, com o recalque".

Para reforçar esta tese, Ferraz recorre às elaborações de Myrta Casas de Pereda, que defende que a recusa pode assumir duas dimensões distintas. A primeira seria a estrutural, "produto do trabalho de recusa sobre a dialética presença-ausência" (Ferraz, 2000, p. 28), importante para que a criança possa incorporar o efeito simbólico em sua organização subjetiva. Não é difícil compreender a estreita relação que esta "recusa estrutural" teria com os efeitos que Winnicott e Aulagnier pressupõem como decorrentes do direito ao segredo, a estruturação da capacidade de pensar.

Pereda (1996, citada por Ferraz, 2000, p. 28) supõe, ainda, no entanto, que a recusa realmente poderia assumir uma dimensão patogênica, distinta da anterior, podendo adquirir, nestes casos, feições perversas ou psicóticas. Nela, a recusa da ausência persistiria para além de sua função estrutural, cristalizando-se como mecanismo de defesa predominante, conduzindo ao efeito contrário ao levar dificuldades ao trabalho de simbolização e ao predomínio do ato sobre o pensamento. Desvendar a problemática do segredo se articularia, nesse sentido, portanto, à compreensão das vicissitudes a que um psiquismo está sujeito ao atribuir ao mecanismo defensivo da recusa um papel de destaque, fazendo com que ele dispute espaço com o mecanismo do recalque.

Ferraz observa que a estruturação da personalidade do sujeito, em grande medida determinada pelo desfecho do conflito edípico, "depende da definição do predomínio de um modelo defensivo básico articulado, naturalmente, com toda a experiência pregressa edípica" (Ferraz, 2000, p. 28). Sublinha, desta forma, uma questão importante para que possamos compreender a forma com que o estabelecimento de uma "lógica" de defesa psíquica em que grande importância seja atribuída à construção de segredos pode marcar profundamente o funcionamento de um psiquismo. Estas marcas serão tanto mais profundas, é claro, quando incidirem sobre o aparelho psíquico de uma criança, já que esta se encontra em uma fase inicial de amadurecimento (quando comparado com aquele de que disporá em sua fase adulta) na qual o complexo de Édipo, que

desempenha um papel importantíssimo e de longo prazo sobre a estrutura pulsional do sujeito, ainda está em curso.

No próximo capítulo exploraremos um pouco melhor algumas nuances com que estas lógicas podem se instalar. Veremos, além disso, como também o psicanalista e seu método não apenas lidam com estes mecanismos de forma a ocasionalmente superá-los, já que quando instalados eles trabalham no sentido de impedir o acesso aos conteúdos inconscientes, mas também devem reconhecer o valor estrutural implicado em sua dinâmica e usá-lo em favor do tratamento e da cura.

Capítulo IV – A LÓGICA DO SEGREDO ANALÍTICO

Se é certo dizer, como discutimos em nosso primeiro capítulo, que em nome do que poderíamos chamar de "ordem social" a psicanálise precisou adaptar-se a regras que, originalmente, tinham funções extra-analíticas, é verdade também que estas moldaram sua técnica e sua teoria. Ao se comprometer com a exigência de preservar os segredos que chegam aos seus ouvidos, por exemplo, o psicanalista não apenas determina que seu método deve necessariamente funcionar entre duas pessoas, mas também que assegura ao sujeito certa imunidade a determinada ordem de constrangimentos impostos pelas convenções sociais e que se beneficie da condição própria do contexto de sigilo e isolamento.

Não é sensato, porém, superestimar esta condição e considerar que os efeitos de um tratamento psicanalítico podem ser descritos unicamente em função dela. Primeiro, porque, como também já discutimos anteriormente, o sigilo se estabelece igualmente em outros contextos, inclusive profissionais, sem que os efeitos de uma psicanálise sejam observados. Em segundo lugar, porque este raciocínio desconsidera o fato elementar, que a psicanálise ajuda a compreender de forma aguda, mas que certamente não foi desconhecido mesmo antes do advento da invenção freudiana, de que cada sujeito carrega consigo, independentemente de qualquer real possibilidade de punição externa, seus próprios mecanismos individuais de controle moral, que se manifestam especialmente na forma do sentimento de culpa e vergonha. Em outras palavras, o "outro" pode estar internalizado de tal maneira no sujeito que sua presença ou ausência reais se tornam variáveis secundárias para a manutenção das restrições por ele impostas.

Isto significa, portanto, que o isolamento "físico" (ou mesmo "acústico") da dupla analítica pode figurar como elemento facilitador, ou, no máximo, necessário, mas não como condição suficiente para o estabelecimento das condições de uma psicanálise. Não está eliminada, porém, a questão de avaliarmos se este isolamento pode ser considerado como pré-requisito do processo psicanalítico quando o consideramos como condição subjetiva. Em outras palavras, devemos nos perguntar se (e por que) uma psicanálise só pode alcançar seus objetivos se incluir em si um pacto de segredo.

Para que nos interroguemos se o elemento do segredo pode ser considerado condição necessária ao tratamento psicanalítico, é importante que definamos, afinal, quais são estas condições. Estas são determinadas a partir de dois elementos, que na

ordem causal são contíguos a ela: o enquadre analítico (ou *setting*), que a possibilita, e a relação, que é por ela possibilitada.

Ao se colocar a questão de definir quais são especificamente os elementos essenciais do enquadre, isto é, "as condições aparentemente exteriores, e todavia muito importantes, de um tratamento analítico" (Laplanche, 1993, p. 6), Jean Laplanche adverte-nos sobre "as dificuldades que existem em descrever algo aparentemente simples" (idem, p.4). É, sem dúvida, no campo do enquadre que devemos incluir primeiramente os elementos do isolamento e do sigilo concernentes ao tratamento psicanalítico.

Nesta tarefa, Laplanche (ibid, p.15) recorre a Ida Macalpine, psicanalista que, na década de 1950, ao investigar a mesma questão, sublinhou ser importante no *setting* um certo caráter frustrador, indutor de regressão e, fundamentalmente, infantil. Entre os elementos responsáveis por este caráter infantilizante estariam, por exemplo, a rotina das sessões, a constância, o relaxamento e a posição horizontal, assim como algumas recusas, tais como a recusa do analista em ver o analisando e ser visto por ele e, ainda, a recusa de certos tipos de discursos, como do conselho e da injunção.

Neste sentido, acrescentaríamos ainda um outro elemento que nos interessa sobremaneira, embora indiretamente já relacionado àqueles assinalados por Laplanche e Macalpine. A ideia sobre a qual Neil Postman se baseia para defender a sua tese de que a infância estaria, na modernidade, em um processo de desaparecimento, é que recentes transformações culturais têm determinado o fim dos segredos e que, "sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância" (Postman, 2006, p.93).

Este aspecto nos parece importante especialmente no que toca uma das funções essenciais do segredo na análise, relacionada ao embargo que o analista faz ao analisando com relação às informações que dizem respeito à sua pessoa e seus pensamentos. Atuando desta forma, o analista instaura uma série de silêncios que definem não apenas aquilo que está fora da análise, ou seja, o que nela não está em questão, emprestando naturalmente caráter frustrador à situação analítica, mas também uma dessimetria característica, que se estabelece tanto na relação adulto-infante (em uma imposição) como também, entre analista-analisando (como um pacto).

Laplanche, em suas elaborações, chega de fato à conclusão de que uma das características mais importantes e essenciais da experiência psicanalítica é que nela há uma reabertura da "situação originária", que seria aquela do bebê em frente ao adulto,

caracterizada pela assimetria, a sedução e a passividade. Para ele, o sujeito regride para se adaptar a uma situação ela mesma regressiva.

Assim, no que diz respeito à questão do segredo, acrescentaríamos um critério adicional para definir o enquadre psicanalítico, **que é a forma com que cada sujeito da dupla analítica estabelece seu silêncio e, além disso, lida com o silêncio do outro.** O silêncio que emerge no enquadre da análise é dotado de características singulares, ausentes em qualquer outro tipo de relação humana e que nos interessam investigar, especialmente por termos em mente compará-las, posteriormente, às propriedades do silêncio que com frequência se apresenta na cena de abuso sexual, na qual têm um colorido muito diferente.

4.1 - Silêncio, segredo e mentira na clínica psicanalítica

Modernamente, especialmente a partir do que se tem discutido acerca das relações não-verbais, (ou de compartilhar, como as denominamos, em oposição às de comunicar) muito se tem pesquisado e teorizado acerca do silêncio em psicanálise, quer ele parta do analista ou do analisando. Este tópico, tão inesgotável quanto as variáveis significações que se pode atribuir a um silêncio qualquer, nos interessará na medida em que é um silêncio específico que necessariamente substituirá um conteúdo que tenha sido relegado ao segredo. Assim sendo, o silêncio se mostra condição fundamental tanto para a fundação quanto para a manutenção de qualquer tipo de segredo.

Com relação a isto, a primeira função que identificamos para o silêncio é aquela que poderíamos chamar de "protetora" do espaço analítico. Aqui, mais uma vez recorreremos a Theodor Reik que em "No início é o silêncio", artigo pioneiro sobre o tema, defende a importância do silêncio no estabelecimento do *setting* analítico.

> *"Esse silêncio parece pedir-lhe [ao paciente] que fale livremente, esquecendo temporariamente as inibições convencionais. Ainda não se destacou outro efeito emocional coordenado: o mundo de fora passa para o pano de fundo. A calma age como um abajur que transforma a luz crua demais. A pressão pela proximidade da realidade material se desloca. De alguma maneira, o silêncio do analista parece marcar que se começa a olhar o outro e a si próprio de maneira mais calma, menos imediata."* (Reik, 1989 [1926], p.20)

Como vemos, o que neste trecho Reik relaciona à importância do silêncio na análise é a sua função de acalmar, reduzindo a pressão do "mundo de fora", uma espécie de filtro que protege o analisando (e, por que não, também o analista?) das pressões das "inibições convencionais" que imperam na "realidade material".

Uma ideia muito semelhante é apontada pelo próprio Laplanche, quando desenvolve a imagem da "Tina psicanalítica". Segundo sua argumentação, a psicanálise teria como condição para seu funcionamento um fechamento do seu enquadre, o que permitiria estabelecer uma diferença de potencial entre o exterior e o interior da situação particular da psicanálise. Com este fechamento, o analista fornece contenção para que a energia livre possa circular sem "vazar". Esta tarefa estaria relacionada às funções do analista, que Laplanche denomina como "piloto do método", "responsável pela constância" e também de "guardião do enigma". Conforme nos esclarece Ribeiro (2006, p. 63), "ser guardião do enigma significa, em suma, adotar uma postura de recusa do discurso convencional, de qualquer atitude adaptativa, de qualquer ideologia ou moralismo".

Laplanche sugere que a sessão analítica seria, em si mesma, uma espécie de formação do inconsciente, ao comparar a sua estrutura com a do sonho, que é a "formação do inconsciente" por excelência. Ele lembra que, de acordo com descobertas recentes da neuropsicologia, o momento do sonho é caracterizado por um isolamento do resto da realidade, "já que temos essa fase do sonho em que o eletroencefalograma é semelhante ao da vigília, mas na qual, ao mesmo tempo, a desconexão em relação ao mundo exterior é máxima", pois antes e depois dessa fase há um período em que a atividade cerebral se apresenta muito menos intensa (Laplanche, 1993, p.36).

Quanto às barreiras que definiriam o dentro e o fora da sessão analítica (Laplanche define algumas delas, mas não estipula que sejam as únicas), uma delas seria aquela que "apela à distinção entre dizer e não-dizer, mesmo que o dizer seja às vezes não-linguageiro (...) e que, ao contrário, o não-dizer, ou mesmo o agir, possa ser verbal" (idem, p.108), o que nos permite compreender o silêncio, inclusive aquele que ocupa o lugar do segredo, como enquadrado nessa função de proteger o espaço analítico, definindo seus limites internos e externos.

A observação que Laplanche faz, a respeito do fato de que o não-dizer pode ser verbal, reforça a ideia de que o silêncio do qual falamos aqui, deve ficar claro, não terá necessariamente o mesmo significado de quando usamos esta palavra para nos referir a

um ambiente em que haja ausência de ruídos sonoros (embora esteja originalmente e intimamente ligado a este sentido). A questão colocada mais proeminentemente na qualificação destes silêncios é determinar quais conteúdos poderão ser, através deles, compartilhados. Silêncio aqui pode ser, portanto, compreendido como aquilo que tem a função de tomar o lugar, na análise, do segredo que deixa de ser falado, ainda que alguma outra coisa nele seja verbalizada, emitida ou sonorizada.

André Green, em seu "O silêncio do psicanalista", lembra que "é preciso opor do lado do analista, assim como também para o analisando, a palavra plena à palavra vazia. Um analista pouco falante pode abrir a boca só para dizer uma palavra vazia. A palavra plena é sempre interpretante (direta ou indiretamente) e pode tomar a forma do silêncio" (Green, 2004, pág. 17). Esta ressalva, claro, permite que incluamos nesta compreensão do silêncio também aquele presente nas sessões de psicanálise com crianças, mesmo naquelas que possam ser (e frequentemente o são) bastante barulhentas.

Este comentário faz ainda com que possamos compreender o porquê de o silêncio não poder figurar, em si, como uma prescrição obrigatória ao método psicanalítico. A respeito do silêncio do analista, Green (2004) nos informa que Bion, por exemplo, não recomenda ao analista que seja especificamente silencioso, mas sim que mostre-se, a cada começo de sessão, tão disponível quanto possível para escutar o que paciente tem a dizer de novo. Acerca do silêncio do analisando, ainda, Bion teria afirmado que um paciente que não pudesse enganar seu analista deve ser muito doente. Esta observação realça o fato óbvio de que o segredo e seu silêncio se evidenciam na análise com tanta regularidade e de tantas maneiras que sua presença pode ser facilmente negligenciada.

Aqui somos levados de volta à questão, na qual tocamos apenas tangencialmente, de reconhecer o papel da mentira e do desmentido na manutenção do segredo e na sua relação com o silêncio. Relação que não é de equivalência, mas de correspondência, já que tanto a mentira quanto o desmentido devem ser compreendidos como um passo adiante no trajeto que leva do segredo (a realidade recusada) até sua confissão (a tentativa de considerar esta realidade). A negação, processo sobre o qual Freud afirma ser "um meio de tomar conhecimento do recalcado" (Freud, 1976 [1925], p.296), neste contexto deveria poder ser compreendida também em sua possibilidade de superação da recusa da realidade.

No entanto, se por um lado, o silêncio propiciado pelo enquadre analítico tem a ambição de ser tranquilizador, funcionando como um protetor ou estabilizador do

espaço analítico, é certo também que ele deve poder manter certo desconforto instigador e interrogador da palavra dentro de suas fronteiras. Pelo trabalho analítico, as emoções e os elementos sensoriais inconscientes e não simbolizados devem, poder ligar-se a representações, passando a compor um conteúdo enigmático. Apenas a partir disto este enigma poderá transformar-se, progressivamente, em elementos passíveis de serem guardados, pensamentos "manipuláveis" e "confessáveis".

Estas reflexões são importantes para uma melhor compreensão dos fenômenos que observamos na clínica. Com relação ao caráter interrogativo do enigma e o valor que nele podemos encontrar na clínica analítica, por exemplo, em determinada sessão de orientação que certa vez presenciamos, uma experiente analista, com décadas de prática reconhecidamente relevante, expressou um aspecto de sua técnica que iria nesse sentido, recomendando aos seus orientandos que, quando formulassem suas intervenções, quando possível, que as fizessem em forma de perguntas, evitando as afirmações categóricas.

O caráter intrinsecamente interrogativo da intervenção analítica é exposto e enfatizado de maneiras muito diferentes por várias orientações psicanalíticas, de maneira mais ou menos clara, mas sem nunca deixar de estar presente. Por exemplo, em "As 4+1 condições da análise"", Antonio Quinet, a partir de uma orientação lacaniana, assim se pronuncia a respeito da queixa de um sujeito que se apresenta a um analista: "é preciso que essa queixa se transforme numa demanda endereçada àquele analista e que o sintoma passe do estatuto de resposta ao estatuto de questão para o sujeito, para que este seja instigado a decifrá-lo" (Quinet, pp. 20).

Para efeito de ilustração desta espécie de silêncio interrogativo que a análise propõe, vamos nos permitir algumas considerações sobre a impressão particular que temos sobre essa peça de mobiliário a que damos o nome de divã, mais especialmente com relação à sensação que tivemos em nosso primeiro contato com ela e que, embora tenha se desvanecido com o tempo e o hábito, em alguns pontos ainda consideramos passível de resgate e análise. Esta descrição não deve ser compreendida senão como uma espécie de metáfora bem humorada, mas nem por isso menos ilustrativa, do *setting* analítico em comparação com os efeitos suscitados pelo silêncio que ele propõe.

Não nos parece ter sido por acaso que em nossos dias o divã tenha se tornado uma espécie de símbolo da psicanálise, especialmente aquela realizada com adultos, justamente pela capacidade que tem de suscitar determinada predisposição subjetiva a partir de sua conformação física. Esta peça de mobiliário parece propor ao sujeito que

este, quando nela se instalar, assuma uma postura tão estranha quanto a sua própria. Ao mesmo tempo em que não permite o repouso horizontal e indolente de uma cama, que convidaria o analisando às profundezas do sono, do sonho e do processo primário, também não propicia o relaxamento atento oferecido mais apropriadamente pela postura vertical, por exemplo, de uma poltrona. Reservada ao analista, a poltrona também oferece algum relaxamento, mas permite uma prontidão consciente na qual deve predominar o processo secundário. O ângulo inclinado do divã, meio desajeitado para alguém que precise sair dele rapidamente, sugere uma imobilidade que não é estática, o que faz com que pareça modulado especificamente para aquela "postura subjetiva" que será solicitada do analisando em uma situação analítica, na qual se fará necessário um suave movimento que oscila entre consciência e inconsciência.

Estas características, que estamos aqui reputando ao divã (e à poltrona), são aquelas de um silêncio que, de forma geral, às vezes mais, às vezes menos, o setting psicanalítico é moldado para reproduzir. Embora consideremos a possibilidade de que, em determinados momentos, em algumas situações temporárias e em casos especiais, a análise possa exigir do analisando outro tipo de silêncio, seja ele tenso, sonolento ou contemplativo, silêncios que se revestem de uma característica de defesa, que Audouard define como aquele que "se constitui e se sabe como um oposto da palavra, como um fechamento protetor desta a todo porvir" (Audouard, p. 142). No entanto, o silêncio que instaura o movimento da análise é o exato oposto deste, pois deve parecer pedir ao paciente que decomponha, desdobre e desaloje a palavra da posição em que se encontra encantonada.

Eis aí, portanto, a outra característica importante do enquadre psicanalítico. Junto ao princípio da constância, da homeostase e ligação que o fechamento deve induzir na periferia do *setting*, é importante também que, em seu cerne, seja promovida uma desligação e até mesmo certa despersonalização, com um correspondente enfraquecimento dos mecanismos egóicos de defesa. O analisando deve poder, portanto, relegar ao analista a atividade das defesas psíquicas que, fora do contexto analítico, por ele deve ser exercida incansavelmente. Isto permitirá, naturalmente, que um determinado quantum de energia psíquica, outrora investida na função de defesa, fique livre e disponível para o intenso trabalho da exploração inconsciente. Esta "indução" deve ser favorecida pelo discurso analítico, mas não apenas em seu âmbito comunicável, e sim também pela predisposição que tal situação cria, no analisando, ao compartilhamento daqueles conteúdos que são, como vimos, não-verbais. Esta

predisposição deve ser propiciada pelo discurso analítico, ou discursos, se considerarmos que ele se compõe, de um lado, pela livre-associação e, do outro, pela atenção flutuante, que não é um discurso, mas induz a um.

Para Ribeiro (2006, p.60), a questão aqui é "saber identificar, ser oportuno no manejo desses processos", saber os momentos em que se deve "produzir dissolução desses mecanismos de defesa e do próprio *eu* e quais são os momentos em que é preciso recompor alguma coisa, suprir algum tipo de falta, propiciar experiências que não existiriam e que são decisivas para a constituição de subjetividades dotadas de recursos indispensáveis ao funcionamento psíquico satisfatório".

No entanto, não devemos nos deixar levar pela impressão de que, ao descrever as características do *setting*, como até aqui fizemos, estejamos delineando a situação analítica em todos os seus atributos essenciais, já que, para que a questão das condições de uma análise seja apropriadamente elucidada, como nos lembra Laplanche, devemos ser necessariamente levados do termo "situação" ao termo "relação" (Laplanche, 1993, p.5).

Esta posição é também expressa na afirmação de Green, quando diz que "o enquadre analítico, do qual Freud é o descobridor, da mesma forma que é o descobridor do inconsciente, somente foi objeto de justificativas pragmáticas, enquanto, na verdade, institui uma relação absolutamente original e inteiramente nova entre dois seres humanos." (Green, 2004, p. 22).

Para Green, o sentido do silêncio do analista, que só pode ser compreendido como parte do enquadre psicanalítico, só se elucida se estiver incluído no conjunto das condições que o definem, e que constituem o a priori da psicanálise, ou da aplicação do método psicanalítico ao tratamento psicanalítico (Green, 2004, pág. 15). Neste cenário, diz ele, o silêncio emulado pelo analista seria solidário de outros parâmetros que definem a situação psicanalítica.

Esta constatação nos indica o fato de que, como qualquer outra das condições de uma análise, o silêncio do analista e o silêncio do analisando, ou, melhor dizendo, os silêncios e os segredos instituídos no espaço entre estes dois papéis, têm acima de tudo uma função relacional, dizendo respeito ao estabelecimento de um determinado tipo de transferência que para Laplanche, "mais do que provocada, é produzida pela própria análise" (Laplanche, 1993, p.8).

Como vimos, para Laplanche esta transferência tem um caráter fundamentalmente infantilizante e regressivo, o que certamente nos diz algo a respeito

de como o segredo se instala no enquadre psicanalítico – mas, como podemos definir esta transferência psicanalítica em relação à presença do segredo? Observar um pouco mais detidamente as características que o segredo imprime na transferência analítica a partir da breve descrição de um caso clínico nos ajudará tanto a compreender melhor estas questões quanto a identificar algumas outras.

4.2 - Vinheta clínica

Um jovem adulto de 23 anos, Cláudio procura pelo tratamento psicanalítico com a proposta inicial de melhorar sua "qualidade de vida". Diz já ter se submetido anteriormente a um tratamento psicológico, do qual teria gostado muito, mas no qual não se sentia à vontade para contar muitas coisas, visto que este era conduzido por um amigo da sua família. Este tratamento, conta ele, se encerrou de forma trágica, com a morte deste psicólogo, por motivo de doença, o que Cláudio afirma não tê-lo marcado muito mais profundamente do que seria o esperado. Isto tudo foi informado já na primeira sessão, em que descreveu, como num relatório, um quadro bem geral de suas preocupações atuais.

Neste mesmo dia, fala das dificuldades de relacionamento com sua mãe controladora, dos problemas que encontra em relacionar-se com colegas de trabalho numa repartição pública e das dificuldades de encontrar um parceiro amoroso que ele, homossexual, tem buscado nos últimos tempos. Cláudio nunca falou à mãe sobre sua homossexualidade, mas acha que ela, na verdade, já sabe, mas "se faz de boba". Ele conta também, como se este fosse apenas mais um dado de seu "relatório", sem atribuir-lhe especial importância, que descobriu há cerca de um ano e meio ter contraído o vírus da AIDS. Sobre isto diz que, ao contrário do que imaginaria antes de descobrir-se soropositivo, o fato não afetava sua vida de forma significativa. De acordo com recomendações médicas, como os sintomas da síndrome não haviam ainda se manifestado, não fazia uso de quaisquer medicamentos. Para fortalecer seu sistema imunológico e combater a proliferação do vírus, apenas mantinha uma rotina de exercícios físicos regulares. Fora ele, apenas seu médico, alguns eventuais parceiros e, agora, seu analista, conheciam este diagnóstico.

Chama a atenção a forma com que Cláudio se apresenta nesta primeira sessão. Deu-nos a impressão de que, tal como um paciente que busca um tratamento médico, procurava oferecer ao analista a história de sua "saúde psicológica" da forma mais

completa e transparente possível, sem encobrir nenhum fato. Isto pareceu-nos, neste momento, uma sinalização de boa vontade e disposição ao trabalho, o que nos deixou com boas expectativas para o tratamento.

Nas sessões seguintes, Cláudio continua com sua tentativa de tornar sua vida quase transparente ao analista. Oferece um quadro cada vez mais detalhado de sua família e dos problemas que nela enfrenta. Amplia sua descrição sobre o ambiente de trabalho, as personalidades com que nele convive, etc. Seus relatos são, de maneira geral, muito claros, bem situados, espontâneos e às vezes bem humorados, mesmo com temas que talvez pudessem despertar algum desconforto. Neste processo, nunca faz silêncios duradouros. Ao longo da primeira dezena de sessões, as interações com o analista parecem sugerir o estabelecimento de uma transferência positiva ao analista e alguns aspectos dos relatos vão se mostrando mais relevantes, demandando algum aprofundamento. Um tratamento psicanalítico começa a se delinear.

É neste contexto que surgem sinais da existência de um segredo que, apesar de todo o aparente espírito de colaboração a que o paciente está entregue, começa a dar sinais de que ronda a análise. Melhor dizendo, aliás, a impressão é, de fato, um pouco diferente: é como se todos aqueles temas através dos quais Cláudio se embrenhava com desenvoltura e facilidade estivessem, na verdade, tangenciando o segredo, em circunlóquios. Ao final da sétima sessão, Cláudio anuncia que há algo que deseja revelar ao analista, mas, ao pensar melhor, decide deixar pra contar depois. Na oitava e nona sessões, seu relato prossegue sobre as questões que vinham sendo trazidas frequentemente, sem fazer sequer referência à suposta revelação mencionada anteriormente. O analista, claro, tampouco o faz.

Ao final da décima sessão, Cláudio ensaia novamente a tal revelação. Torna-se silencioso e tenso, decidindo adiar novamente. Este movimento descontínuo, de revelar-se e esconder-se, vai se tornando uma constante. Às vezes no início da sessão, como uma promessa, às vezes no final, como um adiamento. O analista, tendo no início dessa sequência afirmado ao analisando que apenas a ele caberia decidir o momento de revelar-se, decidiu que não mais se pronunciaria sobre o assunto.

Algumas sessões depois da primeira dezena delas, o analisando anuncia, uma vez mais, que neste dia contará finalmente aquilo sobre o que tem feito mistério. Diz que precisa muito fazê-lo, pois não aguenta mais guardar isso para si. Nessa ocasião, reina a tensão. Chora muito, treme, articula mal as palavras. Revela, então, com muita dificuldade, o seu segredo: tem AIDS. Estranhamente, dá esta informação como se o

fizesse pela primeira vez. Pelo que tudo indica, esqueceu-se de que havia revelado o seu "grande segredo" já na primeira sessão.

Desta vez, no entanto, junto com a confissão, Cláudio pode falar também do medo da morte, do arrependimento, da culpa e das preocupações com a saúde que beiram a obsessividade. Pode, acima de tudo, chorar bastante e permanecer em silêncio. Este, inicialmente tenso, vai se tornando depois um pouco mais relaxado.

Depois dessa ocasião, vários momentos das sessões com Cláudio ganharam características antes ausentes. A presença de períodos de silêncio aumentou consideravelmente. Em alguns destes momentos, deitado no divã, depois de um ou dois minutos em que ficava de olhos fechados e mudo, começava a descrever ao analista as sensações que estava experimentando: "minhas mãos estão dormentes", "minha cabeça parece estar muito grande, do tamanho desta sala", "meu joelho está coçando", "estou vendo luzes", etc. Nestes episódios, parecia se manifestar em Cláudio uma tentativa de compartilhar com o analista aspectos muito regressivos de uma relação primitiva com o próprio corpo e sua sensorialidade.

Os relatos de sua vida continuaram produtivos como antes, mas neste aspecto também algumas mudanças puderam ser observadas. Uma delas é que muitos dos relatos passaram a considerar épocas mais remotas da vida de Cláudio, diferentemente do que havia sido trazido até então. Passou a contar, por exemplo, sobre suas experiências sexuais precoces com meninos e meninas, alguns dos quais mais velhos que ele, e a se perguntar se havia participado destas de forma tão espontânea, deliberada e consentida quanto até então havia considerado. Começa a se perguntar também se a compulsividade, elemento presente em suas condutas sexuais adultas, poderia ter, de alguma forma, relação com este período de sua vida.

O tratamento com Cláudio prosseguiu ainda por cerca de dois anos, o que levou sua análise, em muitos momentos, a caminhos que se afastaram dos que aqui relatamos. No que concerne à importância do elemento do segredo, no entanto, os acontecimentos deste início de tratamento são os que nos parecem os mais significativos e reveladores como contribuição para a nossa pesquisa.

Breve discussão

Este relato de caso traz de volta algumas questões que podemos relacionar àquelas sobre as quais nos detivemos anteriormente, marcando, a um só tempo, algumas especificidades nos casos sobre os quais incide a problemática do segredo. Por exemplo, de forma muito semelhante àquela com que Assis lida com a questão, protelando o momento em que falaria sobre sua doença e suas causas tão significativas, Cláudio, aparentemente de forma inconsciente, elege um núcleo sobre o qual concentra suas resistências iniciais à análise. Tanto em um caso como em outro, estes núcleos estavam obviamente muito distantes do material recalcado, mas, no entanto, inequivocamente apontavam em sua direção.

Também com relação ao que suscita o caso de Betânia, este nos instiga a pensar sobre os mecanismos aos quais se mostra atrelado o esquecimento neurótico. No entanto, neste último relato, a questão se apresenta ainda mais claramente, por ter sido perceptível ao longo do próprio período da análise, o que nos permite pensar com menos interferências sobre a forma com que o segredo interfere em funções insuspeitas da memória.

Uma das primeiras coisas que nos chama a atenção no caso em si é precisamente a forma com que o paciente se apresenta como alguém disposto a falar tudo sobre cada aspecto de sua vida. Cláudio faz uma espécie de lista de assuntos sobre os quais parece acreditar serem importantes que se diga a um psicólogo, segundo uma espécie de *script* anteriormente imaginado. Esta disposição, porém, embora na ocasião tenha passado uma impressão positiva ao analista, não nos parece ter oferecido, a longo prazo, motivos para ser comemorada. Não por qualquer arrogância ou descrença na boa vontade do analisando, mas porque a prática psicanalítica, diferentemente da médica, da qual descende e da qual às vezes parece se aproximar, deve enxergar estas manifestações de boa vontade com uma espécie de ceticismo metodológico, pois sabe que nela se insinuam as resistências psíquicas que fazem barreira à expressão do material recalcado. Conforme adverte Ribeiro (2006, p. 63), “a própria disposição para se ajustar às normas da análise ou às supostas expectativas do analista já são, por si mesmas, uma forma de defesa”.

O fato é que, contrariando o senso-comum não analítico, em que se considera a busca pela “transparência” como uma meta realizável, ainda que o paciente “queira”, ele não pode dizer conscientemente tudo o que o processo de análise exigirá que se diga ao

longo de seu processo. Isto se dará, dentre outras razões, simplesmente porque neste primeiro momento haverá conteúdos que, ainda que não estejam propriamente recalcados, não podem ser prontamente comunicados ou sequer compartilhados. Seja por não estarem vinculados a representações verbais, guardando características próprias de enigma, ou por precisarem, antes que possam ser compartilhados, necessariamente ser veiculados pelo fio condutor de uma relação ainda não estabelecida pela dupla analítica, estes conteúdos deverão aguardar um momento em que a transferência analítica se estabeleça para poderem emergir.

No entanto, como o caso de Cláudio ainda ilustra muito bem, mesmo a transmissão verbal de um conteúdo comunicável pode não implicar que seu aspecto enigmático seja simultaneamente compartilhado. É o que vemos acontecer quando Cláudio conta ao analista, em um primeiro momento, ter o vírus da AIDS. Este "relatório" sobre sua saúde obviamente não implicou suficientemente, para ele próprio, o aspecto enigmático a que esta mesma representação estava ligada em seu psiquismo, o que apenas aconteceu em um segundo momento[17].

Interessante perceber que, neste caso específico, como em alguns outros, um conteúdo passa a ter maior importância num processo analítico *justamente* por parecer ser guardado por um segredo. Esta é uma percepção tão curiosa quanto interessante, por ser oposta à perspectiva mais comum, de que o processo de análise simplesmente explora os segredos que já "existem", ou seja, que são denominados como tal pelo analisando. Esta observação permite que pensemos que a psicanálise, mais do que um método de explorar segredos, é um processo que os cria. Esta seria, provavelmente, uma faceta daquilo que Ribeiro faz referência ao afirmar que "o que interessa à psicanálise diz respeito à possibilidade do analista manter uma abertura permanente para o que Laplanche chama de *enigma da sexualidade*" (Ribeiro, p.63).

Foi apenas depois do estabelecimento de uma transferência que Cláudio pôde identificar sua doença como um segredo e formular algumas questões importantes de uma forma interessante ao processo psicanalítico, relacionando-as, entre outras coisas, com as incertezas e medos acerca das suas origens e destinos, forma que tão regularmente vemos tomar os derivados do complexo de castração. Aqui, mais uma vez,

[17] Bion, a respeito desde tipo de evento, tão comum em psicanálise, costumava afirmar que na primeira sessão o paciente apresenta , sem que o saiba, a partir de suas principais questões, um material condensado, que irá se desdobrar ao longo do processo analítico.

estabelecer um segredo ao redor de determinado significante (para usar uma expressão lacaniana que se ajusta aqui muito bem ao termo “AIDS”) teria a função de emprestar a ele um caráter de negação, criando a possibilidade da superação de uma recusa da realidade.

No caminho até este ponto, naturalmente, estavam temas tão delicados quanto os relacionados à morte, não só à sua própria como também à do antigo terapeuta e, via transferência, do analista atual. Assim como morreu aquele que o havia atendido anteriormente, do qual era íntimo mas em quem, num aparente paradoxo, não confiava, o atual também estava, para Cláudio, sujeito ao desaparecimento.

Estes dois termos, confiança e intimidade, inclusive, embora sejam muitas vezes vistos como sinônimos em uma apreciação superficial, se considerados como elementos a partir dos quais a transferência analítica pode ser descrita, nos ajudarão a compreender algumas diferenças fundamentais entre o segredo tal como ele aparece no contexto psicanalítico e aquele em que aparece na cena do abuso sexual, temática que queremos introduzir a partir deste ponto.

4.3 - Confiança e Intimidade

Se nos lembrarmos da referência citada em nosso primeiro capítulo, quando, a respeito do elemento que garantiria a correta realização de um trabalho que exigisse um pacto de sigilo, recordaremos que Sá (2003) aponta a importância do vínculo de confiança. Mesmo que consideremos que este autor avalia a questão sob um ponto de vista estritamente objetivista e que, portanto, se afasta bastante da perspectiva utilizada nesta pesquisa, acreditamos que a direção por ele apontada pode nos ajudar a pensar também a prática analítica, especialmente com relação à função que o segredo tem nela.

Embora não possamos reclamar para a psicanálise exclusividade sobre o valor que atribui ao vínculo de confiança, este fato não nos deve fazer subestimar sua importância na clínica. É claro, no entanto, que uma explicação que tome a presença da confiança apenas em seus aspectos não intrínsecos à técnica analítica, equivalendo suas funções àquelas observadas em outros sigilos profissionais, não será suficiente para elucidar todos os seus desdobramentos em uma psicanálise. Como sabemos, apesar de haver vários contextos profissionais em que está presente uma relação de confiança, apenas uma psicanálise gera seus efeitos específicos. Portanto, com relação ao pacto do

segredo tal como é visto na técnica analítica, a confiança deverá se apresentar acompanhada por alguma característica que a singulariza.

Ter confiança significa acreditar em alguém ou alguma coisa; é esperar que determinadas expectativas, depositadas sobre um objeto, sejam por ele correspondidas. Esta é, sem dúvida, uma importante condição inicial não só para uma psicanálise como também para qualquer relação sigilosa: que o cliente acredite no profissional. No entanto, devemos sublinhar aqui a possibilidade da diferença entre as confianças expressas nas fórmulas "acreditar no profissional" e "acreditar que o profissional fará determinada coisa". A ênfase, no que diz respeito a uma relação transferencial analítica, deve recair no objeto em que a confiança é depositada e não no efeito esperado a partir disto. Embora os efeitos de ambas estejam obviamente ligados entre si, a transferência analítica, especialmente graças à neutralidade que a atitude do analista e o *setting* por ele construído buscam instaurar, é uma das relações na qual o "voto" de confiança deverá, necessariamente, ser dado, como se diz, "no escuro".

Ainda que a boa reputação possa ser um elemento importante em um primeiro contato, todo psicanalista sabe com que facilidade este elemento pode se desvanecer quando em face às resistências despertadas pelo tratamento. O curto período em que este elemento estiver em jogo deve ser suficiente, no entanto, para que aconteça a transferência. Seria esta uma exigência exagerada à dupla analítica?

Não segundo Laplanche. Para ele, a relação fundamental da transferência é a relação do sujeito com o enigma do outro, o que significa que a transferência começa antes mesmo da análise. O papel da análise (e do analista) seria "apenas" fazê-la funcionar de um modo específico, dando a ela um sentido, e não deveríamos nos enganar sobre um possível caráter automático deste processo: como nos lembra Laplanche, cabe ao analista não apenas a função de guardião do enigma mas também de provocador da transferência, no sentido mesmo de estímulo e sedução.

Com o que seduz o analista? O que é oferecido por ele é um tão somente um espaço em que a palavra livre poderá circular, um lugar que fundamentalmente não é de troca, pois tem nele lugar o segredo do analista. Se o analisando concorda com o analista sobre o pacto de segredo (e esta é uma característica importante: um pacto é um acordo bilateral), que "protege" este último, pode instalar-se, na relação, a dissimetria, nela essencial por evocar, como vimos, o fator regressivo e infantilizante, sem o qual a análise não poderá funcionar.

Não se deve ignorar, no entanto, que a confiança, ainda que esta esteja, deslocando um pouco as palavras de Freud, quando se referia à confissão, “muito longe de constituir a essência da análise ou de explicar-lhe os efeitos”, não é um tipo qualquer de relação. Ela está vinculada ao desenvolvimento da capacidade que o analisando tem de relegar ao analista a responsabilidade sobre a defesa de seu psiquismo. Para que ela ocorra, como sugere o título de transferência a ela dada pela psicanálise, algo anterior à situação analítica deve ser transferido. O analista não vai instaurar uma relação de segredo, ele espera que ela já esteja lá e que, para que a transferência analítica se dê, baste “puxar um fio”. A possibilidade de “con-fiar” já deve estar lá.

Quais garantias terá o analista, no entanto, de que esta experiência de confiança inicial esteja lá? Na medida em que, como dissemos, confiança significa acreditar em alguém ou alguma coisa, apenas existe a possibilidade de confiar se, em primeiro lugar, reconhece-se o outro como algo externo e diferente de si. A confiança se vincula intimamente, portanto, com o desenvolvimento na criança da capacidade de perceber o outro e de sentir-se com ele segura. As investigações de Winnicott contemplam o desenvolvimento destas capacidades de forma isolada, mas não é difícil compreender como elas podem se ajustar uma à outra. Quanto à primeira, ele a investiga ao se debruçar sobre a “capacidade de estar só” e à segunda, em suas elaborações sobre o que chama de “sentido de segurança”.

É interessante perceber o paradoxo, apontado por Winnicott, de que a capacidade de estar só é, ao mesmo tempo, fundamentalmente a capacidade de “estar só na presença de alguém” (Winnicott, 1983 [1958], p.32). Este alguém, num primeiro momento, seria a mãe ou outro representante materno, mas que no contexto clínico pode ser personificado na imagem do analista. Para a criança, esta seria a capacidade de, inicialmente, suportar a tensão criada pela barreira que a separa do outro, e posteriormente extrair algum prazer dela, sendo este o momento em que ela pode começar a construir e descobrir sua vida pessoal própria, ou seja, aquilo que nela é diferente do outro. Ao mesmo tempo, entretanto, a criança estaria compartilhando, com o outro, elementos comuns do ambiente e introjetando alguns destes elementos, inclusive (e especialmente) aqueles elementos advindos do outro. Assim, sem uma confiabilidade ambiental mínima, o crescimento pessoal da criança não pode se desenrolar, ou desenrola-se com distorções.

Winnicott destaca ainda, no entanto, que o direito de não comunicar alguns conteúdos tem uma função importante, que ele entende como relacionada à

possibilidade de expressão do núcleo do *self*. Este núcleo, também chamado de *self* verdadeiro, seria composto por elementos que só podem ser "comunicados silenciosamente", pois corresponderiam à relação do sujeito com fenômenos e objetos subjetivos, baseados em experiências corporais e não comunicáveis, aspecto a que ele se refere como uma "comunicação sem saída" ou uma "não-comunicação ativa ou reativa" (Winnicott, 1963b, p. 167). Seria somente sob esta circunstância, com o envolvimento do núcleo do *self* em uma comunicação, que a criança poderia ter uma experiência sentida como real, o que não poderia ser alcançado unicamente através do aspecto comunicável da experiência.

Winnicott defende existir uma parte do *self* que se comunica explicitamente, uma outra que não se comunica nunca com o mundo dos objetos percebidos e, ainda, uma outra que é intermediária entre estas, correspondente à experiência cultural. Para ele, é importante que o analista admita, reconheça, preserve e respeite este núcleo não comunicável do *self* do analisando, já que a sua invasão teria efeitos avassaladores para o sujeito.

Para Winnicott, o desenvolvimento da capacidade da criança de sentir-se segura está subordinado à condição de que seja edificada, no interior dela, a crença em algo que não seja apenas bom, mas seja também confiável e durável, ou capaz de recuperar-se depois de se ter machucado ou mesmo perecido (Winnicott, 2011 [1965], p.44). Esta ideia, e Winnicott o assume abertamente, está obviamente relacionada à concepção kleiniana de "objeto interno bom".

Este é um aspecto que o psicanalista deveria poder personificar, pelo menos parcialmente e em determinados momentos, para que um processo psicanalítico possa se estabelecer e ocasionalmente alcançar o sucesso, já que corresponderia à função que Laplanche a ele atribui de zelar pela estabilidade do *setting*, o que naturalmente deve levar um sentimento de segurança ao analisando. Uma recomendação de Winnicott, embora ele aqui se refira ao bebê (lembremo-nos do caráter regressivo da análise), nos parece indicar a forma com que isto é possível na relação analítica, quando afirma que "basta estarmos presentes, e sermos coerentemente iguais a nós mesmos, para proporcionarmos uma estabilidade que não é rígida, mas viva e humana, com a qual o bebê já pode sentir-se seguro" (idem, p.45).

Queremos chamar a atenção aqui ainda para outro elemento que consideramos importante. Sobre a concepção que criou, Klein afirma que "se o objeto interno bom se instalou com relativa segurança, ele constitui o núcleo do desenvolvimento do ego" e

que “uma relação primitiva satisfatória com a mãe (...) implica em contato íntimo do inconsciente da mãe com o da criança” (Klein, 1970, p.134).

Isto introduz um novo termo, o da intimidade que, se sem dúvida pode ser relacionado ao da confiança, é importante dele diferenciar, por considerarmos a possibilidade de que a ocorrência de uma não esteja condicionada necessariamente à presença da outra. Esta possibilidade está expressa em Klein, quando ela afirma que

> *“por mais gratificante que seja expressar, na vida ulterior, pensamentos e sentimentos a uma pessoa afim, parece perdurar um anseio satisfeito por uma compreensão sem palavras – fundamentalmente pela relação mais primitiva com a mãe. Semelhante anseio contribui para o sentimento de solidão e se origina da sensação depressiva de uma perda irreparável”*.

Devemos considerar, portanto, que, ainda que uma relação de confiança possa ser colocada em curso durante um processo de psicanálise, ela pode não estar acompanhada do vínculo de intimidade, da qual também depende, o que depreendemos tanto da prática clínica em casos como o de Cláudio como também de algumas posições de Freud.

Em um caso como o de Cláudio, fica claro que, à medida em que estabeleceu-se um vínculo de confiança, o que parece ter se dado muito rapidamente, uma mudança significativa se operou na qualidade da relação transferencial. Esta parece ter sido decorrência, em nosso ponto de vista, da capacidade, desenvolvida pelo analisando, de estar sozinho enquanto acompanhado pelo analista, ou seja, de permitir esta outra presença, além da sua própria, em seu espaço íntimo, sua intimidade. Seguindo esta direção, ganha sentido mais profundo a declaração, aparentemente banal, com que Cláudio informa, numa espécie de alucinação consciente, que sua cabeça “parece estar muito grande, do tamanho desta sala”.

Com relação às declarações freudianas que iriam nesta direção, para afirmá-lo nos apoiamos em passagens em que Freud parece sugerir o que, em nossa interpretação, são referências à relação de intimidade psíquica que deve poder haver entre paciente e analista. Estas seriam, em especial, aquelas em que ele se refere às comunicações que se dariam diretamente entre o inconsciente do analista e do analisando. Em uma delas, que

achamos significativa e se encontra nas “Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise”, Freud assim descreve a tarefa do analista:

> *“ele deve voltar seu próprio inconsciente, como um órgão receptor, na direção do inconsciente transmissor do paciente. Deve ajustar-se ao paciente como um receptor telefônico se ajusta ao microfone transmissor. Assim como o receptor transforma de novo em ondas sonoras as oscilações elétricas na linha telefônica, que foram criadas por ondas sonoras, da mesma maneira o inconsciente do médico é capaz, a partir dos derivados do inconsciente que lhe são comunicados, de reconstruir esse inconsciente, que determinou as associações livres do paciente.” (pág. 154)*

Esta perspectiva nos permite esboçar um lugar para a intimidade em uma teoria psicanalítica. No entanto, ainda que o façamos, é importante que tenhamos em mente uma ressalva como a que faz Winnicott a respeito dos limites que mesmo o psicanalista deve encontrar no acesso à intimidade do outro. Para Winnicott, mesmo em uma relação que ele descreve como sendo de aparente confiabilidade, o direito de não comunicar alguns conteúdos teria uma função importante, que ele entende como relacionada à possibilidade de expressão do núcleo do *self*. Este núcleo, também chamado de *self* verdadeiro, seria composto por elementos que só podem ser “comunicados silenciosamente”, pois corresponderiam à relação do sujeito com fenômenos e objetos subjetivos, baseados em experiências corporais e não comunicáveis, aspecto a que ele se refere como uma “comunicação sem saída” ou uma “não-comunicação ativa ou reativa” (Winnicott, 1983b [1963], p. 167). Seria somente sob esta circunstância, com o envolvimento do núcleo do *self* em uma comunicação, que a criança poderia ter uma experiência sentida como real, o que não poderia ser alcançado unicamente através do aspecto comunicável da experiência.

Este autor destaca ainda que essa experiência em que está implicado o núcleo do *self* e cuja alternativa patológica seria a manifestação do *falso self*, “a vida falsa fundamentada em reações a estímulos externos” (idem, p. 35), pressupõe a necessidade de comunicação com objetos que seriam “percebidos subjetivamente”, percepção esta que tem sua origem em um estado de onipotência da criança e nunca deixa

completamente de exercer influência no *self*. Segundo Winnicott, "*e*ste relacionamento e essa comunicação significativas são silenciosas". (idem, p.167).

Winnicott sugere ainda que o núcleo da personalidade nunca se comunica com o mundo dos objetos percebidos:

> "*este é meu ponto principal, o ponto do pensamento que é o centro de um mundo intelectual e de meu estudo. Embora as pessoas normais se comuniquem e apreciem se comunicar, o outro fato é igualmente verdadeiro, que cada indivíduo é isolado, permanentemente sem comunicar, permanentemente desconhecido, na realidade nunca encontrado*".

Sobre este paradoxo, Winnicott descreve um caso de uma criança sobre o qual comenta haver "*um sofisticado jogo de esconder em que é uma alegria estar escondido mas um desastre não ser achado*". Isto se alinha com a percepção de Aulagnier, apresentada anteriormente, embora para esta autora a possibilidade de guardar um segredo seja apresentada como elemento que possibilita a capacidade de pensar, enquanto Winnicott coloca o direito ao silêncio em termos ligeiramente diferentes, como componente que possibilita resguardar o *self* verdadeiro, colocando em foco a capacidade da criança criar.

Estamos cônscios de que a utilização do termo "intimidade" pode ser enxergada como controversa, justamente porque o termo, que não encontra um lugar consagrado na linguagem técnica psicanalítica, pode dar a impressão de que, com ela, nos referimos a uma busca de transparência mútua entre analista e analisando. Com relação a isto, consideramos suficiente relembrar o pressuposto que anteriormente destacamos, sobre a assimetria radical inerente à relação analítica. Portanto, não é como uma apologia a qualquer perspectiva "igualitária" que inserimos aqui o termo intimidade.

Dito isto, no entanto, embora consideremos que a intimidade experimentada em uma psicanálise não seja, obviamente, do mesmo tipo daquela que se dá sob a forma do contato físico, consideramos de importância vital assumir também que qualquer relação íntima, seja ela analítica ou não, tem como protótipo a relação mãe-bebê, que se estabelece sob a forma não verbal e apoiada maciçamente sobre o contato físico e a sensorialidade somática. Este fenômeno, aliás, é basilar para que a psicanálise possa estabelecer a primazia do sexual sobre os fenômenos psíquicos.

Esta perspectiva, que separa e distingue confiança e intimidade, nos permite vislumbrar cenários em que estas duas dimensões transferenciais, estejam divorciadas. Este é o caso, acreditamos, dos contextos em que se dá o abuso sexual, em especial o praticado contra crianças e adolescentes, em que a instituição do segredo passa a responder a uma lógica perversa e patológica. Exploraremos os desdobramentos desta concepção em nosso próximo capítulo, no qual buscamos desvendar o papel que o segredo desempenha na dinâmica do gozo e, talvez, até mesmo na gênese de arranjos psíquicos perversos.

Capítulo V – A LÓGICA DO SEGREDO PATOLÓGICO

A perspectiva psicanalítica revela que a relação entre os personagens envolvidos numa cena de abuso sexual é amiúde atravessada por uma complexa trama de elementos inconscientes. Nossa experiência clínica, como já destacamos, tem mostrado que, nestes contextos, a presença de segredos, que pode se dar de formas variadas, desempenha um papel intrincado e muito importante como uma espécie de catalisador do potencial traumático do acontecimento do abuso.

Nestes casos, devemos levar em conta o sentimento de culpa inconsciente que tantas vezes acompanha as vítimas, assim como a confusão que frequentemente ocorre, num processo sem dúvida favorecido pela presença do segredo, entre denúncia e confissão. Estes elementos nos dão dimensão da grande abrangência das questões que aqui estão sendo tratadas, pois eles nos mostram que a problemática do segredo pode estar incluída, algumas vezes mais e outras vezes menos claramente, na maioria dos casos de abuso sexual.

São várias as maneiras com que podemos relacionar o fenômeno do abuso com o do segredo, algumas das quais apontaremos aqui. O segredo pode ser encarado simplesmente como uma faceta possível do comportamento perverso. Porém, se levarmos em conta a enorme frequência com que os dois fenômenos ocorrem atrelados entre si e a possibilidade de que o segredo seja, ele mesmo, um elemento que participa do gozo do perverso abusador, o vínculo entre segredo e perversão se revela muito mais intimo.

Devemos reconhecer a dificuldade de acesso que o psicanalista tem aos discursos de sujeitos perversos, problema crônico deste tipo de pesquisa, não apenas como consequência do papel que o segredo assume não só na estrutura da sociedade em que vivemos mas, também, como um elemento característico do circuito do gozo perverso. No entanto, alguns relatos de vítimas, assim como as representações literárias e artísticas do tema, nos permitem levar a sério a função de gozo que têm, para o perverso, as variantes da caricatural expressão "este será o nosso segredinho!", que acompanham a cena de abuso sexual, notadamente com crianças e adolescentes. O processo com que se cria este cenário é uma operação característica do comportamento perverso patológico, o que faz com que enxerguemos nele um elemento intrínseco desse tipo de arranjo psíquico.

Neste capítulo nos propomos a investigar, em linhas gerais, quais as características que, neste cenário, o fenômeno do segredo assume, enfatizando especialmente uma perspectiva que o toma como vetor transmissor de conteúdos psíquicos na cena da sedução perversa.

Com isso, buscaremos também expor nossa hipótese de que determinados processos de formação de segredos, que seriam, nesta perspectiva, denominados "segredos patológicos", podem influenciar significativamente na criação de arranjos psíquicos perversos. A investigação destes elementos deverá, naturalmente, colaborar com a compreensão sobre as origens e funcionamentos desta psicopatologia.

Nossas reflexões a respeito dos mecanismos a partir dos quais o segredo é instituído trouxeram adicionalmente para a discussão um elemento que, já desde Freud, é classicamente vinculado às origens da perversão: o mecanismo da recusa da realidade. Esta modalidade de defesa psíquica nos convida a pensar tanto em uma clínica que seja apropriada às suas especificidades como também em sobre quais feições poderia adquirir, neste contexto, o elemento do fetichismo.

Assim como fizemos em nossa abordagem ao segredo analítico, acreditamos que uma forma interessante de investigar o segredo patológico seja abordá-lo a partir da compreensão acerca do cenário em que se dá (o equivalente, no caso da psicanálise, ao *setting*) e do tipo de relação que ele institui.

Com o objetivo de tornar mais claros os aspectos teóricos que neste capítulo exporemos e de oferecer elementos que facilitem o esclarecimento de nossos pontos de vista, a título de vinheta clínica trazemos o relato sucinto de um caso em que a dinâmica

do segredo se mostrou essencialmente patológica, o que levanta pontos importantes para nossa reflexão.

5.1 - Vinheta clínica - Diane

Diane[18], cinco anos de idade, vítima até os três anos de abuso sexual por parte de um familiar que se mantinha acima de qualquer suspeita, recebera do abusador, em troca dos favores sexuais, todo tipo de agrado: brinquedos, passeios, doces e manifestações de afeto. Embora não falasse sobre estes episódios em outros ambientes, em casa ela os relembrava com relativa frequência e, para desconcerto de seus familiares, descrevia estas recordações com prazer e afetividade. Assim, o que todos achariam conveniente tornar-se um passado esquecido, um segredo sepultado, irrompia com força e poder mobilizador.

Na análise, assim que se encontrou sozinha com o analista, dirigiu-lhe como primeira frase: “Sabia que eu tenho um segredo?”. Entre risos, antes de começar a citar os quatro ou cinco que conhecia, sussurrou: “falo palavrões”. Depois, outras confissões, sempre reveladas como segredos, seriam apresentadas de forma compulsiva ao longo de seu tratamento: soltava puns, comia melecas, odiava o irmãozinho, etc. No entanto, outros segredos, ela apenas anunciava, comprazendo-se em mantê-los desconhecidos ao analista – movimento psíquico que era um prenúncio do importante papel que exibir-se e esconder-se teria ao longo de sua análise.

Um dia, ainda no período inicial do tratamento, uma cena evidenciou as sequelas deixadas pelo aprisionamento no segredo perverso: a sós com o analista na sala de espera da clínica, ao final de uma das sessões, Diane pede a ele uma bala (que estava num pote de vidro que a secretária havia, distraidamente, esquecido de guardar). Naquele mesmo dia, no início da sessão, já havia ganhado uma dessas balas, e combinado com o analista que não pediria mais. Então, o analista a relembra do “trato”, mas ela insiste veementemente. Frente a repetidas negativas, Diane respondeu, em tom de ameaça e mais séria do que estava até aquele momento, que se este presente não lhe fosse concedido, contaria a todo mundo que o analista havia feito “uma coisa errada”

[18] Este material clínico foi apresentado também no livro “Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar” (França, 2014), do qual somo um dos colaboradores, no capítulo IV , denominado “Ilhas e trilhas do segredo” (França & Lima, pp.64-75).

com ela. O analista, surpreso, perguntou então o que ela contaria e disse não se lembrar de ter feito nada proibido. Com naturalidade, a menina simplesmente respondeu que inventaria uma coisa qualquer. Como o analista decidiu não aceitar a chantagem, Diane pareceu irritada por alguns segundos – atitude que se desvaneceu tão rapidamente quanto a de ameaça que havia assumido anteriormente. O episódio, contudo, foi significativo por denunciar a presença de uma transferência fortemente marcada pela lógica perversa. O arranjo que Diane tentava reconstruir com o analista era a repetição de um outro, arquitetado anteriormente para manipular o abusador.

De fato, assim que o analista chegava, a menina sempre se escondia, fosse atrás de uma poltrona ou debaixo de uma mesa, sendo o seu esconderijo denunciado pelas gargalhadas que o regozijo com a cena lhe causava. Dois outros momentos também ilustram esse jogo de esconder/exibir o corpo: no primeiro deles, pede para ir ao banheiro, abaixa as calças antes que o analista lhe indicasse o caminho e suspende-as imediatamente, cobrindo a boca com as mãos e encenando estar envergonhada. Em outro momento, em que vestia uma saia bem curta, insiste em manter uma conversa com o analista enquanto, através das próprias pernas, olhava-o de cabeça para baixo.

A forma de vincular-se que Diane desenvolve e expressa de forma exemplar neste episódio é parte do mecanismo de identificação com o agressor[19], que embora não seja muito eficiente no que diz respeito às possibilidades de inibir o abusador, representa um esforço da criança para preservar, com os limitados recursos de que dispõe, a integridade de seu sistema psíquico. Tenta defender-se da cruel relação imposta pelo perverso abusador colocando-se em uma posição relativamente mais ativa, embora o contexto a empurre brutal e ininterruptamente para a passividade.

Esta identificação torna-se especialmente atuante porque, como no mercado do segredo correm moedas de troca proibidas e suas transações têm que ser feitas sob sigilo, seu funcionamento não se aproxima do de um comércio regulado e sim do de um tráfico caótico, em que o acordo tem que ser rearranjado a cada momento e sem qualquer possibilidade de intermediação externa. A regulação da lei não poderá estar presente nessa dinâmica, já que ambos os atores envolvidos não a podem considerar. O abusador, por negá-la, o que justamente caracteriza sua posição perversa. A criança, por

[19] Acerca deste mecanismo, consideramos particularmente informativo o capítulo VII do livro “Tramas da Perversão: a violência sexual intrafamiliar” (França, 2014) , intitulado “Contribuições de Sándor Ferenczi para a compreensão dos efeitos psíquicos da violência sexual” (França & Mendes, pp. 107-124).

não ter podido ainda, no curso de seu desenvolvimento, incorporá-la adequadamente à sua estrutura egóica.

Assim, o pacto de segredo perverso tem um caráter estritamente obrigatório, pois seu rompimento se pretende impossível, inclusive ao abusador. Se da parte da vítima o pacto é conservado, pelo menos inicialmente, pela ameaça, violência e, muitas vezes, ignorância e culpa, o silêncio do abusador é mantido pela conveniência de não ser responsabilizado pela violência que comete. No mercado do segredo impera, portanto, sobre todas as outras, a condição da escravidão, que paralisa e impede qualquer reação que fuja do *script* previsto pela lógica do segredo. Esta situação resulta em um elo que realimenta o caráter autoritário da relação, fortalecendo-o e dificultando o estabelecimento de outras possibilidades, dentre as quais uma relação de confiança.

Ao mesmo tempo, para a criança, a percepção é de que ela própria detém metade do segredo e, portanto, da culpa. Vendo que o agressor, com quem se identifica, não encontra limites para sua satisfação, é convidada a fazer o mesmo. Presa na armadilha que protege o adulto perverso e a constrange a manter o pacto, a única forma de tentar se libertar é cobrar pelo silêncio o preço mais alto que puder. Não tão alto, porém, que não possa ser pago, pois ela sabe que, como em todo tráfico, o preço final será sempre definido pelo agressor, que tem a violência como recurso infalível. Assim, cada troca de afeto passará a ser marcada pela criação de segredos, pela voracidade e pela insatisfação.

Para a criança, essa condição é nociva sob todos os aspectos. Diane, nossa pequena cliente, desenvolveu entre os seus sintomas uma disposição implacável para a dominação e desrespeito à privacidade alheia, lógica a que depois muitas vezes tentou submeter também o analista, berrando em momentos de ira: “Você é meu empregado, tem que fazer tudo o que eu quiser!”.

Em uma outra ocasião, em que Diane tentava encontrar, entre vários brinquedos disponíveis em sua caixa lúdica, um para brincar durante a sessão, retirava agressivamente da caixa os carrinhos e bolas, arremessando-os longe. O analista, buscando e colocando estes brinquedos à parte, perguntou-lhe: “por que você não brinca também com estes?” Diane respondeu: “Porque são coisas de homem!” O analista disse: “Mas você nunca brincou com coisas de homem?” Diane, então, olhou atentamente o rosto do analista, em silêncio, por pouco mais que um segundo e perguntou: “Mas você não vai contar pra ninguém?”. Depois, interrompeu bruscamente a conversa, voltou a mexer na caixa e recusou-se a explicar sobre o que estava falando.

Durante outra das sessões iniciais, Diane disse que iria fazer a casa que a mãe lhe ensinou. Em uma folha de papel, com tinta marrom, através de traços descuidados, desenhou uma casa e duas manchas que ela descreveu como dois rios, cada um de um lado da casa. O estranho desenho, em que a casa mais parecia estar encurralada pelas duas massas de água, foi depositado na caixa lúdica sem ter produzido qualquer associação verbal. Posteriormente, em uma das várias conversas que a mãe da criança teve com o analista da filha ao longo do tratamento, ela narrou o que nunca havia contado a ninguém: quando era criança e morava na zona rural, fora vítima de dois abusos sexuais. As cenas em que tais acontecimentos se deram envolviam perseguições em que ela corria ao longo de um rio, às margens do qual morava, tentando chegar até sua casa. Quando o analista, lembrando-se do desenho que Diane havia feito algum tempo antes, perguntou-lhe se a filha já havia escutado a história, ela disse que não – fato que aumentou ainda mais a nossa perplexidade diante dos enigmas da transmissão psíquica.

O tratamento continuou e Diane, para o alívio dos pais, depois de algum tempo parou de fazer referências constantes ao abuso e ao abusador. Pelo contrário, o tema pareceu ter se tornado sigiloso: ao perceber qualquer referência, por mais indireta que fosse, ao episódio do abuso, Diane reagia ansiosamente, se isolando. Ou seja, o trabalho de análise havia emoldurado o segredo, permitindo uma contenção que abria novas possibilidades para que o assunto deixasse de ser uma arma para alfinetar a família e passasse a produzir pensamentos que abriam e fechavam a enigmática trama do abuso sexual. Também nos foi possível observar uma significativa mudança na qualidade das relações objetais: mesmo continuando a escoar sua angústia através de brincadeiras (fosse despedaçando bonecos de papel, pisoteando ursinhos de pelúcia ou insultando o analista, para logo tentar novamente agradá-lo), aos poucos Diane foi elaborando seu estranhamento em face a uma nova modalidade de relação afetiva, onde não circulavam moedas de troca, podendo, assim, construir uma aliança confiável com o analista e recuperar sua crença nos vínculos pessoais.

5.2 - Discussão teórica

Um elemento muito presente no caso, que corrobora com as observações que fizemos ao longo deste trabalho, é o inequívoco valor de positividade que o segredo

assume no vínculo transferencial de Diane com o analista. Neste cenário, a recusa da realidade deixa de ser uma falta, e assume os contornos de um objeto.

Esta dinâmica ilustra muito bem a forma assumida pela recusa nestes casos, em que o segredo adquire uma espécie de valor de fetiche, conceito sobre o qual Ferraz (2000, p.30) afirma que significa "o triunfo sobre a ameaça da castração", permanecendo, "na vida sexual do fetichista, cumprindo o papel de protetor contra ela".

Tanto é que o primeiro movimento de Diane é colocar seu segredo em negociação, buscando seduzir aquele que se interessasse em descobrir do que se tratava, afinal. Mas o segredo/fetiche, objeto de alto grau de idealização, não é negociado na "troca" como se fosse uma moeda, da qual ela se veria privada depois do pagamento. O seu fetiche se parece mais com um cartão de crédito sem limites: o segredo não se esgota, se desdobra dentro de si mesmo e pode significar muitas coisas. Este segredo não é definido por uma representação a que esteja ligado, mas sim pela sua função de enigma.

De qualquer forma, poderíamos pensar, não é também uma relação de segredo que o analista propõe a Diane? A situação não ficaria estabilizada à medida em que Diane tem os seus segredos tanto quanto o analista tem os seus? Esta é justamente a característica que faz com que a recusa da realidade, e mais propriamente a manutenção do segredo, seja incompatível com o processo psicanalítico. Na relação que Diane propõe impera a simetria, o que impede que a situação analítica assuma sua característica infantilizante essencial, ainda que a paciente seja uma criança.

Este fato traz à tona ainda um outro elemento, que é a inversão que Diane tenta estabelecer no que diz respeito aos papéis definidos entre adultos e crianças. Já nos referimos à característica que Neil Postman considera como essencial na delimitação do conceito de infância, de que a criança seria justamente aquele indivíduo a quem se interdita o acesso a determinados conhecimentos. A cliente buscava, justamente colocar o adulto na posição de uma criança, o que apenas reforça o caráter perverso da situação que a pequena paciente buscava instalar.

Ferraz (2000), em um tópico intimamente relacionado a essa tentativa de encenação perversa, cita Otto Kernberg, autor que alerta para a possibilidade de que o paciente perverso possa buscar imobilizar o analista, "conduzindo-o ao lugar de espectador do cenário de suas relações objetais perversas, reproduzindo, na transferência, a mesma satisfação de suas fantasias perversas, agora nelas envolvendo o seu analista". Com relação a isto, Kernberg recomenda a necessidade de se focalizar, na

análise do perverso, a atuação ou a expressão das fantasias Como vemos, estamos aqui nos aproximando de uma perspectiva que aproxima a organização psíquica da pequena Diane à de um arranjo perverso.

Sobre a questão dessa pequena garotinha ser perversa ou não, preferiremos responder que, enquanto na análise, ela está, de fato, estabelecendo uma relação que pode evitar que ela se desenvolva como uma perversa. Isto porque o que a análise propõe é exatamente o oposto do que o abusador com ela compartilhou.

Além destas diferenças, que já apontamos, no que diz respeito à transferência, um outro elemento também fica claro como radical oposição entre o segredo analítico e o segredo perverso: a forma como os silêncios são instituídos.

Aqui devemos nos lembrar da distinção que fizemos, ainda em nosso primeiro capítulo, entre o caráter afirmativo, que acompanharia o segredo em seu aspecto sigiloso, e o segredo de caráter interrogativo, atribuído ao segredo em seu aspecto enigmático. Como vimos, uma das funções do analista será a de "guardião do enigma" do analisando, o que justamente significa que ele será responsável por manter o caráter interrogativo do segredo, que necessariamente habitará na análise o espaço não verbal do espaço da análise, sendo nele compartilhado

Já o segredo imposto pelo adulto sobre uma criança (ou, em última análise, sobre qualquer indivíduo que se veja vítima de um abusador) faz com que seu caráter necessariamente enigmático e interrogativo se perca, convertendo-se para a vítima em afirmação, objetividade. Assim, ao sentido da mensagem enigmática, intrinsecamente aberta à interpretação, impõe-se a materialidade insuportável de uma relação sexual adulta e eivada de culpa e elementos mortíferos, que além de impedir qualquer tentativa de elaboração subjetiva da vítima, invade brutalmente seu espaço.

Podemos desconfiar que o encaminhamento que muitas vítimas de abuso sexual dão às suas defesas psíquicas, o que leva seus psiquismos muitas vezes a priorizar o mecanismo do recalque conservador e da recusa, em lugar do recalque dinâmico, esteja intimamente relacionado com a constatação, que já é quase lugar comum, de que adolescentes e crianças abusadas desenvolvem alguma propensão a tornarem-se adultos abusadores.

Resgatando as ideias que defendemos em nosso capítulo anterior, acerca das propriedades distintivas entre intimidade e confiança, conjecturamos que os efeitos funestos do segredo perverso são sobremaneira potencializados graças à imposição de uma relação de intimidade sexual (que na criança é também psíquica) sem o

estabelecimento correspondente de um vínculo de confiança. Masud Khan, pesquisador que muito se debruçou sobre as questões relativas à perversão, chegou a dar o nome de "técnica da intimidade" para o que seria, segundo ele, uma especialidade que o perverso desenvolve para se aproximar de seus objetos. Segundo Ferraz (2000), nessa "técnica", o perverso monta uma situação de intimidade fingida, já que ele mesmo é incapaz de se sentir, pelo menos de forma prolongada, íntimo a outro sujeito. Assim, esta técnica serviria fundamentalmente ao perverso para que ganhe a cooperação do seu "objeto".

Vale lembrar que a mentira tem, na lógica do segredo patológico, uma função diferente daquela que tem na lógica do segredo analítico. Enquanto nesta ela poderia estar relacionada ao mecanismo de negação, representando uma possibilidade de abertura da palavra e, digamos, sua "enigmatização", para o segredo perverso ela significa de fato um fechamento, pois que substitui, para aquele a quem é imposto, o enigma, que por natureza é sempre multifacetado, por uma "verdade" única.

A relação de intimidade (que tem, devemos lembrar, seu protótipo na relação corporal e sensorial do bebê com a mãe, que o encontra, na situação originária, em um estado de desintegração), parece gerar o efeito de enfraquecer as defesas psíquicas, mecanismo do qual o enquadre e a técnica analítica também se aproveitam para seus fins.

Não estranharemos, portanto, no cenário da psicanálise com vítimas de abuso sexual como o que relatamos no caso Diane, o fato de que a figura do analista, este adulto que propõe uma relação de intimidade e sigilo, passe a ser vinculada transferencialmente à do abusador e que estar a sós com ela no *setting* analítico traga uma ansiedade claramente relacionada ao evento do abuso. Esta ansiedade só será superada com o estabelecimento de uma relação de confiança, primeira tarefa a que a dupla deve dedicar para que uma análise possa acontecer.

Esta afirmação encontra aqui ainda algumas novas implicações. Muitas dessas vítimas, que foram expostas à culpa e ao gozo perverso do agressor, vivenciaram também ambientes extremamente propensos à criação de segredos. Se, como nos esclarece Ferenczi (1992 [1933]) em seu texto "Confusão de línguas entre os adultos e a criança", a culpa do adulto injeta uma deformação no psiquismo infantil, a experiência clínica nos permite postular que um ambiente propício à manutenção de segredos, que dificulte o trabalho de elaboração psíquica, também catalisa a transmissão dessa culpa e potencializa os efeitos danosos do abuso. A cumulatividade de todos estes fatores que rondam as cenas de abuso sexual é o motivo que nos faz enxergar na investigação da

lógica do “segredo perverso”, através do exame das dinâmicas que insistem em se instalar nessas relações, uma aproximação promissora para que compreendamos as formas como se instalam arranjos psíquicos perversos.

Temos que considerar, assim, que a criação e a manutenção de um ambiente em que o segredo perverso prospere seja uma condição, se não necessária, facilitadora para a transmissão da perversão. Em um ambiente deste tipo, a própria dinâmica necessária à entrada do sujeito no Complexo de Édipo e, após sua resolução, ao seu reconhecimento da alteridade, estará sujeita a uma distorção. A lógica do segredo patológico implica uma relação de dupla em que é vetada a entrada, mesmo que simbólica, de um terceiro. A infiltração deste tipo de dinâmica, irredutivelmente binária, no psiquismo da criança, quer seja através do psiquismo de um dos pais, quer seja através do psiquismo do abusador, oferece sempre o risco de dificultar ou mesmo bloquear o seu acesso à triangulação, afetando a formação de seu Superego.

Considerar que a linha que separa o perverso de sua vítima é, muitas vezes, meramente temporal, ou seja, que a criança abusada de hoje pode ser o adulto abusador de amanhã, traz a questão de conhecer o que há de sofrimento no comportamento perverso. Mesmo que consideremos que seu sofrimento tenha sido adulterado ao longo do tempo, de tal forma que não se assemelhe mais ao medo e desespero que já foi um dia, isso não nos autoriza a afirmar que ele tenha simplesmente desaparecido sem deixar rastros – movimento que não corresponde em hipótese alguma com o dinamismo psíquico que o método psicanalítico constata.

Identificar o caminho pelo qual esta dor de sofrer o abuso passa até se tornar o que conhecemos como uma espécie de fleuma ou apatia perversa é um trabalho que ultrapassa os objetivos propostos neste texto. No entanto, nossa pesquisa aponta a possibilidade de que os desdobramentos desse sofrimento possam ser encontrados na obrigatoriedade compulsiva com que o perverso se liga a um pacto de segredo, do qual pode se tornar um escravo.

Algo objetivo pode ainda ser dito a respeito de um ambiente propício ao segredo perverso. Ele pressupõe o estabelecimento de regras rígidas sobre o que deve ou não ser comunicado e, o que provavelmente tem efeitos ainda mais radicais, sobre o que não deve ser falado em hipótese alguma e para ninguém. Não duvidamos que uma psicoterapia, ainda que não especificamente psicanalítica, possa ser útil para alguns pacientes, especialmente aqueles submetidos rigidamente a um regime deste tipo, meramente por oferecer um ambiente livre destas regras. O segredo é patológico no momento mesmo em que é imposto

pelo outro, características que, como já dissemos, o distingue radicalmente do segredo psicanalítico.

Considerações finais

A problemática a que nos dispusemos investigar nestas páginas, é claro, está longe de ser esgotada. Nós mesmos, ao longo do processo de pesquisa, tivemos que abrir mão de algumas perspectivas que, se bem trabalhadas, provavelmente nos revelariam aspectos inauditos sobre o tema do segredo.

Neste momento de conclusão, no entanto, constatamos que, se não cobrimos todos os objetivos que inicialmente vislumbramos, podemos nos contentar se, pelo menos, pudermos considerar alcançados alguns deles. O tema sobre o que nos debruçamos não é, evidentemente, um conceito revolucionário ou importante especificamente por sua complexidade intrínseca. Pelo contrário, ele está ligado às origens mais primárias da psicanálise. Em nosso entender, no entanto, este é justamente o seu mérito. Resgatar continuamente os princípios mais básicos de um conhecimento, repisando o terreno que já nos parece familiar, ainda mais quando lidamos com uma ciência tão jovem e multifacetada como a psicanálise, pode sempre trazer novas surpresas.

Cabe-nos, agora, simplesmente uma breve revisão do que, ao longo da jornada, construímos. Com relação ao sigilo, elemento que discretamente, sem que nos déssemos conta, se infiltrou na pesquisa e se mostrou mais importante do que prometia inicialmente, avaliamos que sua a presença é a primeira condição para que ocorra uma psicanálise. É nele que se estabelece a relação de confiança, cuja importância também

descobrimos. Embora o sigilo analítico seja semelhante a outros sigilos profissionais no que diz respeito à confiança, no entanto, não necessariamente o é no que tange à relação de intimidade. As relações não analíticas, mesmo as que pressupõem uma relação de sigilo, não criam necessariamente uma relação de intimidade, pois não se propõem a explorar o enigma, espaço da contradição, do incompleto, do silencioso.

Da mesma forma que apenas o estabelecimento do sigilo pode levar a uma relação de confiança, só o estabelecimento de um enigma pode levar a uma relação de intimidade. Através da instauração e do reconhecimento da existência do enigma, tarefa a que o analista se dedica, pode-se ter acesso a conteúdos desconhecidos sobre si mesmo, sobre os quais trabalha fundamentalmente a psicanálise.

O acesso à intimidade, espaço mais particular de que um indivíduo dispõe, é proposto tanto na relação analítica como na perversa. Embora de forma geral o psicanalista a proponha pela via psíquica e o abusador pela via corporal, no caso das crianças esta distinção tende a ser pouco demarcada: graças à sua constituição, seus limites psíquicos confundem-se com os corporais. Além disso, há casos em que o abusador estabelecerá uma relação e uma proximidade afetiva ambivalente com a vítima, assim como o psicanalista compreenderá que o toque físico por vezes fará parte do curso do tratamento que empreende.

Se consideramos que o segredo profissional se assemelha ao segredo analítico no que diz respeito à presença da confiança e que o segredo perverso se assemelha ao sigilo analítico no que diz respeito à presença da intimidade, a conclusão lógica será considerar que o sigilo analítico se distingue de todos os outros, graças, entre outras coisas, à presença simultânea da confiança e da intimidade.

No entanto, veremos que a presença destas duas características (confiança e intimidade) são, na verdade, pré-requisitos para o aparecimento de uma terceira, esta sim distintiva da psicanálise: a presença do segredo analítico, enigmático. Esta envolve dois tipos de relações transferenciais distintas e paradoxais entre si, pois se uma delas exige o compartilhar com o outro, a outra necessita do guardar para si. A tensão entre estas duas modalidades transferenciais sustenta o processo psicanalítico, permitindo que um conteúdo deslize entre os dois pólos do segredo, o consciente e o inconsciente. Às palavras do conteúdo sigiloso, a análise deve permitir que se tornem gradativamente mais abertas e menos específicas, mais infiltradas pelo enigma do analisando. Ao conteúdo enigmático, que possa objetivar-se pela fala e tornar-se inteligível, pensável, transformável.

O segredo analítico é, portanto, um espaço oferecido tanto para a exploração do enigmático como do sigiloso, em que a sustentação de posturas interrogativas (características do enigma) e afirmativas (características da confissão) sucedem-se de uma forma que poderíamos qualificar de "dialética", sem nos determos profundamente na significação filosófica da palavra, mas apenas considerando que a sua tradução literal significa "caminho entre as ideias". Através desse caminho é possível encontrar uma organização relativa surgida da contradição.

A diferença entre o papel que o sigilo tem na relação analítica e na relação perversa passa pela forma com que é pactuado em cada uma delas. Enquanto o abuso impõe um silêncio permeado pela culpa, em que o abusador tenta compensar ausência da confiança através do suborno e pela mentira, da ameaça ou de jogos semelhantes, na clínica analítica propõe-se ao analisando que escolha livremente aderir ou não ao acordo do sigilo, podendo ele aceita-lo ou rompê-lo a qualquer momento. Vale dizer que esta escolha não se estende ao analista, pois este se compromete a manter o contrato do sigilo sob quaisquer circunstâncias, a não ser, é claro, que o paciente requisite a sua rescisão. Ou seja, a única forma de solicitar a confiança do analisando é nele confiar.

Em todos os casos, a relação de intimidade oferece um lugar à desordem dos enigmas, segredos íntimos, representações nebulosas que nem sempre fazem sentido imediato e desembocam invariavelmente em conteúdos recalcados. No entanto, enquanto no abuso o caminho à intimidade é forçado, com a imposição do desejo perverso sobre os enigmas da sexualidade, na psicanálise essa relação deverá conseguir seus objetivos unicamente com a sustentação do enigmático, com uma comunicação incompleta, imprecisa e incoerente. Mais do que isso, deverá poder manter esta incompletude. O analista deve evitar a tentação de completar o conteúdo de um segredo enigmático, fazendo com que a sua mensagem se torne inequívoca, o que destrói o enigma, pois faz com que se torne sigilo, obstruindo o acesso à intimidade.

Devemos, a este propósito, recordar a posição de Freud a que nos referimos anteriormente, quando opõe o que se diz em análise à confissão. A passagem indica a importância de que a psicanálise se afaste do que poderíamos chamar de uma psicoterapia da confissão. Se através deste modelo ela pode dar acesso aos conteúdos guardados sob sigilo, não podemos dizer o mesmo sobre os conflitos mais secretos e enigmáticos de que os sintomas são agentes e aos quais só se pode chegar com o estabelecimento de uma relação de intimidade. É somente neste tipo de relação que os

enigmas poderão se fazer presentes, não em momentos de fala, mas, antes, naqueles em que analista e analisando compartilham do mesmo silêncio.

Lembramos também, com Telles (2005), para quem a psicanálise é uma "anti-confissão", que o silêncio analítico não deve demandar qualquer tipo de confidência compulsória. Um processo que privilegie a confissão, o que corresponde submeter a uma síntese o conteúdo disperso e desorganizado do enigma, submetendo-o a uma objetivação, é o exato oposto do trabalho da psicanálise.

A síntese é uma tendência inata do aparelho psíquico, que realiza-se habitualmente em seu curso normal. Freud coloca dessa forma a questão: "*(...) na vida psíquica lidamos com tendências submetidas a uma compulsão à unificação e à combinação. Mal conseguimos decompor um sintoma, liberar uma moção pulsional de um conjunto de relações, e logo esta não se conserva isolada, mas entra imediatamente num novo conjunto*" (Freud, 1976 [1918]). Isso equivale a dizer que o segredo enigmático, uma vez convertido às palavras, ou seja, assim que confessado, será processado de acordo com estas tendências e se tornará conteúdo sigiloso, a não ser que haja uma força contrária em atividade, como um processo psicanalítico, por exemplo. O processo psicanalítico prosseguirá então sempre em uma oscilação na qual, se em determinado momento, a partir da livre associação, determinados conteúdos enigmáticos são percebidos como tal, em outro imediatamente posterior eles deixarão de ser enigmas. Desprendem-se deles fragmentos que, deixando de ser inconscientes, tornam-se conscientes e simplesmente sigilosos.

A relação de segredo analítico compreende a linguagem, mas se estende além dela para reconhecer o enigma que o outro guarda. Na psicanálise, analisando e analista reconhecem o enigmático que há neles mesmos, um no outro e na relação entre eles. Podemos pensar que cada um deles, construindo uma ponte que se projeta sobre um abismo escuro e enevoado, espera encontrar um ao outro no vazio suspenso. Esse salto exige confiança e é somente fazendo esta aposta, tendo esta fé, que será possível encontrar, no meio do caminho, os segredos enigmáticos, aqueles de que não se tinha consciência, transformando-os em palavra.

Ao subverter o enigma, fazendo-o participar do conteúdo sigiloso e trazendo o não-dito à consciência, a psicanálise favorece a atividade de produção de sentido e permite que se construa uma ligação entre significantes que foram interditados ao sujeito em sua história. Ao mesmo tempo, porém, ao subverter os conteúdos sigilosos, apontando suas insuficiências, seus furos e o *unheimlich* que neles habita, esta

experiência singular possibilita que o enigma, esta dimensão que incomoda, represente também um desafio, um motivo para o qual o indivíduo deseje.

Com relação à técnica, também os apontamentos de Aulagnier (1976) nos ajudam a construir alguma ideia sobre o que nos exige uma clínica com a presença do segredo. De acordo com a autora, para a realização de uma psicanálise é fundamental que analista e analisando ousem se aventurar, estando dispostos a descobrir pensamentos que questionem conhecimentos mais seguros – seja em relação à si mesmos ou às suas teorias – deixando, por vezes, espaço para que o prazer inerente à atividade de pensar e criar solitariamente encontre função nas sessões (Salem & Reznik, 2010).

Um cenário assim permitirá à criança uma vivência cujo exercício será caro ao seu desenvolvimento: a de modular o acesso de uma alteridade aos seus próprios conteúdos psíquicos, à sua intimidade. O segredo analítico é, portanto, aquele que permite à criança estar, de fato, sozinha consigo mesma, desfrutando o prazer da solitária atividade de pensar. O segredo perverso patológico, por oposição, é aquele que impede a criança de desfrutar de sua própria companhia, de sua própria solidão, pois sua intimidade foi de tal forma invadida que a presença invasiva do outro se impõe e se renova a cada momento.

Para Aulagnier, no entanto, o psicanalista não deve encarregar o pensamento privado à atividade solitária do paciente, pois sua dificuldade nesta tarefa é parte do que o leva a procurar ajuda. Desde que consciente da impossibilidade de tudo interpretar, será, neste momento, menos um guia e mais um cúmplice, estimulando no analisando a construção de novos segredos, entusiasmando-se com eles e instigando a atividade de pensar secretamente e a capacidade de nela obter satisfação (Salem & Reznik, 2010).

O que esperamos ao longo de um tratamento desse tipo é que o analisando, uma vez que se sinta suficientemente protegido por uma relação de confiança que assegure o seu direito de não ser invadido, fique à vontade para fazer, gradativamente, através do seu falar ou brincar, com que seu segredo se torne sigilo – entidade que, diferente do segredo enigmático, deve sua existência à relação de um eu com um outro, inserindo-o no contexto do que pode ser compartilhado. Sentindo seu segredo bem guardado, o analisando estará livre para mergulhar nas profundezas de seus medos, sem receio de perder-se em meio a eles e tornando-os menos terríveis à medida que os torne palavra. Poderá, a partir disso, descobrir e imaginar para si novos segredos, entregando-se à aventura de explorá-los.

Em um artigo de 1926 intitulado “No início é o silêncio”, Theodor Reik nos fala a respeito deste fenômeno: “Eis aqui um fato psicológico surpreendente e raramente observado: quando as pronunciamos, as palavras têm um valor diferente do que quando as pensamos em nossas representações verbais. A palavra articulada tem um efeito retroativo sobre quem fala.” (Reik, 1926). Ao confiar nestes termos, com um atento e cuidadoso silêncio, a dupla analítica se dedicará a um processo de revelação semelhante àquele que se aplicava aos antigos filmes fotográficos, debruçando-se sobre os segredos que, sensíveis à luz intensa, devem ser revelados em um processo lento e minucioso, com o tempo, a arte e a sensibilidade que só o silêncio consegue oferecer.

Referências Bibliográficas:

Abraham, N. & Torok, M. (1995a) Luto ou Melancolia: Introjetar-Incorporar. In: A casca e o núcleo. São Paulo: Escuta (Trabalho original publicado em 1972).

Abraham, N. & Torok, M. (1995b) A tópica realitária: Notações sobre uma metapsicologia do segredo. In: A casca e o núcleo. São Paulo: Escuta (Trabalho original publicado em 1971).

Abraham, N. & Torok, M. (1995c). Pequenas Anotações sobre o Fantasma. In: A casca e o núcleo. São Paulo: Escuta (Trabalho original publicado em 1975).

Araujo, U. F. (2000). O sentimento de vergonha como regulador moral.. Vertentes, v. 1 (UNESP), São Paulo, Brasil

Aries, Philippe (1978). História social da criança e da família. Rio de Janeiro: LTC- Livros Técnicos e Científicos Editora S.A

Arnold, Kyle, (2006). The need to express and the compulsion to confess: Reik's theory of symptom-formation. Psychoanalytic Psychology, Vol 23(4) p.

Audouard, Xavier (1989). O silêncio: um “mais-de-palavra” In: O silêncio na psicanálise / [sob a direção de] J.-D. Nasio. Campinas: Papirus.

Aulagnier, P. (1976) O direito ao segredo: condição para poder pensar. In: Um intérprete em busca de sentido I. São Paulo: Escuta, 1990.

Azevedo, M. M. A. (2009) . Os Prejuízos do Segredo Familiar. Cadernos de Psicanálise, volume 25, p. 239-261. Rio de Janeiro. (Cessou em 1996).

Azevedo, M.M.A. (2004) . O Adoecimento do Seio e a Transmissão Psiquica. Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, vol. VII, n.4, pp. 32-43 , Sao Paulo

Bueno, Renata Neponucemo (2006). Contando os segredos através dos significantes. Dissertação de mestrado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Breuer, J. ; Freud,S. (1974). Estudos sobre a histeria. ESB. Vol. II, Rio de Janeiro: Imago (Obra original publicada em 1893)

Carnaúba, Maria Érbia Cássia (2013). A gênese da repressão em Freud. Kínesis, Vol. V, n° 09 (Edição Especial), Julho 2013, p. 117-133

Costa, J. S. F. . As Agonias da Confissão (1995). FOLHA DE SAO PAULO, SÃO PAULO, 09/04/95

Cunha, Eduardo L. (2002) Entre o assujeitamento e a afirmação de si. Cadernos de Psicanálise , v. 18, n. 21 (Sociedade de Psicanálise/RJ), Rio de Janeiro, Brasil

Dolto, Françoise (1980). Prefácio. In: Mannoni, M. *A primeira entrevista em psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus

Elias, Norbert (1994). O processo civilizador Volume I (2. Ed) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1939)

Faleiros, Vicente de Paula (1998). Redes de exploração e abuso sexual e redes de proteção. (Trabalho apresentado no 9º Congresso Brasileiro de assistentes sociais – Goiânia – Julho de 1998 – Anais – Vol1)

Ferraz, Flávio Carvalho (2000). Perversão – Coleção Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferenczi, S. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In: S. Ferenczi, *Obras Completas* (Vol. 4). São Paulo: Martins Fontes. (Trabalho original publicado em 1933)

França, C.P. (2014). Tramas da perversão: a violência sexual intrafamiliar. São Paulo: Escuta

Freud, S. (1972). Interpretação dos sonhos (Segunda parte) e Sobre os sonhos. ESB. Vol. V, Rio de Janeiro: Imago (Obra original publicada em 1900)

_____ (1977). Publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. ESB. Vol I, Rio de Janeiro: Imago (Texto original de 1892)

_____ (1972). Fragmento da análise de um caso de histeria. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos. ESB. Vol. VII, Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1905)

_____ (1976). 'Gradiva' de Jansen e outros trabalhos. ESB. Vol. IX, Rio de Janeiro: Imago, p. 217. (Obra original publicada em 1908).

_____ (1969). O caso de Schreber, Artigos sobre técnica e outros trabalhos. ESB. Vol. XII, Rio de Janeiro: Imago (Obra original publicada em 1913).

_____ (1976). Totem e tabu. ESB. Vol. XIII,. Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1913)

_____ (2010). Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos. Obras completas volume 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obra original publicada em 1915).

_____ (1974). A historia do movimento psicanalítico, artigo sobre metapsicologia e outros trabalhos. ESB. Vol. XIV, Rio de Janeiro: Imago, 1974. (Obra original publicada em 1915).

_____ (1976). História de uma neurose infantil e outros trabalhos. ESB. Vol. XVII, Rio de Janeiro: Imago, 1976. p 201. (Obra original publicada em 1919).

_____ (1976). Um estudo autobiográfico, inibições, sintomas e ansiedade, a questão da análise leiga e outros trabalhos. ESB. Vol. XX, Rio de Janeiro: Imago, 1976.. (Obra original publicada em 1926)

_____(1975). *Moisés e o monoteísmo, esboço de psicanálise e outros trabalhos*. ESB. Vol XXIII, Rio de Janeiro: Imago. (Obra original publicada em 1938)

Green, A. (2004). O Silêncio do Psicanalista. In: Revista Psychê, Ano 8, n.14, São Paulo (Artigo original publicado em 1983).

Hesse, Herman (1971). Para ler e pensar, Rio de Janeiro: Record.

Holanda, Aurélio Buarque de. (1999) Novo Aurélio Século XXI: O dicionário da língua portuguesa (3a ed.). Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Houaiss, Antônio (2001). Dicionário Houaiss da língua portuguesa, Geo Gráfica e Editora LTDA.

Kupermann, D. (2010). Humor, desidealização e sublimação na psicanálise. In: *Psicologia Clínica Rio de Janeiro, vol. 22, n.*1, pp. 193-207

Klein, Melanie (1970). O sentimento de solidão. In: Contribuições à psicanálise, São Paulo: Mestre Jou.

Lacan, Jaques. (1985). *Seminário 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. (Texto original publicado em 1973).

Lajonquière, Leandro de (2006). A Psicanálise e o debate sobre o desaparecimento da infância. In: Educação & Realidade, v.31, pp. 89-106

Laplanche, J; Pontalis, J.-B (2001). Vocabulário da psicanálise (4a ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Laplanche, J. (1993) A tina: a transcendência da transferência. São Paulo: Martins Fontes.

Laplanche, Jean (1993). A tina : a transcendência da transferência. São Paulo: Martins Fontes.

Mezan, Renato (1987). Freud : A Trama dos Conceitos. São Paulo: Perspectiva

_____ (1983). Que significa "pesquisa" em psicanálise? In: *A sombra de Dom Juan e outros ensaios*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

_____ (1998). Sobre a pesquisa em Psicanálise In: Revista Psychê, Ano 2, n. 2, São Paulo, p.90.

_____ (1998). Escrever a clínica, São Paulo: Casa do Psicólogo

Mijolla, Alain de. (2005) Dicionário internacional de psicanálise: conceitos, noções, biografias, obras, eventos, instituições. Rio de Janeiro, Imago

Miller, Jacques-Alain et al. (2003). La psicosis ordinaria: la convención de Antibes. Buenos Aires: Paidós

Modesto, Ana Lúcia (2010). Incesto: o último tabu?. In: França, C.P (Org). Perversão: as engrenagens da violência sexual infanto-juvenil. Rio de Janeiro: Imago, pp. 59-65

Palieraqui, R. E. B. (2005). Transmissão Psíquica: a herança como destino. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

Postman, Neil (1999). O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

Ribeiro, Renato Janine (1994) Apresentação a Norbert Elias In: O processo civilizador Volume I (2. Ed) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. (Trabalho original publicado em 1939)

Ribeiro, P. C. (2006). O Analista como Guardião do Enigma: a visão de Jean Laplanche. In: Carvalho, A.C & França, C. P.. Estilos do Xadrez Psicanalítico: A Técnica em Questão. Rio de Janeiro: Imago.

Reik, Theodor. (1989) No início é o silêncio. In: O silêncio na psicanálise / [sob a direção de] J.-D. Nasio. Campinas: Papirus, (Trabalho original publicado em 1926)

Rezende, J.M. (2003). Juramento Hipocrático. Revista Paraense de Medicina, vol. 17(1), abril-junho de 2003.

Roudinesco, E. e Plon, M. (1998). *Dicionário de psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Salem, P. ; Reznik, D. (2010) Duas Faces da Noção de Segredo em Psicanálise. Cadernos de Psicanálise (Círculo Psicanalítico/RJ), v. 32

Sá, Antonio Lopes. (2003) Sigilo profissional em contabilidade. Artigo publicado no site do Conselho Federal de Contabilidade: http://www.cfc.org.br/agencia/artigos/detalhes.asp?cod=3280. Acesso em: 04/04/2012.

Souza, P. C. de. (2010). *As palavras de Freud: o vocabulário freudiano e suas versões*. São Paulo: Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1988).

Tavares, P. H. M. B. (2012a). O vocabulário metapsicológico de Sigmund Freud: da língua alemã às suas traduções. Pandaemonium, São Paulo, v. 15, n.20, Dez/2012, pp. 1-21

Tavares, P. H. M. B. (2012b) As novas traduções de Freud feitas diretamente do alemão: estilo e terminologia. TradTerm, São Paulo, v.19, novembro/2012, pp.109-126

Telles, Sérgio. (2005) Psicanálise - uma anti-confissão. Disponível em Psychiatry on line Brasil, Dezembro de 2005 – Vol. 10 – No 12: http://www.polbr.med.br/ano05/psi1205.php. Acesso em: 06/04/2012

Sollero-de-Campos, F. (2009). Algumas observações sobre o não verbal: neurociência da memória e clínica psicanalítica. Ciências e Cognição; Vol 14(3) pp 193-203. Recuperado em 1 de dezembro de 2014, de http://www.cienciasecognicao.org

Vieira, Marcela Carolina Schild. (2010). Reflexos possíveis: o olhar de Winnicott e Lacan para a constituição subjetiva. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP, Brasil.

Winnicott, D. W. (1983). A capacidade para estar só. Em: D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artes médicas. (Original publicado em 1958).

Winnicott, D. W. (1983b). Comunicação e falta de comunicação levando ao estudo de certos opostos. Em: D. W. Winnicott, *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional* (pp. 163-174). (I. C. S. Ortiz, trad.). Porto Alegre: Artes médicas. (Original publicado em 1963).

Winnicott, D. W. (2011). A família e o desenvolvimento individual (4 ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Obra original publicada em 1965)